

ANEXO IV: RELATORIOS DOS GRUPOS DE TRABALHO

<i>Pilar I</i>	<i>Macroeconômica, pobreza e Gestão das Finanças Publicas</i>	2
	Crescimento e Estabilidade Macroeconômica em 2007	2
	Análise da Pobreza e Sistemas de Monitoria	3
	Grupo de Trabalho do Orçamento	9
	Reforma Tributária	17
	Reforma do Procurement	22
	Reforma do SISTAFE	26
	Auditoria Interna	32
	Auditoria Externa	37
<i>Pilar II</i>	<i>Boa Governação</i>	41
	Reforma do Sector Público	41
	Descentralização	46
	Legalidade e Justiça	52
<i>Pilar III</i>	<i>Desenvolvimento Económico</i>	56
	Sector Financeiro	61
	Sector Privado	69
	Sector da Agricultura	72
	Sector de Estradas	78
	Sector da Energia	84
	Sector das Pescas	89
<i>Pilar IV</i>	<i>Capital Humano</i>	94
	Saúde	94
	Educação	96
	Água e Saneamento	102
	Mulher e Acção Social	110
<i>Pilar V</i>	<i>Assuntos Transversais</i>	115
	HIV/SIDA	115
	Género	121
	Segurança Alimentar e Nutricional	123
	Programa de Acção sobre Minas	127
	Ambiente	131
	Ciência e Tecnologia	136
	Desenvolvimento Rural	139

Crescimento e Estabilidade Macroeconómica em 2007

1. Resumo

Em 2007, a economia moçambicana continuou a crescer a um ritmo acelerado. Apesar da influência negativa dos choques externos e condições climatéricas adversas, a taxa de crescimento do PIB real situou-se em 7,3%, acima dos 7% programados. Quanto ao crescimento do valor bruto de produção, o conjunto da agricultura, pecuária e silvicultura teve um desempenho positivo (8,6%), apesar de não ter alcançado a meta prevista de 11,2% devido à irregularidade das chuvas, às inundações e ao ciclone Favio. Destacaram-se os serviços, tendo sido os transportes e comunicações (20,7%) e os restaurantes e hotéis (12,6%) os mais dinâmicos, confirmando a importância do turismo, em particular, na economia. A construção (9,8%) continua a ser outro sector dinâmico, nesta fase de investimento em infra-estruturas. O crescimento da indústria mineira (10%) requer uma gestão das finanças públicas cada vez mais transparente. Nessa altura a decisão recente do Governo de aderir na Iniciativa pela transparência da indústria extractiva (EITI¹) é bem vinda.

A melhoria na cobrança da receita do Estado contribuiu para o bom desempenho da política fiscal. Um sinal preocupante para o crescimento sustentável é dado pelo fraco desempenho das despesas públicas de investimento (73% do programado²). Este sub-cumprimento requer uma monitoria urgente para perceber as causas e consequências.

A instabilidade do nível geral de preços foi um constrangimento importante ao longo do ano, dado que a inflação acumulada (10,3%) superou a banda de um dígito e a inflação média (8,2%) superou a meta estabelecida pelo governo. O agravamento da inflação é influenciado pela subida do preço internacional do petróleo e dos preços dos produtos alimentares importados (trigo, arroz e carapau). Isto contribuiu para o aumento do custo de vida, afectando particularmente a camada mais pobre da população urbana por quem os custos de transporte representa uma parte importante da sua despesa. Quando os custos de transporte são fortemente agravados numa fase anual de altos preços pode provocar uma grande insatisfação nas cidades, em especial naquelas em que há grandes desníveis de rendimento.

A dinâmica do sector externo continuou a reflectir o grande impacto dos mega projectos, cujo peso sobre as exportações totais revelou-se maior que o peso dos restantes sectores. O valor das exportações tradicionais, 10% das exportações totais, caiu (-31%), reflectindo fraca competitividade da economia, revelando a pouca diversidade da estrutura produtiva orientada para as exportações e denunciando as distorções macroeconómicas que restringem o crédito à economia. Por outro lado, a tendência da apreciação da taxa de câmbio também não facilitou a expansão dessas exportações.

¹ Extractive Industry Transparency Initiative

² Cifro provisorio

Análise da Pobreza e Sistemas de Monitoria

1. Sumário Executivo

A meta do QAD de 2007, o indicador “*Nº de Províncias com OPP’s realizados*” **não foi atingindo – mas está com progresso**. Para a institucionalização e melhoria da qualidade dos Observatórios de Desenvolvimento foi elaborado o esboço do Guião de Orientação dos OD’s. Em termos da participação da Sociedade Civil na Monitoria e Avaliação dos planos e das políticas governamentais regista-se um envolvimento significativo nos últimos ODs. Não obstante os progressos na estrutura do PES/BPES, deverão continuar para a melhoria da qualidade de informação.

No âmbito do reforço e consolidação do Sistema de Planificação, M&A, ao nível central e provincial foram realizadas diversas actividades, com destaque:

i) Metodologias e orientações do PES/OE e do CFMP (2009/2011); ii) Matriz estratégica do PARPA II (Notas técnicas dos indicadores); iii) Base de Dados do PARPA/PES, iv) Objectivos de Desenvolvimento do Milénio:avaliação das necessidades e custeamento, v) Estudo sobre o Ciclo de Planificação Monitoria e Avaliação; vi) Aprovação do Plano Estratégico do INE pelo Conselho Superior de Estatística visando responder a Monitoria e o Sistema de Planificação Nacional vii) Estratégia de comunicação do PARPA II; e viii) o Programa de capacitação da Sociedade Civil.

Neste contexto permanecem os seguintes desafios, como prioridades para 2009: a) a necessidade de melhorar o indicador *do QAD*: “número de províncias com OD’s realizados de forma a incluir aspectos qualitativos; b) a melhoria do alinhamento entre o PES e o BdPES, para uma efectiva planificação e monitoria; c) a abordagem do CFMP ao nível distrital (e-SISTAFE); d) o estabelecimento de uma equipa técnica e um mecanismo para operacionalização dos estudos: “Ciclo de Planificação, M&A” , “Avaliação dos Estudos da Pobreza e as suas Implicações em Relação a Afectação dos Recursos Públicos” e “Alocação Provincial de Recursos no Sector de Saúde, Educação e Aguas”; e) a melhoria do programa de estatísticas sobre o IAF; f) a necessidade de racionalização do sistema das estatísticas agrícolas que se encontram actualmente divididas entre o INE e o MINAG; g) a reflexão sobre o PARPA II em relação ao seu futuro alinhado ao PQG e h) o fortalecimento da capacidade da Sociedade Civil e a i) finalização do Guião de Orientação dos OD’s.

2. Avaliação do Desempenho do Governo em 2007

Desempenho em Relação ao Indicador do QAD

Indicador: “*Nº de Províncias com OPP’s realizados*”.

Meta para 2007: 11 províncias.

Responsável: MPD

Avaliação do Indicador: Não atingido com progresso

A maioria das Províncias, com excepção de Manica, realizaram pelo menos um Observatório de Desenvolvimento. A Cidade de Maputo também realizou um OD (lançamento) e Niassa organizou 2 OD's. Ao nível provincial, apesar de algum progresso nos processos de preparação das sessões dos OD's, estes carecem de melhorias em termos de qualidade de informação apresentada e da participação dos diferentes intervenientes.

Em todas as províncias onde se realizaram os observatórios foram produzidas sínteses mas a disponibilidade dos relatórios (relatórios dos OD's disponível no website) e a qualidade de informação produzida e apresentada nos observatórios deve ser melhorado.

Para a institucionalização e melhoria da qualidade dos Observatórios de Desenvolvimento foi elaborado o esboço do Guião de Orientação dos Observatórios de Desenvolvimento com as contribuições dos técnicos sectoriais e provinciais, Parceiros e Sociedade Civil, estes ainda por enviar. Espera-se que este instrumento seja aprovado ainda este ano. Relativamente a calendarização para a realização dos observatórios, este deve ser melhorado, de acordo com o referido Guião.

Foram ainda desenvolvidas acções para o estabelecimento de uma rede electrónica entre os secretariados dos OD's. Importa referir que as províncias de Niassa, Maputo Cidade e Maputo Província encontram-se numa fase bastante avançada do processo e a mesma infra-estrutura da rede será usada para o funcionamento em rede da base de dados em cada um das Direcções Provinciais do Plano e Finanças.

Sistema de Planificação, Monitoria e Avaliação do PARPA

No âmbito do reforço e consolidação do Sistema de Planificação, M&A, ao nível central e provincial foram realizadas diversas actividades, com destaque:

(i) *Metodologia e orientações do PES/OE* com enfoque na estrutura e qualidade, foi realizado um seminário de reflexão sobre metodologias do PES/OE. Como parte dos resultados deste seminário a estrutura do PES 2008 e BdPES 2007 foram ajustada a estrutura do PARPA II. Quanto ao Cenário Fiscal de Médio Prazo (2009-2011) o modelo de Orçamentação por Programa foi lançando em Outubro de 2007, do qual se perspectiva a efectiva implementação no conjunto das instituições do Governo e no Sistema de Planificação no ano 2010. Este exercício teve a particularidade de pela primeira vez envolver as províncias na elaboração deste instrumento.

(ii) *Matriz Estratégica do PARPA II* foi realizado um trabalho de melhoramento de 154 indicadores do PARPA, incluindo a preparação de fichas técnicas para os diferentes indicadores sectoriais, através das quais os sectores actualizaram as notas técnicas dos indicadores da matriz.

(iii) *Base de Dados do PARPA/PES*: Elaborado o plano de actividades para instalação da Base de dados do PARPA II ao nível provincial; Foi feita a instalação a título experimental da Base de Dados em rede, bem como a capacitação de técnicos sectoriais e monitoria do seu funcionamento; foram realizadas acções de assistência técnica em planificação, monitoria e avaliação as províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Província de Maputo, em curso o processo de interligação desta rede com egovnet. Para a Cidade de Maputo foi alocado um técnico de M&A.

(iv) No que tange ao *exercício de avaliação de necessidades e custeamento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*, foram feitas capacitações aos sectores implicados (Agricultura, Saúde, Pescas, Águas). O processo não foi concluído sendo um dos maiores constrangimentos a fraca assistência técnica.

v) O Estudo sobre o Ciclo de Planificação Monitoria e Avaliação teve como objectivo principal identificar as fraquezas e recomendar acções visando o seu fortalecimento. Algumas recomendações do estudo, no caso da coexistência de diversas metodologias nas instituições locais, derivadas da dupla subordinação, apontam para a harmonização metodológica de modo a simplificar a demanda paralela de informação. A metodologia devia estar disponível em sites e formatos acessíveis para todos utilizadores. E em relação aos prazos de preparação do PES/BdPES nada impede ao MPD de iniciar o processo mais cedo ou alargar um pouco mais o calendário de elaboração dos documentos. Por outro lado, o MPD deve insistir junto dos sectores, províncias e distritos que considerem a preparação destes documentos como actividade rotineira de cada instituição e não deixar estas instituições reagirem apenas perante o impulso do MPD.

No contexto de planificação descentralizada, foi iniciado o desenho do Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas e todo um trabalho de assistência técnica no *mainstreaming* das melhores lições do PPF. Esta acção inclui a finalização de manuais de referência nacional da planificação distrital e a preparação de metodologias e orientações para a elaboração do PES e OE 2009.

vi) Foi ainda aprovado o Plano Estratégico do INE pelo Conselho Superior de Estatística visando responder a Monitoria e o Sistema de Planificação Nacional. No âmbito dos esforços na disponibilização da informação para o processo de monitoria e avaliação, o INE realizou capacitações sobre a base de dados do ESDM em todas as províncias incluindo alguns distritos e instituições singulares.

vii) No âmbito da *Estratégia de Comunicação do PARPA II*, foram feitas capacitações ao nível provincial e central no qual participaram técnicos dos sectores, representantes da Sociedade Civil, Órgãos de Comunicação e Parceiros de Cooperação; feita distribuição de material de divulgação para todos os sectores ao nível central e para as províncias ao nível dos OD's e das DPPF's; Produção de 1.000 brochuras simplificadas do PARPA II e a produção, em coordenação com o Instituto de Comunicação Social, de um Vídeo com duração de 30 min mostrando as boas experiências de redução da pobreza ao nível dos distritos; e, actualização da página do observatório da pobreza e consequente mudança de endereço de www.op.gov.mz para www.od.gov.mz.

Análise da Pobreza

Com o objectivo de dar resposta a necessidade de disponibilização de informação sobre estimativas de pobreza numa base anual, entre os intervalos do inquérito quinquenal (IAF) e o inquérito de base bianual (QUIBB), uma constatação já identificada nas revisões passadas, iniciou-se em 2007 o aperfeiçoamento da metodologia de medição da pobreza. Este estudo está na fase terminal e o mesmo foi apresentado no lançamento do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) em Setembro de 2007 para acolher comentários. Os resultados do estudo indicam que a metodologia de estimação da pobreza usando previsões é sensível ao tempo de separação dos inquéritos (IAF e QUIBB). Quanto mais for o tempo de separação, as dinâmicas

socio-económicas alteram a estrutura da relação entre o consumo e as variáveis explicativas o que representa uma violação do pressuposto básico para a aplicação desta metodologia. Os resultados da previsão da pobreza obtidos nesta análise estão sendo confrontados com a evolução de outros indicadores sócio-económicos do país, como o volume de produção, a posse de bens, etc. para a finalização do mesmo.

Para complementar a falta de informação corrente sobre indicadores de pobreza, vários estudos foram realizados, alguns dos quais se apresentam abaixo:

- *Estudo da Pobreza na Cidade de Maputo*; este estudo foi realizado em parceria com outras instituições de pesquisa no país. Diferentemente de outros com enfoque quantitativo, este estudo usou a abordagem qualitativa e participativa para entender as relações sociais da pobreza na Cidade de Maputo. Algumas constatações do estudo demonstram uma importância fundamental do emprego e rendimento para a sobrevivência num ambiente urbano, onde o dinheiro é uma parte integral da maioria das relações sociais. Que as oportunidades de emprego formal são escassas e muitas pessoas dependem de uma frágil economia informal com baixo retorno. Que a mobilidade social ascendente é também inibida pelo custo elevado da terra, habitação, serviços públicos e transporte.
- *Estudo KPMG: “Avaliação dos Estudos da Pobreza e as suas Implicações em Relação a Afectação dos Recursos Públicos”*; no seguimento das recomendações da Revisão Conjunta de 2007, os PAMs encomendaram uma Consultoria sobre os Estudos de Pobreza realizados nos últimos anos. O objectivo da Consultoria é resumir as conclusões e recomendações destes Estudos e analisar a sua influência na Formulação de Políticas e a Afectação Orçamental (mas especificamente nos sectores de Desenvolvimento Rural e da Indústria e Comércio). A primeira fase do Estudo já foi concluída, e aponta para uma forte abordagem econométrica e uma definição de pobreza baseada nos rendimentos económicos na maioria dos estudos.
- *Distribuição Provincial do Orçamento nos Sectores da Saúde, Educação e Água*; o objectivo deste estudo foi de recolher e apresentar numa forma detalhada a distribuição provincial do orçamento para os sectores da saúde, educação e águas para o período de 2003 a 2006 e analisar os dados de modo a entender a distribuição territorial dos recursos ao longo dos anos. As recomendações saídas do estudo indicam a: i) Incorporação da dimensão provincial no Cenário Fiscal do Médio Prazo e ii) Um ajustamento extraordinário do orçamento para algumas províncias de modo a reduzir os desequilíbrios.

3. Recomendações / Lições Aprendidas / Desafios

Relativamente ao *Indicador do QAD: “número de províncias com OD’s realizados.”* há necessidade de se rever o indicador e/ou ser substituído/melhorado de forma a tornar-se um indicador também de carácter qualitativo. Neste contexto há ainda a necessidade de identificar critérios e factores de ponderação tendo como base o documento do Guião de orientação dos Observatórios de Desenvolvimento, documento a ser submetido ao Consultivo do MPD para aprovação.

Sistema de Planificação, Monitoria e Avaliação

No que se refere ao CFMP, o desafio centra-se na abordagem ao nível distrital porque a programação financeira (e-SISTAFE) só é feita até ao nível provincial, assim como, a discussão dos critérios de alocação dos recursos por sectores à luz das prioridades do Governo através dos programas sectoriais.

Ciclo de Planeamento, Monitoria e Avaliação

Há uma necessidade de dar seguimento as recomendações do estudo sobre o "Ciclo de Planificação e M&A" com vista a "ultrapassar" os constrangimentos identificados. Neste contexto, o relatório final do estudo a ser disponibilizado brevemente, será uma referência chave, e os seus resultados poderão ser usados como bases para as acções subsequentes.

Monitoria da Pobreza:

Há necessidade de estabelecimento de uma equipa multisectorial para análise dos resultados de diferentes estudos e propor mecanismos para operacionalização e sua articulação/orientação no processo de planificação, formulação de política e alocação de recursos.

Há uma necessidade de estabelecer uma equipa entre o MPD, INE e os parceiros para fortalecer o programa de estatísticas sobre o inquérito aos agregados familiares (IAF), os quais afiguram-se extremamente importantes para a medição e análise da pobreza para permitir a avaliação das condições e do nível de vida, e permitir a análise das tendências ao longo dos tempos.

Com vista a providenciar informação sobre o impacto das políticas de luta contra a pobreza e responder cabalmente os indicadores que constam da matriz do PARPA II, em 2007 iniciaram as discussões com o INE no sentido de se realizar o IIIº Inquérito aos Agregados Familiares Sobre as Condições de Vida em 2008. Como resultado deste processo, o INE vai realizar o **IIIº inquérito designado Inquérito a Orçamentos Familiares (IOF 08/09)** e vai recolher a informação necessária para alimentar os outros indicadores da matriz do PARPA. Já foi feito o desenho do questionário e da amostra e se realizou a reunião de consulta aos usuários. O inquérito piloto está previsto para a primeira semana de Abril e o inquérito definitivo na primeira semana de Julho. O INE também vai realizar o MICS 2008, como outra forma de contribuição para a disponibilidade de dados qualitativos para a monitoria da pobreza e do PARPA.

O PARPA 2006-2009 apela a preparação de um **Relatório de Avaliação de Impacto (RAI)**. O propósito do RAI é sintetizar informação sobre pobreza e sua evolução a partir de fontes disponíveis e analisar esta informação com uma visão particular para atribuir causa e efeito (PARPA II, parágrafo 633). Para o início do processo da preparação do RAI, foi realizado em Janeiro de 2008 um seminário, com a participação de instituições do Governo e privadas envolvidas na pesquisa, com o objectivo de i) Identificar provisões em termos de análise disponível; ii) Identificar análises prioritárias que deveriam ser empreendidas em 2008/09 de tal forma que elas estejam disponíveis para o RAI, e iii) Propor uma estrutura básica para o RAI.

Pro-poor budgeting: Há uma necessidade de assegurar uma alocação adequada para beneficiar a população mas vulnerável tendo em conta os assuntos de género. A alocação do Orçamento do

Estado frequentemente não corresponde com os níveis de disparidade dos indicadores de pobreza e de desenvolvimento humano no país. Neste contexto deveria se acelerar a implementação do SISTAFE, particularmente a introdução e uso do orçamento por programa, acrescido do apoio à descentralização financeira.

Outros

- Sobre o Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARPA II, 2006-2009), propõe-se a reflexão sobre o seu futuro alinhado ao PQG e continuidade tendo em conta o prosseguimento dos desafios estratégicos constantes na matriz do PARPA II, interligado aos esforços em curso no âmbito de: i) revisão/actualização dos planos estratégicos sectoriais, provinciais e distritais; ii) CFMP (2009-2011); e iii) exercício de identificação das intervenções prioritárias/custeamento no âmbito do alcance dos ODMs.
- Inclusão de informação relativa a análise e monitoria da pobreza no PES e BdPES.
- Há uma necessidade de racionalização do sistema das estatísticas agrícolas que se encontram actualmente divididas entre o INE e o Ministério da Agricultura (MINAG) e é composto por uma série de inquéritos sobrepostos.

Indicador do QAD

Sub- área	Objectivos	Acções	Indicador			
				Meta	Realizado	Classificação
PAMS	Disponibilizar a todos os intervenientes chave informação adequada, exacta, desagregada e atempada sobre a implementação do PARPA	Realização de pelo menos um observatório provincial de pobreza em cada província	Nº de províncias com Observatórios Provinciais de Pobreza realizados (sínteses dos observatórios no <i>Website</i>)	11	10	Não foi atingido mais com progresso significativo Todavia, necessita de harmonizar calendário de realização. E melhorar a qualidade de informação gerada nos mesmos

Grupo de Trabalho do Orçamento

1. Sumário Executivo

Indicadores do QAD

- O Indicador 2 monitora o nível de execução (excluindo a componente externa e serviço da dívida) como percentagem do orçamento inicial. Este indicador foi atingido com uma taxa de execução de 103.3% do orçamento inicial.
- Indicador 3: Alocação no OE 2008 em linha com o CFMP 2008-2010: o processo de preparação do CFMP melhorou e ao nível global o OE 2008 está em linha com o CFMP 2008-2010, mas não está ao nível desagregado por sectores e as diferenças não foram explicadas no orçamento: indicador não atingido, mas com progresso
- Indicador 4 PETS: progresso até a presente data é lento. Os resultados do estudo PETS (Public Expenditure Tracking Survey) em curso no sector da Educação não serão conhecidos até à data de início da RC 2008, devido ao atraso no início do trabalho de campo. O indicador não foi atingido, mas com progresso.

Áreas de progresso em 2007

- A informação contida no REO 2007 é mais abrangente e melhor estruturada do que as anteriores. Foram incluídos novos mapas sobre despesas publicas nos distritos e municípios e sobre operações financeiras.
- O nível da realização das receitas do Estado superou a meta planificada em 3pp, como resultado dos esforços do domínio da modernização e incrementos da eficiência e eficácia da administração fiscal e aduaneira. (Para mais detalhes vide o Relatório sobre os Impostos).
- A melhoria do *roll out* do SISTAFE acelerou a execução, embora alguns sectores tenham enfrentado problemas de transição (para detalhes vide Relatório sobre o SISTAFE)
- O CFMP 2008-2010 foi um passo significativo em frente comparativamente ao CFMP anterior pelo facto de ter sido incluída informação relativa ao orçamento de investimento e ter havido maior envolvimento dos sectores.
- A descentralização foi levada mais adiante, tendo aumentado os volumes de recursos para os órgãos locais, mas mantém-se os problemas na regulamentação de fundos de investimentos para os distritos. (para detalhes vide o Relatório sobre Descentralização).
- O Aide Mémoire 2007 indicava que o classificador funcional seria integrado duma melhor maneira no Orçamento de Estado de 2008. O classificador funcional foi adaptado e implementado no OE 2008 (ainda não visível no documento publicado), o que permitirá avaliar com maior eficácia o impacto da despesa no combate à pobreza. O REO 2008 vai contemplar informação sobre a despesa de acordo com a classificação funcional.

Áreas que constituem desafios:

- No OE 2008 a orçamentação por programa foi implementada em três áreas pilotos de três sectores nomeadamente: Ensino Básico no MEC; Produção Agrícola no MINAG; Pontes do MOPH. No OE 2009 o Governo moçambicano propõe-se expandir a orçamentação

por programa cobrindo a totalidade das áreas nos sectores referidos e a expandindo para mais dois sectores a saber: Saúde e Transportes e Comunicações.

- Ainda persistem problemas no processo de pagamento do IVA no sector das obras públicas (para mais detalhes vide o Relatório dos Impostos).
- Tendo em conta que o nível da execução da componente externa alcançou apenas 55% (de acordo com dados preliminares no REO 2007), se requer que o Governo e os Parceiros criem mecanismos firmes conducentes a melhorar a sua gestão, especialmente de projectos mas também dos fundos comuns, de modo a aumentar a referida taxa. O ministério das Finanças coordenará o trabalho e envolverá tanto os ministérios sectoriais como os parceiros internacionais.
- O OE 2008 não foi totalmente alinhado com o primeiro ano do CFMP 2008-10, pois apresenta algumas variações significativas nos sectores chaves. Apesar da melhoria do CFMP, há necessidade dum melhor custeamento dos planos dos sectores.
- O CFMP é o documento que permite fazer uma priorização da afectação de recursos públicos em consonância com a manutenção da estabilidade macroeconómica. O CFMP permite também fazer a ligação entre a afectação de recursos e a acções estratégicas delineadas nos pilares do PARPA. Assim afigura-se importante o aprofundamento dos critérios para afectação intersectorial e territorial de recursos públicos. Daí a necessidade de aperfeiçoamento dos elementos de equidade regional no processo de alocação do orçamento.
- Registaram-se progressos no domínio da inclusão de receitas próprias no OE. No entanto, subsiste a necessidade de reforçar-se a programação e a monitoria da execução de receitas próprias para minimizar as flutuações na execução desta rubrica.
- No Parecer do Tribunal Administrativo sobre a CGE 2006 parte dos comentários surge com base nas diferentes interpretações sobre a existência de uma legislação ou a falta de regulamento específico. No entanto, em 2007, o GdM fez alguns avanços com a publicação do Manual de Administração Financeira e Procedimentos Contabilísticos. Permanece a preocupação dos parceiros face a necessidade de estreitamento do diálogo entre o GdM e o TA sobre determinadas matérias.
- Em relação as áreas acima referidas (orçamentação por programa, gestão da componente externa, aprofundamento do CFMP, inclusão de receitas próprias no OE) medidas concretas serão definidas e inseridas no plano de acção da GFP em curso como parte integral do seguimento da PEFA.

2. Avaliação Detalhada

Em relação ao indicador 2 do QAD:

- A execução do orçamento (excluindo serviço da dívida e componente externa do investimento, mas incluindo o Apoio ao Orçamento de Estado) situou-se em 103% do orçamento inicial. Isto está dentro dos limites determinados pelo indicador (>95 e <105) e é por isso um indicador de boa execução ao nível agregado.
- Ao nível mais desagregado existem ainda margens de variação entre a alocação inicial e a execução final conforme evidenciado no Relatório PEFA: O fraco desempenho registado nalgumas áreas deveu-se essencialmente a fraca consistência entre orçamentação e execução. Em 2006, a variação média do OE foi de 10,8%. Em 2007, a mesma variação

registrou melhorias passando para 7,9%. Mantendo esta tendência, o GdM logrará alcançar melhorias no que concerne a previsibilidade do orçamento, respondendo às preocupações levantadas pelo TA.

Em relação ao indicador 3 do QAD:

- O CFMP (2008-2010) foi aprovado pelo Conselho de Ministros em Maio de 2007 e a alocação de recursos reportada para o primeiro ano (2008) foi indicada aos sectores e autoridades provinciais como sendo o seu limite a ser usado na preparação das suas propostas orçamentais para 2008. Pela primeira vez, o CFMP integrou informação sobre a componente de investimento, apresentando uma visão mais compreensiva dos recursos disponíveis para os sectores. O processo de preparação do CFMP beneficiou dum melhoramento da metodologia, dum bom enquadramento do MPD e do MF, e duma boa participação dos sectores (mesmo si não são todos que fizeram contribuições muitas sólidas). Também Os parceiros de cooperação enviaram duma maneira atempada uma tabela com valores indicativos de apoio ao Governo de Moçambique para os anos 2008-2009.
- Comparando o CFMP e o OE 2008 constata-se que houve variações significativas entre as afectações anunciadas aos sectores através do CFMP e as afectações feitas no OE. Para muitas das rubricas orçamentais as variações situaram-se acima de 5%. As variações por acima constatadas na componente externa do investimento podem ser explicada pela depreciação do dólar americano entre os meses de Maio e Setembro de 2007 e também por cause dos sectores ter informação mais abrangente sobre os compromissos dos parceiros para o ano 2008. Dum outro lado se constatou variações negativas das afectações na componente interna de alguns sectores (e.g. agricultura e desenvolvimento rural e justiça) que são sectores prioritários pelo Governo. Explicações sobre os desvios entre os tectos de despesa sectorial previstos no CFMP e os limites efectivos atribuídos aos sectores não fizeram parte do documento de fundamentação do OE e o OE não faz referencia no CFMP. Melhoramentos são ainda necessários para que o CFMP tornou-se um instrumento sólido para alienar o processo do orçamento e de planificação para os sectores.
- Como complemento a este indicador QAD existe outro indicador na matriz do PARPA que monitora o alinhamento entre o PARPA e o CFMP. O CFMP é o documento que permite fazer uma priorização da afectação de recursos públicos em consonância com a manutenção da estabilidade macroeconómica. O CFMP permite também fazer a ligação entre a afectação de recursos e as acções estratégicas delineadas nos pilares do PARPA. Assim afigura-se importante o aprofundamento dos critérios para afectação inter-sectorial e territorial de recursos públicos, bem como o custeamento das actividades que visem materializar as políticas e estratégias sectoriais. Para além disso, há necessidade de aperfeiçoamento dos elementos de equidade regional no processo de alocação de recursos

Áreas de progresso em 2007

- O Aide Memoire 2007 indicava que o classificador funcional seria integrado duma melhor maneira no Orçamento de Estado de 2008. O classificador funcional foi adaptado e implementado no OE 2008, o que contribuirá para avaliar de forma mais eficaz o impacto da despesa pública no combate à pobreza. O REO 2008 vai contemplar informação sobre a despesa de acordo com a classificação funcional.
- Melhorou a qualidade da informação no relatório de execução do orçamento, especialmente em relação aos distritos, municípios e operações financeiras. O orçamento

e respectivo relatório de execução são mais compreensivos e transparentes em todos os seus classificadores usuais: económico, orgânico e territorial. Actualmente, todas as tabelas são produzidas através do SISTAFE, excepto os projectos externos que não passam através da CUT. Outras áreas de melhor desempenho são tratadas nos relatórios do SISTAFE, descentralização e impostos.

- Ao longo dos anos 2005 e 2006 registou-se uma diminuição do montante de despesas executadas através de operações de tesouraria, tendência que se espera venha a manter após a publicação de dados definitivos sobre a execução orçamental em 2007. Deverão prosseguir os esforços tendentes a reduzir cada vez mais o recurso às operações de tesouraria para a execução da despesa pública.

Áreas que constituem desafios

- No OE 2008 a orçamentação por programa foi implementada em três áreas pilotos de três sectores nomeadamente: Ensino Básico no MEC; Produção Agrícola no MINAG; Pontes do MOPH. Para o exercício económico de 2007, o Governo de Moçambique prevê a cobertura de todas as áreas dos sectores já mencionados, como também a expansão da orçamentação por programa aos sectores de Saúde e Transportes e Comunicações. Ao acometer-se ao desafio imposto pela orçamentação por programa o Governo está a dar passos significativos na melhoria da ligação entre os objectivos de política e a despesa. Contudo, monitoria dos resultados dos pilotos é importante para guiar a implementação mais ampla.
- O Governo está a analisar a possibilidade de adoptar o classificador programático como classificador de gestão da afectação de recursos e o classificador funcional para análise e comparação internacional.
- O nível de financiamento fora do orçamento decresceu significativamente ao longo dos três últimos anos. No entanto, há necessidade de acelerar a melhoria da qualidade da componente externa do orçamento nas áreas seguintes:
 - a) Alguns projectos executados por ONGs foram integrados no OE, tal como projectos que não são ainda sustentados por acordos assinados. Este aspecto deveria ser melhor confrontado através dum exame rigoroso, incluindo os projectos no OE executados pelos doadores. Neste caso, o envolvimento do sector é crucial.
 - b) Muitos projectos, especialmente em infraestrutura, tendem a ser demasiado optimistas quanto as expectativas de desembolsos. Informação mais realista dos doadores e a avaliação dos sectores deveria minimizar o problema.
 - c) A inclusão dos fundos no orçamento não foi seguida por uma igual inclusão dos fundos através da CUT. O Apoio Global ao Orçamento e uma grande parte dos fundos comuns passam actualmente através da CUT, mas muito poucos projectos. Agora que o guião da CUT está disponível e a CUT multi-moeda operacional, cabe aos doadores decidir integrar-se de forma a alcançar a meta acordada de 60% da componente externa a passar através da CUT em 2009.
 - d) Apesar de melhorias na base de dados ODAMOZ existem ainda deficiências na informação e na ligação com os sistemas do GdM: Não existe ainda uma relação de um para um entre os projectos no orçamento e na ODAMOZ; a classificação na ODAMOZ sobre a ajuda ao Governo de Moçambique não está clara. Estas deficiências serão tratadas em 2008 num esforço conjunto entre doadores e GdM. Isto

vai ajudar a resolver o problema da fraca qualidade da informação sobre a execução dos projectos que não passam pela CUT;

- e) A prática do compromisso atempado e o desembolso em linha com o plano de tesouraria acordado está firmemente em prática para o Apoio ao Orçamento do Estado. O *track record* do fundo comum não é tão satisfatório, tal como foi demonstrado no 2007 e respectiva execução. Os desembolsos para saúde foram efectuados muito tardiamente, de salientar o do Fundo Global, o que provocou grandes problemas ao normal funcionamento do sector. As alocações originais para o CNCS foram muito altas em relação aos compromissos finais. Quase todos os fundos tiveram problemas de saldo no final do ano e tiveram que ser reinscritos no orçamento do ano seguinte. A deficiente disponibilização e troca de informação sobre a execução da componente externa do investimento continua a ser a causa das divergências dos dados entre o REO e os relatórios sectoriais. O orçamento de 2008 e respectiva execução deveria apresentar um bom progresso como resultado dos esforços realizados em 2007, por forma que as informações relativa as alocações e desembolsos serão mais fiáveis e previsíveis e com novos Memorando de Entendimento para os sectores maiores.
- O REO 2007 aponta que o nível de arrecadação de receitas próprias sofreu um decréscimo de 36%. Na maior parte dos ministérios a diferença entre a previsão e a realização é muito grande e nem todas as instituições reportam as suas receitas. No entanto, deve ser reconhecido que a integração de receitas próprias no orçamento teve início somente há três anos. Antes de uma orçamentação apropriada destas receitas, as instituições precisam de criar o hábito de recolha e prestação de contas.

Anexo ao relatório do Grupo de Trabalho de Orçamento

Anexo 1: Avaliação da CGE de 2006 e do Parecer do TA

- Dentro do quadro jurídico nacional, o Governo enviou em 31 de Maio de 2007 a CGE de 2006 ao TA que, por sua vez enviou à Assembleia da República o respectivo relatório e parecer em 30 de Novembro de 2007.
- O relatório do TA detalha os resultados da sua revisão à CGE 2006 e onde possível cruza esses resultados com (i) as auditorias parciais efectuadas em instituições públicas / sectores e (ii) com os pedidos de informação adicionais efectuados ao Ministério das Finanças. De notar que existem ainda situações pendentes para serem tratadas com o MoF (pedidos de esclarecimento não recebidos).
- Foi possível verificar também no 2006 o número de instituições públicas anualmente visitadas sofreu um ligeiro aumento, continuando a contribuir para que o exercício de análise da CGE seja cada vez mais completo e documentado mas, no entanto, desafios subsistem na medida da implementação do SISTAFE.
- Em 2006 a maior parte das instituições do Estado não utilizaram a modalidade de execução directa no e-SISTAFE. Note-se porém, que foram disponibilizadas as funcionalidades para a utilização do e-SISTAFE, não só pelas UGE's que haviam iniciado a execução da despesa no e-SISTAFE em 2005, nomeadamente o MF, MPD, MEC como também pelas UGE's da PR, AR, Gabinete do PM, MISAU, MINAG, MOPH, MINT, MAE e MCT.
- Ainda em 2006, prosseguiram os esforços para a preparação do Manual de Administração Financeira e Procedimentos Contabilísticos e Proposta de Regulamento do Património do Estado. Estes documentos foram finalizados, aprovados e publicados em 2007.
- O TA envia os resultados de auditoria e respectivas recomendações por escrito ao MF bem como às demais instituições auditadas e uma resposta formal a este informe é recebido pelo TA, no entanto, existe reduzida evidência de que um acompanhamento sistemático da implementação dessas recomendações é efectuado.
- Os comentários gerais efectuados pelo TA à CGE 2006 incluem:
 1. Participação da receita total no PIB: as metas fixadas pelo PARPA II estão ainda longe de serem alcançadas e há necessidade de desenvolver esforços para se atingirem os valores definidos naquele plano;
 2. Tem-se verificado uma tendência crescente da despesa que poderá se tornar incompatível com o objectivo de défice orçamental e poderão levar a necessidade de financiamento adicional que com certeza culminarão em aumento da dívida do país;
 3. O saldo global antes de donativos reflecte as necessidades de financiamento conforme preconizado pelo PARPA II de que a dependência em relação a recursos externos seja reduzida; e
 4. O serviço da dívida ultrapassou os níveis anteriores à iniciativa HIPC o que poderá vir a comprometer as expectativas criadas pela implementação desta iniciativa.

Relativamente aos comentários do Tribunal Administrativo sobre a CGE de 2006, importa salientar o desenvolvimento, pelo Governo, das seguintes acções:

- Foi reduzido consideravelmente o volume de adiantamentos de fundos por operações de tesouraria, como resultado das melhorias que se têm registado de ano para ano, no processo de execução do OE a todos os níveis, através da implementação gradual do e-SISTAFE;
- Foi incorporado na CGE de 2006 o Mapa Global de Receitas, Despesas e Financiamento do Estado, que evidencia os saldos de caixa do ano anterior, as receitas do Estado, os recursos externos, os empréstimos, as despesas, as operações financeiras e os saldos no final do exercício;
- Foi elaborado o Regulamento sobre o Património do Estado, aprovado pelo Conselho de Ministros e publicado através do Decreto n.º 23/2007, de 9 de Agosto;
- Foram realizadas auditorias e fiscalizações tributárias, no âmbito de combate à evasão e fraude fiscais, com destaque para: (i) a verificação das obrigações de facturação; (ii) controlo das mercadorias em circulação; (iii) controlo da entrega de impostos devidos pelos sujeitos passivos não residentes; e (iv) melhor controlo das obrigações fiscais das empresas que operam na área do turismo;
- Foi revista a legislação sobre os benefícios fiscais na área de recursos naturais, o que resultou na aprovação da legislação dos impostos específicos sobre a actividade mineira e petrolífera (Leis n.º 11/2007 e 12/2007, ambas de 27 de Junho) e respectivo regime de incentivos fiscais (Lei n.º 13/2007, de 27 de Junho);
- Foram tomadas medidas visando incentivar os devedores a honrarem os seus compromissos, no respeito ao reembolso dos créditos concedidos pelo Governo, nomeadamente a reprogramação da dívida, pelo período de 6 anos e o pagamento a pronto, com desconto.
- Relativamente ao comentário do TA sobre a evolução do serviço da dívida, a DNT salienta que o serviço da dívida tem estado a crescer pelo facto da maior parte dos créditos estar a vencer o período de deferimento. Influenciou esta tendência o pagamento dos dividendos da MOZAL ao Banco Europeu de Investimento.

Anexo 2: Conclusões sobre Execução Final do OE 2005 com base na CGE

Os números apresentados no REO são preliminares, pois os números finais irão ser apresentados com a publicação da CGE. Durante a Revisão Conjunta em 2007, conclui-se que o indicador dos 65% das despesas nos sectores prioritários havia sido alcançado. Esta conclusão foi revista com os números finais, a saber:

De acordo com a CGE 2006, o total da despesa nos sectores prioritários foi de 28.076 Milhões de MTNs, do total de despesa de 43.429 Milhões MTNs (excluindo Encargos da Dívida), o que significa que **64.6%** da despesa total foi gasta nos sectores prioritários. O alcance em relação ao orçamento foi de 92.5%. Este significa que o indicador não foi atingido.

Os sectores da Educação (20.3% da despesa total), Infraestruturas (16.8% da despesa total) e Saúde (13.9% da despesa total) foram os que mais absorveram a despesa total e, por sua vez os sectores que menos despesas absorveram foram os da Boa Governação (8.1% da despesa total), Agricultura e Desenvolvimento Rural (4.6% da despesa total) e Outros Sectores Prioritários (0.9% da despesa total).

Em termos de realização (despesa efectuada quando comparada com a despesa orçamentada) os Outros Sectores Prioritários (83% de realização), Saúde (88.7% de realização) e Agricultura e Desenvolvimento Rural (90% de realização) observaram realizações abaixo dos 90%. O sector da Boa Governação foi o sector com a maior taxa de realização (96.2%), logo seguido pelas Infraestruturas (94.2%) e Educação (93.5%). Os Outros Sectores Prioritários foram o sector com a menor taxa de realização.

Reforma Tributária

1. Sumario Executivo

O desempenho do Governo em 2007 referente à consolidação da reforma tributária e aumento das receitas internas foi bastante positivo. **A meta do QAD** acordada para 2007, de aumento da **receita total em percentagem do PIB para 15% foi atingida**, tendo de facto sido ultrapassada em 1.4 pontos percentuais, com o valor de 16.4%.

A receita total do estado cobrada em 2007 atingiu 33'059.25 milhões de meticais, correspondendo a um nível de execução de 102.5% em relação ao valor programado. O crescimento em termos reais foi de 15.7%, sendo os impostos sobre o rendimento os que tiveram maior crescimento (34.9%), seguidos dos impostos sobre bens e serviço (13.5%). Este desempenho se explica pelo crescimento da actividade económica combinado com a melhoria da eficiência da administração fiscal.

As principais áreas de progresso no contexto da reforma tributária foram:

- Consolidação das estruturas da Autoridade Tributária, incluindo integração de recursos humanos e de sistemas de administração tributária, e o início do desenho do desenvolvimento do sistema informático para a rede de cobrança (e-tributação) e acções para a bancarização dos impostos.
- Melhoria de desempenho operacional e redução dos níveis de evasão e fraude fiscal através do aumento de acções de auditoria, fiscalização e serviços ao contribuinte.
- Melhoria no processo de gestão dos reembolsos do IVA, como resultado de medidas adoptadas de descentralização da decisão dos pedidos de reembolsos e de acções de formação do pessoal e dos agentes económicos;
- Elaboração de legislação visando a uma maior simplificação de procedimentos dos principais impostos - IVA e IRPS. A nova lei de finanças e património das autarquias torna mais clara a regulamentação e transfere para as autarquias uma maior parte de receitas (imposto sobre veículos e sisa). Novos regulamentos sobre procedimentos aduaneiros contribuíram para tornar mais clara a verificação de origem de importações.

Os principais desafios e algumas áreas que devem ser melhoradas:

- A melhoria da orçamentação e contabilização das receitas próprias continua a ser um importante desafio: apesar da receita cobrada ser em 11% superior à programada, esta decresceu em 36% em relação a 2006 e as diferenças entre níveis de previsão e colecta contabilizada ao nível dos sectores continuam muito altas.
- A recuperação de impostos em dívida aumentou nominalmente em 14.4% em relação a 2006, mas mantém-se o mesmo rácio em relação ao PIB (0.12%). Contudo, o montante acumulado é ainda bastante elevado, sendo necessário um esforço significativo para a sua redução.

- Aumento das receitas de exploração de recursos naturais para alargamento da base tributária e gestão transparente através da adopção dos princípios da Iniciativa de Transparência nas Industrias Extractivas (EITI).
- A gestão da acumulação de dívidas associadas ao pagamento do IVA pelo governo em projectos de investimento com financiamento externo, teve alguns progressos mas permanecem os principais desafios para a sua devida orçamentação e pagamento. Foi iniciada uma auditoria externa para apurar o montante em dívida (para o período 2004-06) e as conclusões e recomendações para a solução do problema estão previstas até ao fim do primeiro semestre de 2008. Será necessária uma continuada coordenação e atenção pelo governo e doadores, para assegurar uma solução sustentável para os problemas associados ao pagamento do IVA e os fundos de contrapartida.
- O funcionamento efectivo dos tribunais fiscais e a redução adicional dos custos de transacção na importação/exportação de mercadorias.

2. Avaliação Detalhada do Desempenho em 2007

Indicador e meta do QAD 2007 A receita total do estado cobrada em 2007 atingiu 33'059.25 milhões de meticais³, correspondendo a uma execução de 102.5% em relação ao valor programado. **A meta do QAD** acordada para 2007, de aumento da **receita total em percentagem do PIB para 15% foi atingida**, tendo de facto ultrapassado em 1.4 pontos percentuais⁴. O rácio atingido de 16.4% representa um aumento em 1 ponto percentual em relação a 2006.

2.1 Desempenho da Receita

O maior crescimento em termos reais das receitas internas verificou-se nos impostos sobre o rendimento, com um crescimento de 34.9% em relação a 2006, tendo os impostos sobre bens e serviços baixado ligeiramente o seu peso na receita total, de 52.6% para 51.5%, apesar de terem crescido em quase 14% em relação a 2006.

Este desempenho se explica pelo crescimento da actividade económica combinado com a melhoria da eficiência da administração fiscal, em particular a melhoria do desempenho operacional e redução dos níveis de evasão e fraude fiscal através do aumento de acções de auditoria, fiscalização e serviços ao contribuinte.

Tomando em conta os desafios da integração regional, com o desarmamento tarifário, e o objectivo de manter um contínuo crescimento da receita interna e alargamento da base tributária, deve continuar a ser dada especial atenção ao melhoramento da eficiência na administração, racionalização efectiva dos benefícios fiscais, assim como mobilização e gestão transparente de receitas de exploração de recursos naturais, com a adopção dos princípios de transparência da Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas.

³ Segundo a nota técnica para o indicador, a receita total considerada exclui as receitas de concessões, no valor de 1'203.7 milhões de meticais.

⁴ Dado que os valores do PIB usados para o cálculo do rácio de receita não são aqueles reportados no balanço do PES ou no relatório de execução orçamental de 2007, mas aqueles actualizados em Abril/08, a tabela com o sumário dos dados macroeconómicos do MPD é apresentada no fim deste relatório.

Receitas próprias

As receitas próprias contabilizadas como cobradas em 2007, representam somente 3.3% da receita total e decresceram significativamente (em 36%) em relação ao ano anterior. As maiores reduções verificaram-se nos sectores de saúde (por eliminação gradual dos serviços especiais de saúde) e de obras públicas, que constituíam os de maior peso em 2006. Segundo informação de diferentes sectores, o peso destas receitas pode ser bem mais significativo e o esforço para a sua inclusão no orçamento deve ser cada vez maior, com mecanismos eficientes de previsão, registo e controle.

Apesar de se terem verificado alguns avanços com a incorporação de receitas próprias de mais instituições no Orçamento do Estado e de se ter verificado um grau de realização em relação ao programado de 111.5%, o processo da sua orçamentação e contabilização carece de melhorias, ao nível dos sectores, uma vez que se verificam diferenças abissais (entre 0 e 300%) na taxa de realização para os diferentes sectores e instituições.

Recuperação de valores de impostos em dívida

A cobrança de valores em dívida registou melhorias em 2007, com um crescimento nominal de 14.35% em relação a 2006, mas mantendo-se em termos relativos em 0.12% do PIB. Em 2007 foi dada prioridade ao aperfeiçoamento de instrumentos de controle através de meios informáticos, foi elaborado o projecto de Recuperação e Controle da Dívida Tributária, usando uma base de análise mais desenvolvida por tipo de impostos e nível de maturidade da dívida, mas que ainda não se traduziram numa redução significativa dos valores acumulados.

Segundo a recente avaliação de gestão de finanças públicas para 2006, a área de recuperação de valores de impostos em dívida é a que tem a classificação mais baixa (em comparação com padrões internacionais) na área de gestão tributária, colocando-se portanto o desafio importante de melhorias nesta área.

Reembolsos do IVA

Em 2007 houve melhoria no cumprimento do prazo de decisão sobre os pedidos de reembolsos do IVA, como resultados de: i) descentralização do processo de decisão sobre os pedidos, através da delegação de competências aos directores das unidades de grandes contribuintes e das áreas fiscais; ii) realização de acções de formação sobre procedimentos de reembolsos para contabilistas, operadores económicos e funcionários da administração fiscal.

2.2 Desempenho Geral na Implementação de Reformas

O desempenho do processo de reforma tributária em geral foi bom, caracterizado pela continuação do esforço para a melhoria da eficiência da administração tributária, consolidação dos impostos e de procedimentos aduaneiros para facilitação do comércio. Observou-se a consolidação das estruturas da Autoridade Tributária, incluindo integração de recursos humanos e de sistemas de administração tributária, e o início do desenho do desenvolvimento do sistema informático para a rede de cobrança (e-tributação) e acções para a bancarização dos impostos.

Durante o ano foi revista e actualizada legislação tributária visando a uma maior simplificação de procedimentos dos principais impostos - IVA e IRPS – assim como o código de imposto sobre sucessões e doações. Foi aprovada a nova lei de finanças e património das autarquias que torna mais clara a regulamentação de colecta ao nível local e transfere para as autarquias uma maior proporção de receitas (do imposto sobre veículos e do sisa).

Novos regulamentos sobre procedimentos aduaneiros contribuíram para tornar mais clara a verificação de origem de importações, mas permanecem os desafios de redução dos custos de transacção para os agentes económicos no processo de importação e exportação de mercadorias.

Os Tribunais Fiscais foram formalmente estabelecidos em 2005 com a aprovação dos decretos e estatutos dos funcionários, carreiras e qualificadores dos magistrados, mas o seu funcionamento efectivo ainda constitui um desafio importante, previsto para iniciar em 2008.

2.3 Pagamentos do IVA pelo Governo e Fundos de Contraparte

A gestão dos problemas criados com a acumulação de dívidas associadas ao pagamento do IVA pelo governo em projectos de investimento com financiamento externo, teve alguns progressos mas permanecem os principais desafios.

Do lado do governo, foram observados progressos adicionais na orçamentação e pagamento de dívidas acumuladas na área de infra-estruturas, mas ainda não há controle total pelo Ministério das Finanças sobre a extensão de novas obrigações com novos projectos de investimentos em infra-estruturas. O aumento da cobertura de projectos de investimento externo no orçamento do estado permite uma melhor orçamentação das obrigações com fundos de contrapartida, mas é um processo que ainda encara desafios importantes.

Uma auditoria externa com o objectivo de apurar o montante de pagamentos de IVA em atraso (para o período 2004-2006) foi iniciada em 2007 e as conclusões e recomendações para a solução do problema estão previstas até ao fim do primeiro semestre de 2008. O governo aprovou também em fins de 2007, nova legislação providenciando uma isenção limitada de IVA para obras públicas (por redução da base tributável para obras públicas), como forma de reduzir os montantes de IVA devidos pelo governo. Esta medida poderia contudo ser vista como uma solução transitória, não abordando totalmente as principais causas do problema.

Tendo em perspectiva evitar a quebra da cadeia do IVA ou a alteração da natureza do imposto, o governo indicou como solução ideal para o futuro, o financiamento total dos projectos pelos doadores, incluindo o pagamento de impostos. Com o objectivo de se mover nesta direcção, alguns doadores procuram formas para mudar a política e legislação sobre a tributação da ajuda externa, podendo este ser no entanto um processo moroso. Entretanto, os PAPs comprometeram-se (através do QAD dos PAPs) a reduzir progressivamente os montantes de ajuda a Moçambique sujeitos à exigência de isenção tributária. Será necessária uma continuada coordenação e atenção pelo governo e doadores, para assegurar uma solução sustentável para os problemas associados ao pagamento do IVA e os fundos de contrapartida.

Principais Indicadores macroeconómicos

Pressupostos Básicos						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
PIB (nominal; milhões de USD)	4.666	5.698	6.579	7.077	7.878	9.312
PIB (nominal; bilhões de MZM)	110.973	128.668	151.707	176.804	201.437	226.786
PIB real	110.973	119.722	129.764	140.846	151.127	161.706
PIB real sem MPs	103.205	114.250	123.829	134.788	144.673	155.039
Taxa de crescimento real (%)	6,49	7,88	8,39	8,54	7,30	7,00
						7,42
Inflação						
Média anual (%)	13,46	12,63	6,43	13,24	8,16	7,30
Fim do período (%)	13,82	9,07	11,15	9,37	10,26	6,00
Taxa de câmbio						
Média (MZM/USD)	23.782	22.581	23.061	24.982	25.568	24.353
Fim do período (MZM/USD)	23.857	18.899	24.183	25.970	23.820	26.264
Fim do período (MZM/ZAR)	3.518	3.377	3.817	3.710	3.500	3.398

Fonte: Ministério do Plano e Desenvolvimento – 02/Abril/2008

Reforma do Procurement

1. Sumário Executivo

O indicador e a meta do QAD para 2007 na área da reforma do procurement foram atingidos.

Área de melhor desempenho em 2007 foram:

- A criação, a estruturação e o funcionamento dum total de 472 Unidades Gestoras Executoras das Aquisições (UGEAS) até aos finais do 2007 ao nível central, provincial e distrital.
- Em prossecução das acções de capacitação, a formação de cerca de 1800 técnicos (nível central, provincial, distrital e autarquias locais) em matéria do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 54/2005, de 13 de Dezembro e acções de capacitação para o sector privado em matéria de procurement.
- No contexto das competências e atribuições da UFSA é de notar que até o final do ano de 2007, foram recebidos e analisados 1405 concursos (2006: 316 concursos) mostrando uma melhor abrangência das actividades da UFSA.
- A UFSA possui um portal electrónico (www.concursospublicos.gov.mz) que oferece uma série de informações (legislação e demais publicações), tanto para o pessoal afecto as UGEA's como também para os demais interessados em matéria ligada às contratações públicas em Moçambique.

Área de fraco desempenho em 2007:

- A demonstração dos resultados e apresentação do ponto da situação da reforma do procurement estava bem elaborado em 2006 mas não está incluído no Balanço do PES 2007.
- As diversas áreas de confluências com as demais normas e regulamentações do Estado estão a dever de serem feitas ainda (exemplos: forma de fiscalização pela IGF e TA, integração com o e-Sistafe).
- Ainda precisa-se o desenvolvimento dum sistema adequado de avaliação e monitoria que permite também medir o desempenho da reforma.
- A adopção do Regulamento, pelos parceiros de cooperação ainda não está feito numa forma pro-activa pela maioria dos parceiros.

No concerne às lições aprendidas na área de procurement refira-se que:

- A continuação das acções de supervisão e assistência técnica às UGEA's e a monitoria da performance das UGEA's são essências.
- Continuação das acções de formação e implementação de Acordos Técnicos de Trabalho com instituições relevantes no país.
- O plano de acção da reforma do procurement precisa urgentemente duma actualização. Esta acção já está em curso no âmbito duma actualização do CPAR do Banco Mundial junto com o Governo de Moçambique e os outros parceiros.

2. Avaliação mais Detalhada do Desempenho

- A execução do orçamento de 2007 na área da reforma do procurement, apresenta-se satisfatório, na medida em que foi possível realizar as acções planificadas para aquele exercício. A correlação com o desempenho descrito no Balanço do PES (2007) não é possível avaliar uma vez que o procurement não está incluído no BdPES 2007.
- Em relação a avaliação do desempenho na área de procurement com enfoque particular nos 11 assuntos de “atenção especial” identificados na RC 2007 deve se constatar que o procurement tem um papel chave no combate a corrupção relacionado com despesas públicas. A actualização do plano de acção na base da avaliação em curso (metodologia OECD/DAC) apresentara sugestões concretas para o fortalecimento do pilar 4 “integridade do sistema”.
- O indicador sobre o procurement esta descrito e acordado na nota técnica:

Para se avaliar o sistema de procurement e torná-lo operacional, três dos quatro pilares dum sistema eficiente e transparente devem ser analisados: a) a arquitectura institucional do sistema, b) as operações do sistema, e c) a integridade do sistema de procurement.

Sub-metas na nota técnica:

- O número total das UGEAs é comunicado pela UFSA e 70% dos UGEAs (incluindo distritos) tem pessoal e efectuaram procurement em 2007.

Resultado 2007: Considerando o universo de 772 UGEA's previstas, constata-se que, até ao fim de 2007, 472 ou 61% já estão criadas e efectuam procurement.

Considerando que isto inclui todas UGEAS com um volume grande de aquisições este numero e satisfatório embora que os 70% não foram atingidos na totalidade.

- Informações sobre as compras públicas disponíveis na UFSA mostram que pelo menos 50% dos contratos foram sujeitos a concurso público em conformidade com o regulamento.

Resultado 2007: um total de 1405 Concursos e 258 ajustes directos foram registados pela UFSA em 2007, dos quais 1030 concursos públicos e concursos para consultorias. Isto significa que 62% destas acções de compras públicas foram sujeitos a concurso público. Atingido.

- Informações sobre outras modalidades de contratação (regime excepcional) com a devida fundamentação em pelo menos 90 % ao nível central e pelo menos 50% ao nível provincial e distrital comunicadas à UFSA.

Resultado 2007: as informações disponíveis na UFSA e apresentadas na RC mostram que a UFSA esta receber estas informações. Conforme as informações disponíveis a sub-meta foi atingido mas o sistema de monitoria a ser instalado (veja acima) deve garantir que as informações são completas no futuro.

- O processo de recursos (como definido no regulamento) está operacional e UFSA tem os dados sobre os processos e as decisões disponíveis para a Revisão Conjunta de 2008.

Resultado 2007: Dados disponíveis na UFSA mostram que existem pouco recursos no sistema. No total houve em 2007 24 recursos. A UFSA tem os dados sobre os processos e as decisões disponíveis. Atingido

Pode se concluir que o indicador do QAD 2007 área de procurement foi atingido.

3. **Elaboração mais profunda das principais lições aprendidas na área do procurement em 2007**

- Chegou-se a conclusão que a continuação das acções de supervisão e assistência técnica às UGEA's e a monitoria do performance das UGEA's são essências.
- Continuação das acções de formação a nível provincial e distrital para permitir melhor assimilação e aplicação do regulamento e implementação de Acordos Técnicos de Trabalho com instituições no país para garantir a sustentabilidade do sistema de formação.
- Acerca do plano de acção da reforma do procurement notou-se durante a RS 2007 que este plano precisa urgentemente duma actualização e recomendou-se de aplicar o método de avaliação de sistemas nacionais de procurement que a OECD oferece. Esta acção já esta em curso no âmbito duma actualização do CPAR do Banco Mundial junto com o Governo de Moçambique e os outros parceiros.
- Necessidade de preparar um orçamento da UFSA em função das acções recomendadas na recente actualização do CPAR recentemente iniciado. Neste orçamento serão indicadas as participações dos diferentes financiamentos (OE, UTRESP, outras fontes).

4. **Tabela QAD 2007 na área do procurement**

Procurement	<i>Tornar transparente e eficiente o sistema de aquisições de bens e serviços do Estado</i> (par. 494)	Implementação e operacionalização do Sistema de Procurement até ao nível distrital	MF - DNPE	Sistema de Procurement operacional [DNPE-MF]	atingido
-------------	---	--	-----------	--	----------

5. **Desempenho dos doadores**

A adopção do Regulamento, pelos parceiros de cooperação ainda não esta feito duma forma pro-activa pela maioria dos parceiros.

6. Indicador QAD (2008-09) do procurement que possa precisar de ser revisto (modificados) na Revisão Semestral 2008.

A actualização do CPAR utilizando a metodologia do OECD, cujos resultados somente estarão disponíveis para RS 2008 podem trazer a necessidade de reformular o indicador embora que a primeira análise do indicador pelo consultor principal da equipa não indica a necessidade duma modificação significativa.

Reforma do SISTAFE

1. Sumário Executivo

Até 2007, tinham sido alcançados importantes resultados que tornaram o impacto do e-SISTAFE mais visível. Estes resultados relacionam-se com o contínuo desenvolvimento e implementação de funcionalidades nucleares do e-SISTAFE tais como a execução orçamental, orçamentação e gestão do tesouro. O progresso no desenvolvimento de outras funcionalidades é ainda pouco visível, embora actividades preparatórias estejam a ser desenvolvidas em algumas áreas como pagamento de salários e e-tribuição, gestão do património do Estado e interligação da gestão da dívida pública.

O impacto positivo da implementação da reforma do SISTAFE é reconhecido pela avaliação PEFA realizada em 2007. “Especialmente importantes, têm sido as reformas ao nível da cobrança e gestão de receitas, do aprovisionamento e da gestão financeira derivada da implementação em curso do e-SISTAFE”. (Lawson, A 2007)

Um dos principais marcos da reforma em 2007, ao nível da implementação da execução orçamental através do e-SISTAFE foi a conclusão do *roll-out* e uso da execução orçamental por via directa. O início do pagamento da despesa por via directa aos fornecedores de bens e serviços trouxe um impacto significativo, pois permitiu uma melhor gestão dos fundos do Estado através da redução de existência de recursos ociosos nas instituições. No mês de Dezembro de 2007, 81,5% da execução da despesa de bens, serviços e investimento das Unidades que operam no e-SISTAFE foi feita através da via directa. Portanto, a descentralização e a melhoria da capacidade de execução e administração do OE trouxeram transparência, responsabilização e fortificação dos controlos nas fases de execução de despesas. Entretanto há ainda muito que fazer para incorporação das despesas de salários, pensões e de fundos externos na execução por via directa. Estas consituem prioridades em 2008.

No geral, a reforma foi mais onerosa do que o inicialmente previsto, tanto em termos de recursos financeiros, como em termos de recursos humanos e materiais. Porém, das experiências internacionais pode se concluir que reformas desta abrangência podem levar de 5 a 10 anos de implementação.

Os Desafios da reforma consistem essencialmente em garantir que os sectores tenham maior envolvimento e possam maximizar o potencial do sistema para responder as suas necessidades específicas. Igualmente, deve-se criar estratégias para capacitar o ministério das finanças para que possa desempenhar eficazmente o seu papel de suporte aos outros sectores e para garantir a sustentabilidade técnica e financeira do e-SISTAFE. Paralelamente será importante desenvolver uma visão estratégica da gestão das Finanças Públicas que espelhe os novos desafios e perspectivas do governo neste contexto.

2. Avaliação detalhada do desempenho em 2007

2.1 Desempenho em relação aos indicadores

Avaliação do desempenho em relação á meta para 2007

Indicador	<i>Roll-out</i> e uso do e-SISTAFE
Meta para 2007	Execução directa do orçamento implementada em 25 Ministérios e Órgãos com pelo menos 291 UGEs estabelecidas e em funcionamento
Avaliação	Cumprida
Comentários	No âmbito da execução orçamental através do e-SISTAFE, até Agosto de 2007 cobriu-se, 25 Ministérios e 7 Órgãos do Estado ao nível central e provincial sendo na sua totalidade 32. Por outra forma, totalizam-se 544 UGEs de despesas gerais e investimento em funcionamento em todo o país. A definição de UGE foi corrigida para reflectir que em cada UGB (DAF) que opera o e-SISTAFE pode haver mais que uma UGE. Actualmente, uma UGB tem UGE de Investimento e outra de Despesas Gerais.

Ponto de situação do progresso em relação as metas para 2008 e 2009

Indicador	<i>Roll-out</i> e uso do e-SISTAFE
Meta para 2008	90 % da execução orçamental das UGEs para bens, serviços e investimentos será pela via directa.
Avaliação	Em progresso
Comentários	Até Dezembro de 2007 81.5% da execução de bens, serviços e investimento foi pela via directa. O nível de execução alcançará os 90% em 2008.

Indicador	<i>Roll-out</i> e uso do e-SISTAFE
Meta para 2009	90% da execução orçamental das UGEs para bens, serviços e investimentos, salários e pensões será pela via directa.
Avaliação	Em progresso
Comentários	<p>Foi desenvolvida a funcionalidade para pagamento de salários, que terá como piloto o Ministério das Finanças em finais de Abril de 2008, prevendo-se estender o pagamento para outros ministérios ainda em 2008 e 2009.</p> <p>Para realizar-se o pagamento de pensões pela via directa foi necessária a integração dos sistemas de cadastro e pagamento através de um recenseamento presencial e de raiz, cuja conclusão está prevista para Setembro de 2008 e o início de pagamento de pensões via e-SISTAFE em 2009.</p>

2.2 Avaliação geral do progresso no Programa de Reforma SISTAFE

2.2.1 Expansão do e-SISTAFE

- **Roll-out aos Ministérios e órgãos** – o SISTAFE foi expandido para todos Ministérios e alguns Órgãos do Estado até Agosto de 2007. Por outro lado, foram identificadas cerca de 134 Instituições Autónomas a nível central e provincial tuteladas a certos Ministérios e beneficiárias do orçamento do Estado. Está sendo feita uma avaliação de custo-benefício e por conseguinte a elaboração do plano de implantação do e-SISTAFE dependendo do volume do orçamento da instituição. No princípio de 2008, o SISTAFE foi estendido para 10 destas instituições, que detêm orçamentos mais elevados, aumentando-se assim a fracção do OE executada pela via directa.
- **Roll-out aos distritos** – A implementação do e-SISTAFE nos distritos registou um ligeiro atraso e será feita de uma forma gradual. Até finais de Fevereiro de 2008 o e-SISTAFE havia sido implementado em 3 distritos da província de Maputo, sendo que até finais de Março terão sido incorporados os mais 28 distritos, totalizando 31. Está sendo analisada a possibilidade de se incorporar mais distritos a medida que forem satisfazendo as condições requeridas⁵.
- **Autarquias** – Dadas as características específicas da execução orçamental das autarquias há necessidade de se ajustar o e-SISTAFE para atender a essas especificidades. Neste sentido o processo da implementação do e-SISTAFE nas autarquias está dependendo de um estudo das modalidades de implementação a ser realizado entre a UTRAFE e a Associação Nacional dos Municípios.

2.2.2 Execução por via directa

Um marco importante na execução orçamental foi a preparação dos sectores com vista a implementação da medida administrativa da obrigação em Setembro de 2007 do uso da via directa. Como consequência, no mês de Dezembro de 2007, 81,5% da execução da despesa de bens, serviços e investimento interno das Unidades que operam no e-SISTAFE foi feita através da via directa. Isto significa que o restante do orçamento total ainda é executado por meio de adiantamento de fundos. Importa referir que no mês de Setembro registou-se um pequeno decréscimo na execução que pode ser explicada pelo processo de adaptação à nova funcionalidade. Nos meses seguintes a execução voltou a crescer significativamente.

Entretanto, há ainda muito que fazer para incorporação das despesas de salários, pensões e de fundos externos na execução por via directa uma vez que estas ainda se executam por meio de adiantamento de fundos. Actualmente todas as despesas executadas por via de adiantamento de fundos representam cerca de 74% do Orçamento global do Estado de 2007, significando que 26% é a fracção do orçamento do Estado executada pela via directa em 2007. Os 74% representam o quanto é executado pelas Instituições Autónomas, Hospitais, Escolas, dívida pública, transferencias correntes (e.g. embaixadas) componente externa e interna de investimento. Realçar que a percentagem de via directa é contada a partir de setembro, o que significa que o resto do ano foi na maioria executado por adiantamento de fundos. Por outro lado a conclusão da extensão do e-SISTAFE nos distritos e instituições autónomas é uma condição para o alcance de 100% da execução do Orçamento do Estado pela via directa.

2.2.3 Gestão financeira

Com a implantação da via directa a partir de Setembro de 2007, em princípio, houve uma redução dos recursos imobilizados nas contas bancárias dos sectores, uma vez que os pagamentos passaram a ser efectuados directamente da CUT para as contas dos beneficiários finais trazendo ainda como benefício: redução na pressão de caixa sobre o tesouro e, por consequência, evitando a necessidade de endividamento de curto prazo através da emissão de bilhetes de tesouro (BT).

2.2.4 Prestação de contas

Com a introdução do pagamento da via directa através do e-SISTAFE, o processo de encerramento do exercício ficou mais sistemático e controlável reduzindo o tempo e outros recursos envolvidos na preparação da Conta Geral do Estado. Para além dos relatórios integrantes da Conta Geral do Estado, o sistema tem disponíveis relatórios semestrais, trimestrais, e de gestão.

Paralelamente, para permitir que os sectores extraiam do sistema relatórios específicos ao seu contexto, estão a ser desenvolvidos classificadores seccionais e sectoriais. Entretanto é necessário o desenvolvimento de capacidades internas que garantam um maior envolvimento dos sectores na utilização destes classificadores. Prevê-se o início da sua disponibilização a partir de Maio de 2008.

2.2.5 Orçamentação

- **Módulo de Elaboração Orçamental** – para melhorar a capacidade e descentralizar o poder de elaboração orçamental, foi concebido e desenvolvido um Módulo do e-SISTAFE para Elaboração Orçamental interligando ao módulo de execução orçamental. Foram realizadas acções de formação sobre a utilização do módulo a todos os sectores até ao nível provincial.
- **Orçamentação por programa** – Vários trabalhos foram realizados entre UTRAFE, DNO e DNP com vista a consolidar o conceito pretendido pelo Governo e aquilo que é praticável atendendo aos instrumentos de planificação já adoptados, nomeadamente, PQG, PARPA, CFMP, PES, OE. O objectivo do exercício realizado era para garantir que no OE 2008 existam pelo menos um programa em cada um dos 3 sectores a adoptarem classificadores programáticos para servirem de piloto. Para garantir um processo participativo os 3 sectores foram consultados na fase de definição do conceito. Foram escolhidos os seguintes programas – pilotos: Estradas – MOPH, Educação Primaria – MEC, Produção Agrária – MAG. Com base na experiência do piloto, está se fazendo extensão para totalidade dos sectores que serviram de piloto e para mais dois sectores: Saúde e de Transportes e Comunicações. Para mais detalhes deverá consultar o relatório do subgrupo do orçamento.

2.2.6 Pagamento de Salários

Com a perspectiva de aumentar a cobertura de despesa pelo e-SISTAFE, especificamente, de salários, o Governo implementou uma base de dados integrada de funcionários públicos para que tenha informação fiável e actual sobre o número destes. Esta base de dados deverá ser a fonte principal e única para o pagamento de salários. A estratégia escolhida pelo Governo foi de iniciar um processo novo de recenseamento presencial de todos os funcionários. Para este efeito, foi

desenvolvido um sistema informático baseado em dados biométricos para o recenseamento e gestão dos dados dos funcionários públicos. Este sistema foi construído na base da arquitectura do e-SISTAFE e integrado ao mesmo. Tecnicamente o processo foi um sucesso, tendo sido ajustado de acordo com às especificidades reais encontradas no acto do recenseamento. O estágio do processo de validação dos dados é detalhado no relatório da reforma do sector público.

O piloto para pagamento de salários será com uma unidade do Ministério das Finanças, em Abril de 2008 e será estendido gradualmente para os outros sectores. Está em estudo a integração de um módulo de cálculo, pagamento de salários e administração geral de recursos humanos nos sistemas do e-SISTAFE.

2.2.7 E-tributação

Em 2007 continuou-se com a preparação da primeira versão do desenho conceptual do e-Tributação. O escopo e orçamento do e-tributação mudaram significativamente em relação ao inicialmente previsto no APB. Actualmente o e-tributação foi concebido como um instrumento de suporte a todo o processo de colecta de impostos (o foco inicial era na fluxo de fundos para a CUT). Neste sentido é necessário negociar uma nova modalidade de financiamento para o projecto. Prevê-se que o piloto inicie em 2009.

2.2.8 Auditoria (externa e interna)

Todas os requisitos técnicos foram cumpridos para que tanto o TA como a IGF tenham acesso ao e-SISTAFE para fins de consulta. O TA, a IGF e a UTRAFE estão actualmente a analisar se há necessidade de instrumentos adicionais para geração de relatórios para fins de auditoria. A meta da UTRAFE é de até Junho de 2008 tanto o IGF assim como o TA tenham capacidade suficiente de realizar auditorias através do e-SISTAFE.

3. Assuntos que merecem maior atenção

3.1 Fundos Externos – CUT Multi-Moeda

Com o objectivo de aumentar o volume da despesa do Estado a ser contabilizada no e-SISTAFE e buscar mecanismos que incentivam os doadores a incorporarem no OE e/ou CUT os fundos extra-orçamentais e aqueles orçados que não transitam pela CUT, o Governo decidiu a implementação da CUT Multi Moeda (CUT MM) como um instrumento catalisador para o efeito.

O Modelo conceptual da CUT MM foi desenhado durante o primeiro semestre de 2007 e discutido com as áreas relevantes e implementado desde Outubro na UTRAFE, para pagamento de salários e ajudas de custo no país;

Actualmente, a DNT e o BM estão a elaborar o Diploma Ministerial que regulamenta as operações da CUT MM. Só após a conclusão e aprovação deste instrumento poderá ser concluído o desenvolvimento e aplicação plena da funcionalidade. Prevê-se que em Janeiro de 2009 a CUT MM esteja em plena utilização.

4. Lições para o futuro

- O desenvolvimento de funcionalidades mais complexas tem muitas vezes levado mais tempo do que o previsto;
- Os recursos necessários para implementação efectiva da reforma foram subestimados; e
- Gestão da mudança de culturas na implementação da reforma é um processo muita importância para maximização do potencial da reforma.
- Continuo fortalecimento da capacidade d gestão financeira e da UTRAFE no geral para garantir cada vez mais eficiência e transparência nas suas operações.

Auditoria Interna

1. Sumário Executivo

QAD indicador/meta de 2007: 30% de órgãos de controlo interno de nível central e provincial em funcionamento

A percentagem de instituições de nível central e provincial com OCIs em funcionamento, é de 25%, o que significa que o indicador não foi atingido mas está com progresso.

Embora o indicador tenha sido acordado, o plano do SCI não foi aprovado ao longo do ano, não existindo condições plenas para implementação do mesmo. No entanto, esforços diversos permitiram realizar as seguintes acções:

- Para melhorar a capacidade inspectiva dos Órgãos de Controlo Interno (OCI) foram recrutados e formados 49 técnicos para o SCI afectos às inspecções sectoriais, tendo a IGF pela 1 vez dado o curso de integração aos novos técnicos o que consumiu grande parte do tempo destinado a outras actividades, diferentemente dos anos anteriores, em que a formação foi com base em *outsourcing* para 34 técnicos em duas fases.
- A elaboração do Modelo de Negócio do SCI foi uma actividade que teve o seu início em 2007 e tem em vista o desenho das linhas gerais e estrutura de funcionamento do SCI no futuro em articulação com os restantes subsistemas.
- A conclusão do Manual básico de auditoria foi um aspecto muito importante.
- Em 2007 foram concluídos pela IGF 130 relatórios de auditoria. Verificou-se um crescimento em 25% relativamente ao ano 2006. Foram identificadas 300 recomendações de maior peso que serão objecto de acompanhamento até ao final do 1º semestre de 2008.
- A elaboração e revisão da legislação sobre a estrutura organizacional da IGF que embora finalizada a sua aprovação só será em 2008.
- A responsabilização dos gestores em casos de desvios às normas e actos de corrupção ainda é um desafio e devem ser melhor tratados por forma a permitir uma melhor visualização do processo de combate a corrupção pelo Governo.
- Em 2007 o SCI ainda não tinha o seu plano trienal aprovado o que afectou a execução do plano anual de actividades pois, no referido ano o SCI foi realizando acções de acordo com as oportunidades que lhe foram oferecidas e que realmente tinham garantia financeira.

2. Avaliação do Desempenho

Execução do Orçamento e BdPES

O nível de execução orçamental em 2007 a nível central para despesas correntes foi de cerca de 100% da dotação disponível. A Delegação Norte em 2007 teve uma execução de 60,54%, enquanto que a Delegação Centro teve uma execução de 99,95%.

A Irlanda transferiu fundos no âmbito do financiamento da Auditoria de Desempenho no Sector da Justiça, mas estes fundos não foram inscritos no OE devido ao atraso na elaboração do orçamento específico da auditoria.

O grau de execução dos fundos da Irlanda pela IGF foi de 17%, decorrente da aprovação tardia do Plano de Auditoria, que culminou com o início dos trabalhos no mês de Outubro de 2007. A execução dos fundos da Suécia foi de 59%, pelo atraso verificado no início das actividades

Tal como nos anos anteriores o BdPES não menciona actividades realizadas no âmbito do SCI e não menciona se a meta do indicador foi atingido ou não. Há toda conveniência que a IGF e o Ministério das Finanças assegurem que os documentos chave do Governo façam menção apropriada aos objectivos e actividades referentes ao SCI.

Auditorias realizadas pela IGF

Até 31 de Dezembro de 2007, foram concluídos 130 relatórios de auditoria, das 262 acções planeadas, o que se traduziu num grau de realização de 50%. Das acções previstas 103 eram acções transitadas.

De salientar que das 43 acções previstas diziam respeito a auditorias das Administrações Distritais, em comparação com as 22 do ano 2006. Por insuficiência de fundos estas iniciaram apenas em Setembro de 2007. Pois aqui trata-se de acções conjuntas constantes do plano trienal do SCI.

De realçar que dos 130 relatórios concluídos no final do período em análise, 73 são relativos a acções que transitaram de 2006 e 57 referentes a auditorias iniciadas em 2007. Comparativamente com igual período do ano anterior, verifica-se uma variação em – 5% das acções transitadas (menos 4 relatórios), no entanto no que concerne as novas acções verifica-se uma variação na ordem dos 81% ou seja, mais 30 relatórios concluídos.

Em termos globais, **o nível de execução foi superior em 25% ao registado no final de 2006**, em que foram objecto de despacho superior 104 relatórios. **No entanto**, ao longo do **1º trimestre** do presente ano tiveram **despacho mais 35 relatórios de auditoria de 2007 o que significa um crescimento em 21% comparado ao 1 trimestre de 2007.**

À semelhança do igual período do ano transacto, no final de 2007, estavam em curso 100 auditorias, das quais 93 em fase de elaboração do relatório (versão *draft* ou versão final), contraditório ou rectificação, com excepção da auditoria de desempenho ao sector da Justiça que só iniciou no 4º trimestre.

Foi efectuado o acompanhamento de 300 recomendações mais relevantes e constantes nos relatórios de auditorias anteriores contudo, o trabalho ainda está a decorrer e os resultados do acompanhamento serão conhecidos no primeiro semestre de 2008.

Para aumentar a integridade na utilização dos fundos públicos, é importante priorizar a responsabilização dos gestores em casos de desvios às normas e actos de corrupção.

Desenvolvimento da capacidade institucional da IGF

No que concerne as acções de desenvolvimento e capacitação institucional destacam-se as seguintes acções:

- Conclusão do projecto de carreiras especiais diferenciadas;
- Formação em serviço dada pelos assessores de longo prazo e consultores externos;
- Desenvolvimento da aplicação informática para o acompanhamento das recomendações;

A elaboração e revisão da legislação da estrutura organizacional da IGF foi concluída aguardando-se apenas pela sua aprovação no 1º semestre do corrente ano.

Acções realizadas no âmbito do SCI

No âmbito do Subsistema de Controlo Interno (SCI) esforços tem-se empreendido no sentido aumentar o número de órgãos de controlo interno (OCIs) existentes e em funcionamento. De acordo com o levantamento feito, até 31 de Dezembro de 2007 estavam criados 18 OCIs a nível central, 4 empresas públicas, 22 direcções provinciais e 6 instituições com autonomia administrativa. Contudo, só os OCIs ao nível central é que apresentam planos de actividade e relatórios de auditoria, sendo considerados "em funcionamento". Em relação aos OCIs a nível provincial e municipal, não existem dados suficientes para considerar estes plenamente funcionais. Sendo assim, a percentagem de instituições de nível central e provincial com OCIs em funcionamento, é de 25% (18 OCIs em funcionamento dos 83 previstos), o que significa que o indicador não foi atingido mas está com progresso.

Foi finalizado o recrutamento e formação dos 49 técnicos para o SCI, processo que começou no 3º trimestre de 2006. A formação em sala decorreu de 19 de Fevereiro a 21 Março e o estágio em campo teve lugar em Abril e terminou em Julho, ao que se seguiu a afectação da metade dos técnicos em diferentes instituições do Estado ao nível central, os restantes aguardando pela afectação. Ao contrário dos anos anteriores em que a formação foi feita com recurso a *outsourcing* para 34 técnicos em duas fases, em 2007 a formação foi dada pela própria IGF que desenvolveu um grande esforço adicional para esta actividade. A formação contínua dos técnicos afectos aos OCIs é uma prioridade.

Destaca-se o curso sobre *procurement* na óptica do inspector no qual participaram cerca de 45 técnicos dos diferentes OCIs de entre Inspectores Gerais e chefes de departamentos centrais. De salientar que o referido curso teve também lugar em Nampula onde participaram 21 técnicos das DPPFs e da Delegação Regional Norte. Em 2008 o curso vai ser administrado em Beira para a Região Centro.

Relativamente as acções coordenadas inspectivas ao INAS, foram realizadas acções já concluídas nas províncias de Tete, Manica e de Gaza. Sobre as acções inspectivas às Administrações dos Distritos, foram auditados 43 distritos, mas dada a disponibilização tardia dos fundos as mesmas tiveram início apenas na segunda quinzena do mês de Setembro.

O manual básico de auditoria foi concluído e prepara-se para sua divulgação.

A criação e implementação dos Comitês de Auditoria foi iniciado em Niassa, mas esta actividade está atrasado pelo facto de estar interligada com a revisão do Estatuto da IGF.

Para 2008 é urgente a revisão do Plano Trienal do SCI 2008-2010, que já está atrasado, para posterior alocação de recursos, como externos. Devia-se contemplar a possibilidade de o plano do SCI ser incorporado no processo de planeamento e controle integrado e operacional da IGF, que possa contribuir positivamente para o processo de criação e fortalecimento do SCI bem como facilitar o cumprimento do plano estratégico do SCI.

3. Desempenho em relação às principais reformas centrais

Neste âmbito está ser desenhado o modelo de negócio do SCI, que apresenta as linhas gerais de funcionamento e visão do SCI. Uma vez terminada a elaboração, o documento será apresentado junto a Utrafe e posteriormente a quem de direito para o seu sancionamento.

e- SISTAFE

Em 2007 foram formados 12 técnicos em matéria do e-Sistafe e prevê-se a continuação em 2008 de modo a que no final do ano possam estar capacitados nesta matéria a maior parte dos técnicos da IGF.

Descentralização

No âmbito da descentralização financeira foram realizadas 43 auditorias aos distritos, 13 auditorias aos municípios e 33 pareceres. Isto corresponde à 34,7% do total dos distritos e municípios.

Avaliação do desempenho da auditoria interna com base no PEFA

De acordo com a avaliação do PEFA, em 2006 a área de auditoria interna foi uma das que obteve alterações significativas comparativamente a avaliação feita em 2004, tendo evoluído de uma classificação de C+ em 2004 para B em 2006. Contribuiu para esta classificação a melhoria no grau de respostas e acompanhamento das recomendações de auditoria interna, que na avaliação passada teve uma classificação C e a avaliação de 2006 teve uma classificação B.

No entanto, para além destes avanços significativos outras melhorias tiveram lugar designadamente:

- Crescimento do número de entidades auditadas;
- Atenção as questões sistémicas e desenvolvimento de outros tipos de actividades de auditoria como é o caso da realização de auditorias de desempenho;
- Aumento da cooperação com o Tribunal Administrativo, permitindo o uso mais sistematizado dos relatórios da IGF para apoio às auditorias externas e nas auditorias as Administrações dos Distritos de modo a não permitir sobreposição de acções de auditoria, mas sim a complementaridade de esforços.

Implementação do Memorando de Entendimento

Auditorias de desempenho

Depois da Revisão Semestral de Setembro 2007 foi acordado o Plano Específico de Auditoria para a auditoria de desempenho no sector da justiça. Também foi acordado entre os PAPs e o GdM que o relatório final de auditoria estaria pronto até dia 31 de Julho de 2008.

Durante a Revisão Conjunta de 2007 foi acordado que o sector da Agricultura seria alvo do seguinte auditoria de desempenho. Sendo assim, foi acordado durante esta Revisão Conjunta de 2008, que os TdR para a auditoria estarão prontos até 22 de Maio de 2008, de modo a permitir a produção dum produto final até a Revisão Conjunta de 2009.

Auditoria Externa

1. Sumário executivo

Indicador QAD 2007

Em 2007 o número de relatórios de auditoria financeira aprovados pelos Juizes Relatores foi de 176, tendo assim sido atingida e superada a meta de 90 relatórios de auditoria financeira aprovados.

Áreas de melhor desempenho em 2007

- Uma comparação do relatório e parecer do TA sobre a CGE de 2006 com os dos anos anteriores mostra melhoramentos significativos na abrangência e qualidade da análise devido ao fortalecimento das capacidades do TA. Registou-se um progresso na qualidade da CGE, fruto da implementação das recomendações do TA;
- O número de auditorias financeiras realizadas pelo TA em 2007 foi de 281, representando um crescimento de 115% em comparação com o ano de 2006;
- Foram efectuadas 101 auditorias aos distritos em comparação com 55 no ano de 2006;

Áreas de fraco desempenho em 2007

- Melhorar o acesso público aos acórdãos e ao Relatório e Parecer da CGE;
- O TA ainda não tem uma ligação directa à rede do e-SISTAFE. Isso representa uma limitação grave no trabalho do TA. Portanto, recomenda-se que esta situação seja resolvida o mais cedo possível;
- Em relação a questão de dar seguimento aos pagamentos das multas provenientes das sentenças àquelas entidades que não paguem dentro do prazo estipulado, o TA remete as respectivas certidões de relaxe para o Juízo das execuções fiscais;

2. Avaliação do Desempenho

2.1 Relatório e Parecer sobre a CGE de 2006

Uma comparação do relatório e parecer do TA sobre a CGE de 2006 com os dos anos anteriores mostra melhoramentos significativos na abrangência e qualidade da análise devido ao fortalecimento das capacidades do TA. Registrou-se um progresso na qualidade da CGE, fruto da implementação das recomendações do TA. O Relatório e Parecer sobre a CGE de 2006 foram entregue à Assembleia da República dentro do prazo estipulado por lei.

2.2 Execução do Orçamento e BdPES

O nível de execução das despesas de funcionamento do TA atingiu 99,7% em 2007, e das despesas de investimento 99,9%, segundo o Relatório de Execução Orçamental. Nota-se que o nível actualizado da dotação das receitas consignadas é muito inferior ao nível inicial. Nota-se também que os fundos externos para o TA não estão incluídos no Orçamento do Estado de 2007.

Como salientado na revisão conjunta do ano passado, é objectivo do TA ter o seu orçamento aprovado directamente pela Assembleia da República para aumentar a autonomia financeira. Também é importante aumentar a dotação anual no OE para garantir a sustentabilidade das actividades crescentes.

O Balanço do PES não relata nenhuma actividade relacionada com o desempenho da auditoria externa. Os PAPs consideram que é importante que o Governo assegure que a informação relacionada com o cumprimento do indicador seja incluída no BdPES.

2.3 Funcionamento e desempenho

Auditorias realizadas pelo Tribunal Administrativo

O número de auditorias realizadas pelo TA tem crescido junto com a capacidade humana e o número de funcionários afectos ao TA. O número de auditorias financeiras cresceu da seguinte forma:

Ano	N.º de auditorias realizadas	N.º de inspecções
2003	5	
2004	29	
2005	69	72
2006	168	17
2007	361	0
Total	632	89

Em 2007 se realizaram 361 auditorias (nomeadamente 281 entidades auditadas⁶ e 79 obras auditadas) das 270 programadas, das quais algumas ainda se encontram na fase de finalização do relatório. Nenhuma inspecção foi realizada. Isto porque o TA adoptou o princípio de auditar todas as instituições tenham ou não apresentado as contas de gerência. Algumas das auditorias realizadas têm também o objectivo de verificar a implementação das recomendações sugeridas em auditorias anteriores.

A divisão das actividades fiscalizadoras do Estado implementadas pela CAF (Contadoria das Auditoria Financeira) durante o ano de 2007 foi a seguinte:

- 3 Órgãos centrais do Estado (Ministério de Justiça, Ministério do Interior e Ministério pelos assuntos dos Antigos Combatentes)
- 86 Órgãos locais do Estado dos níveis provinciais auditados;
- 101 Órgãos locais do Estado dos níveis distritais auditados;

⁶ Isto corresponde ao número de auditorias financeiras.

- 10 Autarquias locais auditadas;
- 71 Delegações e instituições provinciais subordinadas aos órgãos centrais;
- 7 Missões diplomáticas;
- 3 Empresas publicas;
- 79 Obras (Este tipo de auditoria foi realizado pela primeira vez em 2007).

O TA reconhece que houve em geral um melhoramento na cultura de prestar contas e de serem auditados e que a capacidade dos gestores das entidades em fornecerem explicações sobre divergências de informações no âmbito de verificação de contas e de auditoria tem crescido.

Das 281 auditorias financeiras realizadas, 176 foram aprovadas pelos Juízes Relatores. A nível distrital foram realizadas 101 auditorias financeiras, das quais 36 foram aprovadas.

O número de auditorias julgadas foi de 66, representando um aumento de 47% em comparação com o ano de 2006.

Acesso público das auditorias

O Tribunal Administrativo está a prestar maior atenção no acesso público aos seus relatórios, mas há aspectos a ser melhorados. Além de enviar o Parecer e Relatório para publicação no Boletim da República, como previsto na lei, os Relatórios e Pareceres da CGE dos anos 1998, 2003, 2004 e 2005 foram publicados na página *web* do TA, mas devido ao largo tamanho do ficheiro electrónico, é muito difícil fazer o *download* e portanto ter acesso electrónico ao documento. O Relatório e Parecer da CGE de 2006 ainda não se encontram na página *web* do Tribunal Administrativo;

Os acórdãos das auditorias financeiras são públicos só depois de transitado em julgado. O TA envia regularmente, conforme os termos legais, os acórdãos à Imprensa Nacional para publicação no Boletim da Republica, mas o número de estes efectivamente publicadas é exíguo, mostrando que a capacidade interna na imprensa nacional não é ainda satisfatória.

Desenvolvimento da capacidade institucional do TA

O Plano Corporativo (PLACOR) do TA (3ª secção) para os anos 2007-2010, o qual incorpora a estratégia, plano operacional e orçamento, está a ser implementado. Os maiores desafios incluem i) aumento da cobertura do controlo dos fundos públicos; ii) interacção com a sociedade e promoção da transparência; iii) adequação da estrutura organizacional e da infra-estrutura; e iv) garantia da autonomia financeira do TA.

Está finalizado o plano e orçamento das actividades para o ano de 2008. O documento aparece bastante detalhado e claro na sua exposição. Informações sobre as actividades financiadas pelo PPFDF foram incluídas. É importante que o plano anual seja coerente com o PES, em particular em termos de objectivos e metas, e reflecta a contribuição do Orçamento de Estado no seu orçamento.

2.4 Desafios em relação às principais reformas centrais

Esforços para reforçar a interação do TA com outras componentes da reforma das finanças públicas e assegurar a adaptação da actividade de auditoria ao novo ambiente, bem como para assegurar que as reformas tenham em conta as lições e experiências das auditorias realizadas estão a ser feitos. Deve-se também considerar se as relações e a circulação da informação entre TA e os seus interlocutores podem ser optimizadas, em particular com o Ministério Público.

Cooperação com o Procurement

Durante o ano de 2007 foi feita capacitação dos funcionários do TA na matéria da nova legislação na área do procurement. Nota-se o crescimento do número de contractos que são submetidos à fiscalização prévia.

e- SISTAFE

O TA ainda não dispõe um computador com ligação ao e-SISTAFE para acções de auditoria. Também não foram treinados os auditores do TA na matéria do e-SISTAFE, de modo a poderem auditar as instituições que já estão a utilizar o e-SISTAFE e verificar a utilização de procedimentos correctos. Em 2007 foi realizada uma auditoria informática para aferir a concepção e segurança do sistema. Este processo está a correr os trâmites legais. Prevê-se uma auditoria informática ao e-SISTAFE para auditar a consistência dos dados no ano de 2008.

Descentralização

Está em processo o aperfeiçoamento institucional para a desconcentração do Tribunal Administrativo, que visa ao estabelecimento de duas unidades funcionais provinciais (Nampula e Beira). O objectivo é aumentar a cobertura das auditorias em todos os níveis, com enfoque nos distritos, considerando o programa de descentralização das finanças públicas. A instalação de Sofala foi já identificada, mas irá necessitar de reabilitação, quanto a província de Nampula, o TA ainda não recebeu qualquer informação do governo local.

Controle interno

A comunicação e coordenação entre controlo externo (TA) e controlo interno (IGF) continuou a melhorar durante o ano 2007. A IGF envia os relatórios das contas dos municípios ao TA.

Principais lições aprendidas na área de auditoria externa

- Que o Governo crie condições para o TA ter acesso à rede do e-SISTAFE afim de facilitar o trabalho de análise dos dados da CGE pelo TA;
- Tomar medidas para reduzir a relativa demora na apreciação e julgamento dos processos de auditoria;
- Melhorar o acesso público aos acórdãos e ao Relatório e Parecer da CGE;
- Os PAP's consideram importante incluir informação relacionada com o cumprimento do indicador de auditoria externa no BdPES.

Reforma do Sector Público

1. Sumário Executivo

A meta do PAF estabelecida para o ano de 2007 foi atingida, e consistia na realização do Censo dos funcionários públicos e o estabelecimento do cadastro dos funcionários e agentes do Estado.

Assim, foi desenhado e implantado o cadastro e realizado com sucesso o recenseamento dos funcionários e agentes do Estado de Fevereiro a Julho de 2007. Deste processo foram cadastrados 162.424 funcionários e agentes do Estado; emitidos 13.138 títulos de provimento do Visto do Tribunal Administrativo (VTA), Detectados 35.000 casos irregulares tende sido regularizados 16.738 casos e foram atribuídos 114.510 NUIT's, o que alarga a base tributária.

A realização do recenseamento dos funcionários e agentes do Estado criou as condições necessárias para se realizar as projecções financeiras para a preparação da nova política salarial. Ainda em 2007, o Governo aprovou os Parâmetros para o Desenho da Nova Política Salarial que se espera venha a ser transparente, viável e que contribua para o recrutamento e retenção dos funcionários públicos.

Foi aprovado o Plano de Acção Nacional Anti-Corrupção que integra acções dos 5 sectores críticos, nomeadamente: Judiciário, Ministérios: Finanças (Alfândegas), Interior, Educação e Cultura e, Saúde. Este plano contempla ainda os dos restantes ministérios e províncias. O conteúdo e os focos destes planos serão revistos a luz das lições aprendidas durante a implementação e os progressos atingidos no combate à corrupção em 2007.

Há necessidade de melhorar o sistema de monitoria e avaliação para que possa permitir medir o impacto dos resultados da reforma, e da Estratégia Anti-Corrupção, bem como definir prioridades e assegurar que as diferentes acções estejam a ser conduzidas na direcção correcta.

2. Desempenho em 2007

2.1. Execução Orçamental

Em 2007, o MFP teve uma excussão orçamental variável. Em termos de despesa de funcionamento (59 milhões de MTN) e a componente interna da despesa de investimento (9.3 milhões) a execução foi acima de 98%. Contudo, segundo o relatório de execução do orçamento do Estado 2007, no que respeita a componente externa de investimento a execução foi marcadamente baixa (33%). Esta baixa taxa de execução está ligada a insuficiências de integração de informação no e-SISTAFE, já que os doadores desembolsaram de acordo com os planos acordados.

O Plano Anual de Actividades e Orçamento da UTRESP de 2007 previa que fossem gastos cerca de 20,118,215 USD, dos quais foram desembolsados 17,200,443 USD. Deste modo a execução financeira global ao longo do ano, estimada como sendo a relação entre os fundos executados e os desembolsos, situa-se na ordem dos 81%. Contudo, esta taxa de execução orçamental não reflecte o facto de não terem sido implementadas mais de metade das actividades planificadas.

2.2. Factores Chave que melhoraram o desempenho em 2007

A coordenação da reforma foi consolidada, uma vez que a CIRESA assumiu responsabilidades acrescidas, pois além de integrar a UTRESP também integra outras unidades de reforma, nomeadamente a UTSAFE, UTREL e UTICT. Adicionalmente, no quadro do redimensionamento da Macro-estrutura do Governo, foi realizado um estudo, que culminou com o redimensionamento de 41 Comissões Interministeriais para 19 Comissões.

Em 2007 maior responsabilidade foi delegada aos sectores metade dos quais passaram a incluir acções da reforma no Plano Económico e Social, o que representa um passo importante com vista à integração permanente das acções de reforma no PES dos ministérios e das províncias.

A nova liderança na UTRESP pode trazer uma nova dinâmica e um ambiente de confiança e melhorou sobremaneira o diálogo quanto as questões delicadas que afectam o desempenho da reforma.

2.3. Constrangimentos (Factores que impediram o desempenho)

Ao longo de 2007, o desempenho a nível da UTRESP/MFP, poderá ter sido influenciado negativamente pelos seguintes aspectos:

- Reduzida atenção à monitoria dos indicadores do objectivo de desenvolvimento (PDO outcome indicators), o que induziu à percepção de um fraco impacto dos resultados das intervenções da reforma na vida dos usuários dos serviços públicos, no cidadão e na sociedade civil em geral;
- Capacidade limitada em termos de recursos humanos nas áreas chave tais como: Monitoria e avaliação/Coordenação de acções de RSP desenvolvida por diferentes entidades/ Parceiros; Comunicação e Marketing Social; Gestão de Processos de mudança e Gestão Documental e Monitoria da tomada de decisões.
- Excessiva carga de reuniões (excessivos mecanismos paralelos) para acções de Reforma no Plano Económico e Social, no Plano Anual de Actividades e Orçamento do programa da reforma, no Plano de Acção Anti-Corrupção;
- Reduzida focalização/Fraca ligação entre actividades realizadas e o processo de simplificação e melhoria da prestação de serviços (abordagens não integradas);
- Sucessivas mudanças na Direcção, que contribuíram para enfraquecer a gestão interna, criando descontinuo na cultura organizacional.

2.4. Desempenho em Relação as Principais Reformas Centrais

Tendo em conta que a Fase II da Reforma do Sector Público, deve estar mais virada a melhoria de prestação de serviços ao cidadão, foi decidido que o processo das análises funcionais e os planos de reestruturação deveriam dar prioridade aos ministérios em vias de conclusão e passar-se a uma abordagem com um maior enfoque na prestação de serviços aos cidadãos.

Neste sentido, está prevista para 2008 a introdução de cartas de serviços nos sectores que têm por finalidade estabelecer padrões de qualidade em serviços seleccionados, a sua reorganização (reengenharia) e treino do pessoal que interage directamente com o público, bem como mecanismos de recolha regular da opinião dos utentes sobre a qualidade de prestação de serviços.

O MISAU, MEC, MINAG, MAE, MIC, MF e MPD, deram seguimento a implementação dos respectivos planos de reestruturação, tendo elaborado e submetido para aprovação os Estatutos Orgânicos e Quadros de Pessoal. Em geral, registam-se algumas melhorias no processo de prestação de serviços ao público, que importa documentar e disseminar.

No quadro da gestão estratégica dos recursos humanos foi estabelecido o cadastro dos funcionários e agentes do Estado, capaz de produzir informação de diversa natureza ligada à gestão dos recursos humanos de acordo com a solicitação dos gestores estratégicos dos recursos humanos.

Para aferir a veracidade dos dados decorre o processo de validação que registou alguns atrasos devido, por um lado, a problemas de capacidade técnica dos agentes sectoriais de recenseamento e de controle interno (dificuldades de trabalhar com o computador), a deficiências no sistema de comunicação, algumas avarias do equipamento e, por outro, a existência de um arquivo maioritariamente manual no Tribunal Administrativo.

O processo de validação ao nível do Tribunal Administrativo foi concluído, estando actualmente a ocorrer o processo de validação a nível do Ministério das Finanças com vista à verificação dos funcionários no eSISTAFE *versus* funcionários cadastrados, a sincronização dos dados do eSISTAFE *versus* eCAF, importar para o eCAF a folha de salários padronizada entre outras aplicações. Por outro lado, o Governo aprovou o Decreto n.º 54/2007, de 29 de Novembro que cria o Subsistema Electrónico de Informação de Pessoal (e-SIP).

O Governo aprovou o Modelo Conceptual de Sistema de Gestão de Desempenho. Este Sistema que prevê, entre outros: (i) Orientação por Resultados; (ii) ligação entre o Desempenho Individual e Institucional através da celebração de Acordos de Desempenho e; (iii) Implementação faseada, a iniciar pelas Funções de Direcção, Chefia e Confiança. Prevê-se que o novo Sistema seja implantado a partir de 2009.

Ainda neste contexto, iniciaram as acções para o estabelecimento do aplicativo/sistema para a gestão dos recursos humanos no MFP. Em 2007, foi aprovado pelo Governo o Decreto n.º 54/2007, de 29 de Novembro que cria o Subsistema Electrónico de Informação de Pessoal (e-SIP), uma base de dados centralizada, integrada, informatizada e partilhada que visa manter actualizada a informação sobre os servidores do Estado, bem como flexibilizar o processo de gestão estratégica de recursos humanos do Estado.

Foram criadas as condições para a melhoria de prestação de serviços que incluem as seguintes: colocação de mais de 435 técnicos médios e superiores nos distritos; capacitações realizadas para os titulares de cargos governativos, sobre diversas matérias; implementação do Decreto 54/2005, tendo sido criados 409 UGEAs, e formação de mais de 1884 funcionários em uso do novo código de procurement.,

Na componente de luta contra a corrupção destaca-se a aprovação do Plano de Acção Nacional Anti-Corrupção que integra acções dos 5 sectores críticos, nomeadamente: Judiciário, Ministérios: Finanças, Interior, Educação e Cultura e, Saúde; foram também elaborados os Planos de todos os ministérios e províncias, cujo estágio de implementação é variável, faltando avaliar o impacto destas acções

Entretanto, com a extinção do Fórum Nacional Anti-Corrupção, a monitoria do processo de implementação da Estratégia Anti-Corrupção passa a ser feita ao nível da CIRES, incluindo a efectividade dos seus elementos punitivos, ao mesmo tempo, está considerando formas de assegurar uma monitoria independente da eficácia da estratégia com envolvimento da sociedade civil e do sector privado.

2.5. Assuntos Transversais

Regista-se um atraso considerável na elaboração das estratégias de género e de HIV-SIDA para o sector público, não obstante o processo de procurement ter sido iniciado em 2007. Espera-se o início da elaboração destas estratégias a breve trecho.

2.6. Desafios do programa da reforma

Estabelecer mecanismos apropriados de monitoria e avaliação da implementação da reforma e da Estágia Anti-Corrupção, que possam satisfazer as necessidades dos diferentes parceiros e partes interessadas no processo da reforma. Também constitui um desafio a introdução de mecanismos de avaliação da opinião dos utentes dos serviços públicos. Está prevista para 2008 a introdução das Cartas de Serviço ao Cidadão.

Assegurar a integração das acções de reforma (incluindo as do Plano de Acção Nacional de luta contra a corrupção) no Plano Económico, Social e Orçamento como forma de reforçar a responsabilização dos sectores na implementação de reformas, e melhorar os mecanismos de monitoria das acções a realizar.

Aumentar a capacidade das organizações públicas para fornecerem os serviços desejados pelos cidadãos, elevar o padrão dos serviços prestados ao cidadão e tornar o cidadão mais exigente em relação aos serviços públicos a que tem direito.

Apostar numa Política Salarial baseada num trabalho analítico, credível e de boa qualidade. Será importante que nas projecções macroeconómicas tenham em consideração não apenas o cenário fiscal de médio prazo, mas também as consequências para o país a longo prazo.

Apostar na componente de divulgação e marketing social, elaborando a estratégia de comunicação e marketing.

3. Principais Lições Aprendidas

A falta de uma harmonização e integração dos planos dilui as responsabilidades da UTRESP que passa a ocupar a maior parte do seu tempo a elaborar diversos relatórios sobrando-lhe pouco tempo para coordenar a elaboração e a implementação das reformas.

O sucesso do combate à corrupção passa pela formação de alianças entre o Estado, a Sociedade Civil e o Sector Privado. Enquanto o Estado formula e adopta leis e instrumentos de combate à corrupção, a sociedade civil e o sector privado trabalham na consciencialização dos cidadãos para o combate a este mal

Entretanto a corrupção deve ser vista apenas como uma parte da questão da integridade; como o último degrau de uma escala da degradação moral e social, e que deve ser combatido a 100%. A longo prazo será necessário investir na promoção da cultura de ética, bons valores, boa governação e integridade (na família, na comunidade, na sociedade civil, no sector privado, na administração pública).

A criação do Fórum Nacional Anti- corrupção e da Comissão Técnica, constituiu um grande avanço na dinamização do processo de combate à corrupção e na interacção entre o governo - sociedade civil e parceiros. Com a extinção do Fórum Nacional, os desafios do governo no combate à Corrupção mostram-se acrescidos. Urge a redefinição de mecanismo independente de supervisão e monitoria da Estratégia Anti-corrupção, para que não se perca a dinâmica imprimida por este órgão no Combate à Corrupção. Neste domínio a sociedade civil, o sector privado e os cidadãos em geral, como os donos da coisa pública, têm pleno direito de participar neste processo.

A participação dos cidadãos na apreciação das políticas públicas que directa ou indirectamente os vão afectar afigura-se como um princípio que um estado de direito como Moçambique deverá respeitar. Assim será de capital importância estabelecer forte sistema/ mecanismo de consultas e monitoria das expectativas e aspirações dos cidadãos (Unidade de *Feed Back*).

Descentralização

1. Sumário Executivo

No que diz respeito aos indicadores do QAD 2007, dos três em análise dois foram atingidos (um em tempo útil e outro com atraso) e o terceiro não foi atingido mas teve progresso; (ver Anexo 1).

É considerado positivo: a aprovação pelo Conselho de Ministros, em Outubro de 2007, uma proposta para a descentralização de fundos sectoriais de águas, estradas, agricultura e infra-estruturas da educação e saúde. Foram realizadas várias acções orientadas para o fortalecimento da capacidade dos órgãos locais do Estado. O Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD) está em expansão capacitando técnicos provinciais e distritais em matérias relacionadas com a planificação descentralizada, participativa, estratégica e operacional. Em 2007, todos os distritos beneficiaram de apoio técnico na elaboração de planos e orçamentos operacionais (PESODs) e na programação do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL). Mais de 80% dos distritos já têm Planos Estratégicos Distritais de Desenvolvimento (PEDDs) elaborados e aprovados enquanto os restantes distritos estão em fase avançada de sua elaboração.

O grupo regista algumas preocupações. Persistem desafios referentes à liderança e coordenação intersectorial no processo de descentralização e em relação à celeridade da elaboração duma estratégia. Da mesma forma, continua pertinente a necessidade de se melhorar o diálogo entre os parceiros e o Governo no âmbito da descentralização. Embora tenha sido referido nas últimas revisões conjuntas, ainda não se registaram progressos significativos nesta questão. Na área de participação comunitária, apesar de progresso notável no estabelecimento dos Conselhos Locais em todos distritos, existem desafios em termos da consolidação do processo de institucionalização dos mesmos, sua representatividade e clareza nos processos de tomada de decisão. Foi elaborada uma proposta para a actualização do guião para o funcionamento do Conselhos Locais de forma a alinhá-lo com a Lei dos Órgãos Locais do Estado e seu Regulamento. No primeiro semestre de 2008 será feita uma consulta mais abrangente para incluir as províncias distritos e representantes da sociedade civil. Mesmo reconhecidos os avanços no desenho do Programa Nacional PPFD, a sua finalização e implementação regista atrasos significativos.

Recomenda-se que o grupo se reúna no 2º trimestre antes a revisão semestral do ano em curso para trocar informação sobre a avaliação do OIIL, para esclarecer os critérios aplicados para as transferências fiscais aos Órgãos Locais do Estado e as autarquias (compromisso assumido na RC de 2007) e para discutir as mudanças previstas no processo de autarcização.

2. Avaliação dos Indicadores

No que diz respeito aos indicadores do QAD 2007, o progresso é notório (ver Anexo 1) e alguns elementos suscitam ao grupo certa preocupação. As metas referentes ao indicador nº 10 (transferências fiscais para as províncias, distritos e autarquias) foram atingidas⁷. Quanto à

⁷ Indicator 10 is evaluated based on the methodology of Nota Técnica no. 10. The same methodology should be applied to the Meta (target) in order to have comparable numbers. Based on this methodology, calculations by the partners show the indicator is achieved. It is recommended that the Metas be revised

operacionalidade dos Conselhos Locais (Indicador 11), houve algum progresso. Os Conselhos Consultivos ao nível do Distrito e do Posto Administrativo funcionam em todos distritos. Na base duma análise realizada pelo Ministério da Administração Estatal (MAE), o Indicador 11 não foi atingido há progresso. Em relação à proposta para aumentar o número de autarquias (Indicador 13) a proposta de critérios não foi submetida conforme indicação prévia por, de acordo com o Governo, se ter constatado que as mesmas figuravam na Lei 2/97. Assim, o grupo entende que o indicador deverá ser considerado atingido mas com atraso.

3. Avaliação Geral do Desempenho

3.1 Descentralização

Em geral a tendência na área da Descentralização é positiva. O governo afirma que a política de descentralização está adequadamente plasmada na Constituição da República e outros instrumentos legais e está empenhado em elaborar uma estratégia de operacionalização da política. Neste sentido está previsto para o 1º semestre de 2008 a realização de um Seminário Nacional coordenado pelo MAE destinado a recolher contribuições e subsídios para a formulação dos Termos de Referência da referida estratégia.

Entre os progressos registados na área da descentralização são de destacar:

- (1) A elaboração de uma proposta para a descentralização de fundos sectoriais de águas, estradas, agricultura e infra-estruturas da educação e saúde tendo sido posteriormente aprovado na sessão do Conselho de Ministros em Outubro de 2007;
- (2) O início em 2007 de um levantamento e sistematização de competências e funções que podem (e devem) ser descentralizadas dos órgãos centrais para os Governos provinciais e destes para os distritais;
- (3) A prossecução, no âmbito da descentralização e da reestruturação dos Governos Distritais, da nomeação de 512 directores de serviços distritais nos 128 distritos rurais do país;
- (4) A conclusão de uma proposta do quadro de pessoal-tipo a ser implementado pelos Governos locais, estando em processo de aprovação;
- (5) A realização de auditorias pelo Tribunal Administrativo em 101 dos 128 distritos e em 10 das 33 autarquias.

No entanto, revela-se um grande desafio a capacidade distrital existente para a implementação da descentralização sectorial. Persistem igualmente desafios referentes à liderança e coordenação intersectorial no processo de descentralização. Da mesma forma há necessidade de se melhorar o diálogo entre os parceiros e o Governo neste mesmo âmbito. A necessidade de melhorar o diálogo tem sido referida nas últimas revisões conjuntas e ainda não se registam progressos.

retroactively to reflect a consistent methodology and that this is applied for the targets and calculations in future reviews.

3.2 Transferências Fiscais Inter-Governamentais

Foi aprovada a atribuição de orçamentos de investimento e de funcionamento para os Governos Distritais em 2007 e para o orçamento de investimento de iniciativa local (OIIL); três (3) critérios foram aplicados na afectação destes recursos designadamente, (i) o número da população, (ii) a superfície do distrito e (iii) o índice de pobreza. O valor global do OIIL cresceu em cerca de 25% de 2006 a 2007 e o indicativo para 2008 é de 60% de crescimento.

Uma avaliação baseada na metodologia exposta na Nota Técnica 10 indica que a percentagem do OE transferido às Províncias, Distritos e Autarquias superou a meta (Anexo 2). Uma avaliação da execução do OIIL feita pelo MPD, apresentada ao Conselho de Ministros mostra que em 2007 o OIIL financiou 1,726 projectos da produção de comida, 1,603 projectos de geração de rendimento, 592 projectos de geração de emprego e 624 de outros projectos. Uma análise mais profunda do impacto do OIIL está prevista para finais do 1º semestre de 2008 a qual se espera que seja finalizada antes da próxima revisão semestral. No que se refere às autarquias, além das transferências do OE (FCA e FIIL), os municípios podem utilizar as suas receitas próprias para despesas correntes e de investimento, infelizmente não há informações disponíveis por autarquia sobre o rácio receitas próprias/receitas totais.

O Governo levou a cabo dois estudos sobre relações fiscais intergovernamentais coordenados pelo MPD que providenciam uma boa base para discussões técnicas e avanços nesta área. Estes estudos, em conjunto com mais dois (da responsabilidade de parceiros) em fase de finalização, serão apresentados para discussão em reunião aberta a ser organizada pelo MAE prevista para o corrente (1º) semestre de 2008.

Para dar seguimento ao compromisso assumido na RC de 2007 reafirma-se a recomendação para que o grupo se reúna no 2º trimestre do ano em curso. O objectivo do encontro é mais para trocar informação sobre a avaliação do OIIL, para esclarecer os critérios aplicados para as transferências fiscais aos Órgãos Locais do Estado e às autarquias bem como informações sobre o processo de autarcização.

3.3 Capacitação dos Órgãos Locais

Ao longo de 2007, foram realizadas várias acções orientadas para o fortalecimento da capacidade dos Órgãos Locais do Estado como especificado no balanço do PES. Embora em fase de transição, o Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD) está em plena expansão e continua a capacitar técnicos provinciais e distritais em matérias relacionadas com a planificação descentralizada, participativa, estratégica e operacional e na elaboração dos PESODs, gestão de projectos e contratos de infra-estruturas locais. Em 2007, todos os distritos beneficiaram de apoio técnico na elaboração de planos e orçamentos operacionais (PESODs) e na programação do OIIL. Mais de 80% dos distritos já têm PEDDs elaborados e aprovados com os restantes com PEDDs em fase avançada de preparação.

Durante 2007 foi elaborada uma proposta conceptual do documento do programa Nacional do PPFD que identifica as principais áreas de intervenção e os macro-processos do programa. Nesta base um *quadro lógico* detalhado que identifica as principais componentes do Programa Nacional, objectivos, actividades chaves, indicadores e metas foi elaborado. No entanto a sua proposta deverá ser objecto de consulta com todos os níveis do governo e com outros parceiros

relevantes incluindo os de cooperação e a sociedade civil. A preparação do Programa Nacional está atrasada mas deverá estar finalizado em 2008.

3.4 Participação comunitária

Houve progresso no estabelecimento dos Conselhos Locais em 2007. Foram criados e operacionalizados os Conselhos Consultivos Distritais, de Posto Administrativo e na maior parte das Localidades em toda a extensão do país. Para além disso os representantes das comunidades em todos os distritos participam na planificação anual operacional, na programação do OIIL, e na apreciação do balanço da sua implementação. Há, contudo, desafios importantes a tomar em consideração com vista à consolidação do processo de institucionalização destes órgãos de consulta e participação comunitária. Por exemplo, a representatividade das comunidades locais nos Conselhos Consultivos; a clareza nos processos de tomada de decisão nas sessões dos Conselhos Locais; a capacidade de resposta dos Governos Distritais às prioridades definidas pelos Conselhos Locais; os mecanismos institucionalizados de prestação de contas do Governo aos Conselhos Locais e destes às populações locais no geral. Verifica-se também que o processo de participação local tem consistido essencialmente em actividades ligadas à planificação e menos na implementação e monitoria dos planos operacionais distritais ⁸. O MPD está a coordenar um estudo para esclarecer as várias inquietações relativas a esta matéria.

Foi elaborada uma proposta para a actualização do guião para o funcionamento dos Conselhos Locais de forma a alinhá-lo com a Lei dos Órgãos Locais do Estado e seu Regulamento. A proposta foi submetida a discussões técnicas internas e no 1º semestre de 2008 será feita uma consulta mais abrangente para incluir as províncias distritos e representantes da sociedade civil.

Foi elaborada uma proposta de currículo modular de formação e capacitação dos membros dos Conselhos Locais e das Autoridades Comunitárias. Os Termos de Referência para um estudo profundo de funcionamento dos CLs foram elaborados devendo ser realizado no 1º semestre de 2008. Este estudo deverá estar disponível antes da próxima revisão semestral e poderá trazer elementos pertinentes os quais podem possibilitar uma melhor reformulação do indicador 11.

3.5 Autarquias

No âmbito de designação de novas autarquias o Governo produziu a documentação relativa ao diagnóstico de aptidão das unidades territoriais para o efeito e aos critérios para a identificação de novas autarquias conforme a Lei 2/97 e já anunciou em público o aumento de mais dez (10) novas autarquias devendo submeter a proposta de Lei ainda este ano à Assembleia da República.

⁸ Ver COWI-Austral, Final Report Voice & Accountability, Maputo, 2008; MPD/DNPDR, Relatório Inhambane, Maputo, 2008; G20, Contribuição para o Balanço do PES 2007, Maputo, 2008; Relatórios das Visitas às Províncias (Tete e Zambézia) no Âmbito da Revisão Conjunta 2008; SDC, Mecanismos de Participação Comunitária no Contexto da Governação Local em Moçambique. Actores, Oportunidades e Desafios do Processo da Criação e Funcionamento das IPCCs, Maputo, 2008; Plataforma Nacional de Governação, Relatório do Encontro Regional Centro, Chimoio, Novembro de 2007; Plataforma Nacional de Governação, Relatório do Encontro Regional Sul, Maputo, Dezembro de 2007.

4. Assuntos Transversais

Género: a abordagem da orçamentação orientada ao género foi testada a título piloto nos PESODs de dois distritos em Nampula e igual número em Cabo Delgado. Em 2008 espera-se a expansão desta experiência para mais distritos. Os Termos de Referência para a elaboração dum perfil do género para a província de Cabo Delgado foram elaborados devendo ser lançado o concurso para a adjudicação do trabalho no corrente semestre (2008).

Meio ambiente: no seguimento da aprovação da Lei 19/2007 sobre Ordenamento do Território (LOT) e da Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique foram atingidos avanços notáveis na capacitação de técnicos aos níveis provincial, distrital e municipal e líderes comunitários no âmbito de elaboração de planos de terra e de gestão de recursos naturais. No total foram treinados 30 Administradores, 22 Chefes de Posto, 71 técnicos e 157 líderes comunitários. Estão em elaboração guiões metodológicos, no contexto da LOT que facilitem a aplicação prática da Lei e continuar a capacitação de decisores em matérias de planeamento e gestão dos recursos naturais. O MICOAA pretende fortalecer a inspecção ambiental dos planos e programas aos níveis sectorial, provincial, distrital e autárquico.

Desenvolvimento Rural: a natureza transversal do desenvolvimento rural significa que a aprovação da Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR) é de importância fundamental na área de descentralização e planificação descentralizada. Os planos estratégicos e operacionais ao nível provincial e distrital são os instrumentos através dos quais a EDR será implementada. Os PEDDs nas Províncias de Nampula, Cabo Delgado e Gaza já estão a ser actualizados com vista a fortalecer a componente de desenvolvimento económico local. Igualmente, os planos estão sendo utilizados como instrumentos de “*territorial marketing*”

HIV/SIDA: O impacto e as implicações de HIV/SIDA para o desenvolvimento local já é um tópico transversal integrado nos PEPs e PEDDs.

Calamidades Naturais: Estratégias para a gestão de risco de calamidades naturais já estão sendo integradas em alguns Planos Distritais.

5. Análise do Relatório de Execução Orçamental (REO)

Conforme a tabela 1 (Anexo 2), o nível de realização do Orçamento Deduzido atingiu no ano de 2007 o valor de 47,428.1 Mil Mts o que corresponde a 77,4% do programado. O valor alcançado para o âmbito central, provincial, distrital e autárquico foi de 32,264.1 Mil Mts, 15,938.1 Mil Mts, 1,603.1 Mil Mts, 503.1 Mil Mts o que corresponde a 62%, 34%, 3% e 1% do OE deduzido respectivamente.

As realizações mostram que, a par da descentralização dos recursos julga-se pertinente a monitoria contínua dos gestores a esse nível inculcando-lhes o espírito de gestão eficiente e eficaz dos recursos públicos, com medidas pedagógicas e não punitivas de modo a incentivá-los a alcançar os objectivos pretendidos.

6. Actualização dos Indicadores do QAD 2008-10

Indicador 10: recomenda-se que as metas para a percentagem do OE transferido para aos distritos e as autarquias sejam actualizadas para reflectirem a realidade bem como o quadro macroeconómico nacional e o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP). Deverá ser acordada uma metodologia que permita avaliar a tendência das transferências intergovernamentais e que possa ser utilizada retroactivamente a partir de 2006.

Indicador 11: recomenda-se uma discussão do indicador, que se reflecte na revisão da nota técnica e para ser mais objectivo e mensurável.

Indicador 13: recomenda-se uma reformulação para reflectir uma evolução no processo de municipalização.

7. BdPES

O grupo concorda que os indicadores do PARPA na área da descentralização não estão a sendo adequadamente monitorados. No BdPES de 2007, apenas alguns dos oito indicadores têm informação.

Legalidade e Justiça

I. Sumário executivo

O grau do cumprimento dos indicadores na área da justiça em 2007 mostra progressos, designadamente, nos indicadores 14 e 15 tidos como atingidos, tendo em conta que por um lado, a actividade judicial superou o número de processos julgados no ano anterior, e, por outro, a provisão de assistência jurídica e judiciária elevou o grau de cobertura dos distritos na implantação e ou assistência jurídica e judiciária gratuita dos cidadãos. Carecendo de maior atenção estão os restantes indicadores, designadamente o 18, que, apesar de registar um crescimento nos casos esclarecidos em relação a 2006, não atingiu a meta, tendo merecido a classificação de não atingido mas com progressos. Os indicadores 16 e 17 que prejudicados pela ausência de dados para a análise e avaliação, mereceram a classificação de não atingidos.

Mesma sorte mereceram os ‘assuntos especiais’, nomeadamente a reforma legal e o combate à corrupção, cuja a meta não foi atingida continuando na ordem das prioridades e desafios do Sector. A reforma legal prevista, não foi atingida tendo em conta a necessidade de, por um lado, ampliar a base social de consulta em relação aos códigos referidos para adequá-los à realidade nacional, e por outro, atender as elevadas implicações orçamentais inerentes à Lei dos Tribunais Comunitários. No que se refere a prevenção e combate à corrupção, factores diversos de índole organizativo, dificultaram a análise do presente estágio de interpretação das estratégias nacionais e sectoriais de combate à corrupção, remetendo para o momento mais oportuno, tendo em conta as medidas em curso de organização do Gabinete Central de Combate à Corrupção e gabinetes provinciais.

Os parceiros de apoio programático e a sociedade civil, lamentam a dificuldade em obter dados em tempo útil para apreciar os desenvolvimentos no Sector e com este manter um diálogo construtivo durante e entre as revisões. Por seu turno, o Governo manifesta a preocupação pelo facto dos parceiros terem abandonado a metodologia participativa do diálogo conjunto adoptado nas últimas revisões, pautando por métodos inflexíveis e impositivos afectando assim a qualidade da presente revisão.

Das lições a reter decorre a necessidade de, por um lado, melhorar a gestão de informação necessária para a monitoria e avaliação do Sector em tempo útil, e por outro, adequar permanentemente os instrumentos de avaliação às mudanças do Sector, revendo as notas técnicas sempre que se justifique.

Com efeito, em 2007 o sistema judicial registou melhorarias na sua produtividade ao julgar 125.594 processos nos tribunais judiciais, representando um acréscimo de 24.211 processos em relação à 2006, ou seja um incremento de 24 % na produtividade dos tribunais (Anexo 1 e 2). De referir que por um lado, o número de processos entrados a nível dos tribunais judiciais em 2007 foi de 109.582 contra 101.241 em 2006, e por outro, o número de casos pendentes foi de 169.650 em 2007 contra 197.347 casos em 2006, notando-se uma tendência de redução de pendências a nível global de 14 % . No que tange a processos envolvendo réus presos é de registar que 39 % da população prisional aguarda julgamento à ordem de outras autoridades, contra 42% registados no ano anterior. É de notar que a variação deste índice ao longo do ano, é resultante da flutuação do fluxo processual em alguns períodos, impondo ao sistema o desafio de melhoria das condições

de acomodação dos reclusos, em consideração as normas de respeito dos direitos e da dignidade humana nos estabelecimentos prisionais (Anexo 3).

A melhoria da actividade jurisdicional deve-se também ao crescimento do investimento no capital humano, traduzido no recrutamento e formação contínua dos magistrados estimado em cerca de 20% por ano (anexo 4).

No âmbito da Assistência e Patrocínio Jurídico prosseguiram as acções para a institucionalização e revitalização do IPAJ, com enfoque na capacitação institucional ao nível central, em termos de recursos humanos, organização, normação interna e apoio metodológico aos órgãos locais. Assim, foram revitalizadas as delegações provinciais e distritais do IPAJ já existentes, implantadas e/ou cobertas outras. Desta dinâmica resultou a cobertura de 41 distritos (Anexo 5). No que se refere aos recursos humanos, regista-se um crescimento traduzido na existência de 343 profissionais dos quais, por um lado, 79 são Assistentes Jurídicos efectivos e 35 não efectivos, e por outro, 25 são Técnicos Jurídicos efectivos e 204 não efectivos. Este progresso permitiu atender cerca de 4.259 processos-crime, 669 processos laborais, 1357 processos cíveis, 61 processos extrajudiciais e 981 consultas, tendo acompanhado, totalizando 7327 casos ao longo do ano 2007, (Anexo 6 e 7). No entanto, a ausência de dados anteriores dificulta a análise sobre o grau de crescimento efectivo desta área.

No âmbito da prevenção e combate à corrupção factores diversos de índole organizativo, interpretação da lei sobre as atribuições e competências dos órgãos da justiça, sua articulação e interacção nesta matéria, gestão de informação e monitoria, entre outros, dificultaram a análise do presente estágio de implementação das estratégias nacionais e sectoriais de combate à corrupção, comprometendo a eficácia dos mecanismos constituídos para este efeito. No entanto, é de notar a adopção de medidas em curso na reorganização do Gabinete Central de Combate à Corrupção e os respectivos gabinetes provinciais em termos de clarificação da sua missão institucional e provisão de recursos humanos especializados, dentro do estratégia global do reforço da legalidade. Como resultado foi possível o tratamento dos processos ora remetidos para os devidos efeitos as instâncias judiciais. Os parceiros de apoio programático estão profundamente preocupados pelo facto de não se ter fornecidos dados sobre a Corrupção. No entanto, o Governo assegurou que a informação a relevante nesta matéria e afins, serão disponibilizadas após o informe anual do Procurador Geral da República à Assembleia da República, recomendando assim a alteração das notas técnicas 16 e 17.

No âmbito da Ordem Pública foram registados a nível do país durante o período em apreço 29.788 casos criminais, tendo sido esclarecido 21.499, representando uma percentagem de 72% da operatividade policial (casos esclarecidos), traduzido num acréscimo de 2% em relação à 2006 (Anexo 8). Ao mesmo tempo de um total de 41.902 processos instaurados, 15707 seguiram os trâmites legais representando 37%, contra 34% do ano anterior, estando porém omissa a informação se os processos tramitados obedeceram aos prazos legalmente estabelecidos (Anexo 9). Contudo, coloca-se ainda a necessidade de continuar a aperfeiçoar a capacidade institucional do Sector, reforçando em particular os mecanismos de articulação e comunicação inter-institucional tendo em vista maior eficácia e celeridade processual, assim como o pleno respeito aos direitos humanos. Ao mesmo tempo, para reverter a tendência de aplicação da justiça pelas próprias mãos, registada um pouco por todo o país, maior atenção deverá merecer a elevação da cultura jurídica dos cidadãos, através de um diálogo permanente com as populações, estando a ser feito através de campanhas de divulgação dos artigos do Código Penal que permitem aos cidadãos efectuarem prisão de outrem em caso de flagrante delito.

Na reforma legal, foram aprovadas importantes diplomas legais com impacto na organização do judiciário, designadamente a Lei da Organização Judiciária que alargou as competências dos tribunais distritais, estando estes a atender mais casos a eles submetidos e a Lei Orgânica do Ministério Público e respectivo Estatuto do Magistrado do Ministério Público que veio melhorar a organização e funcionamento da Magistratura do Ministério Público. Contudo, o programa legislativo relativo a alguns diplomas tendentes ao melhoramento do acesso à justiça, tais como o Código Penal, Código de Processo Penal, Código das Custas Judiciais, Lei do IPAJ, Lei dos Tribunais Comunitários, continuam a registar atrasos tendo em conta a necessidade constatada de, por um lado, ampliar a base social de consulta em relação aos códigos referidos para adequá-los a realidade nacional, por outro, atender as implicações orçamentais inerentes à Lei dos Tribunais Comunitários. A recalendarização do processo de desenvolvimento da produção legislativa, consta a cronograma em anexo (Anexo 10).

Quanto à execução do orçamento de uma forma geral a componente de investimento do Orçamento do Estado apresenta um grau de execução aceitável, tendo em conta que neste período registou-se, 97% para os tribunais judiciais, 85% para o Ministério da Justiça, 100% para a Procuradoria Geral da República e 100% para o Ministério do Interior, segundo dados das unidades de gestão financeira das instituições. Além disso, há que registar que o grau de execução do orçamento da componente externa foi igualmente razoável, tendo em conta que parte dos orçamentos só foram desembolsados no último trimestre, havendo necessidade de por um lado, harmonizar a informação oportunamente entre as instituições a nível do Governo e por outro, aprofundar as eventuais causas desta ocorrência (Anexo 11). No que se refere ao Plano Orçamento 2008 e Relatório de Execução Orçamental 2007 continuam a não reflectir as receitas próprias e consignadas, estando no entanto a ser desenvolvido um trabalho de harmonização de dados entre as instituições da justiça e a instituição responsável pelo balanço da execução orçamental, face a realidade de que o Sector tem vindo a cumprir o preceituado na lei. Os parceiros notam com satisfação que o Plano Orçamento 2008 inclui a provisão para novas instituições, como o Gabinete do Provedor da Justiça.

No âmbito das reformas de desenvolvimento estratégico do Sector registam-se atrasos dos documentos estratégicos do Sector, nomeadamente a Visão da Justiça e o Plano Estratégico Integrado derivadas das mudanças conjunturais dentro do sistema inerentes ao aperfeiçoamento constante dos princípios e parâmetros de articulação inter-institucional. Entretanto em relação a Visão, concluiu-se a consulta dos órgãos centrais da administração da justiça, estando prevista a continuação para auscultação ao nível local ainda neste semestre. Em simultâneo foi produzido o draft do Plano Estratégico Integrado da Justiça, em harmonização no Sector prevendo-se a sua conclusão em finais de Abril. Está ainda em desenvolvimento o desenho do subsistema de gestão processual - SIPMAJ 005, no âmbito do sistema de monitoria e avaliação do Sector da Justiça (Anexo 12 e 13).

Nos assuntos transversais, está em implementação o programa de prevenção, combate e mitigação do HIV/SIDA no seio da população reclusória, com a intervenção de algumas Organizações Não Governamentais, através da sensibilização dos reclusos na adesão ao teste do HIV/SIDA. Assim, os reclusos infectados pelo HIV/SIDA são submetidos ao tratamento anti-retroviral assistidos por pessoal especializado na matéria.

Tendo em vista a resolução dos conflitos sociais, existem a nível do país 194 Centros de Atendimento à mulher e crianças junto as esquadras da polícia, unidades sanitárias, entre outros, que desempenham um papel importante na defesa das camadas mais desfavorecidas, tendo sido

atendidas 8268 mulheres em 2006, e 5667 em 2007 (dados até Outubro de 2007), estando previstas acções de expansão destes, treinamento do pessoal em matéria de atendimento as vítimas e realização de palestras sobre a matéria.

A nível do Sector existe uma representatividade da mulher na proporção de 25 % e 30 %, com formação superior, havendo cometimento de incentivar a melhoria desta proporção.

Na análise do processo, é de registar que uma vez mais, o processo revelou a necessidade de melhorar a capacidade institucional do Sector no que se refere a, gestão e monitoria da informação relevante para a avaliação objectiva e sistemática do desempenho do Sector em tempo útil.

Os parceiros de apoio programático em particular, lamentam a dificuldade em obter dados para apreciar os desenvolvimentos no Sector e manter um diálogo construtivo com o Sector durante e entre as revisões. Por seu turno o Governo manifesta a preocupação pelo facto dos parceiros terem abandonado a metodologia participativa do diálogo conjunto adoptado nas últimas revisões, pautando por métodos inflexíveis e impositivos afectando assim a qualidade da presente revisão, sendo uma das consequências um relatório exaustivo.

No entanto os dados disponíveis não favorecem a desagregação dos casos em tramitados dentro ou fora dos prazos legalmente estabelecidos, impondo o desafio de aperfeiçoamento do sistema de tratamento de informação.

A meta 2008 e a indicativa 2009 para o indicador 17, será proposta aos parceiros pelo Sector duas semanas após a apresentação do Informe Anual do Procurador Geral da República à Assembleia da República, a ocorrer dentro da sessão em curso, ao mesmo tempo que a proposta de revisão das notas técnicas 16 e 17.

Anexos:

1. Discurso de abertura do ano judicial
2. Estatísticas do movimento processual do judicial
3. Estatísticas do Serviço Nacional das Prisões
4. Matriz do número de magistrados do judicial
5. Matriz de cobertura dos Serviços do Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica
6. Matriz do número de assistentes jurídicos do IPAJ
7. Matriz do número de casos assistidos pelo IPAJ
8. Matriz do Ministério do Interior sobre casos esclarecidos
9. Matriz do Ministério do Interior sobre processos instaurados
10. Matriz da Reforma Legal
11. Matriz da Execução Orçamental (09.04.08)
12. Cronograma da elaboração da Visão
13. Cronograma de elaboração do Plano Estratégico Integrado

1. Sumário Executivo

Os sectores que constituem o Pilar de Desenvolvimento Económico tiveram em termos gerais um desempenho positivo ao longo de 2007. Dos 9 indicadores do Pilar 5 foram atingidas as respectivas metas, 3 não atingidas com progresso e 1 meta não atingida. Destaque vai para o sector financeiro que atingiu todas as metas, ao passo que o sector privado e agricultura atingiram uma meta cada. O sector de estradas não atingiu a sua meta ao passo que 2 metas da agricultura não foram atingidas. Das três metas não atingidas duas registaram progressos assinaláveis nomeadamente a meta das estradas e uma da agricultura ligada a sistemas de irrigação. A meta da agricultura ligada ao acesso à terra não foi atingida

Há a destacar a melhoria em 6 posições no ranking do país no *Doing Business* como resultado das reformas levadas a cabo pelo governo. O reembolso do IVA melhorou significativamente; contudo o fraco acesso à fontes de financiamento, bem ilustrado pelo facto de mais de 90 distritos carecerem de agência bancária, agravado pelo elevado custo dos serviços financeiros continua constringendo o crescimento do sector produtivo.

O fraco nível de infra-estruturas como estradas, energia e telecomunicações constri o crescimento do sector empresarial, ao passo que elevado custo dos scanners encarece as operações de comércio externo. A continuação do sistema de partilha de multas continua em vários sectores a constituir um incentivo perverso na fiscalização. Ademais, o sector privado alista a corrupção e a criminalidade como factores que afectaram negativamente o desempenho da economia.

O sector de estradas embora tenha tido progresso assinaláveis não atingiu a sua meta no âmbito do QAD, e realizou apenas 36% dos gastos planeados para a manutenção de rotina, e o sector de energia aumentou o acesso à energia eléctrica para cerca de 10% da população. Os elevados custos dos combustíveis líquidos afectaram negativamente o sector produtivo, do qual é exemplo o sector pesqueiro que registou um decréscimo de produção na ordem dos 3% em comparação com 2006.

Concernente à gestão dos recursos naturais, destaca-se a conclusão do inventário florestal e o zoneamento agrário que permitirão uma melhor gestão dos recursos florestais e da terra respectivamente. Não obstante, exiguidade dos recursos financeiros e humanos constitui um dos maiores obstáculos no sector da agricultura para uma maior abrangência dos serviços públicos agrários. No âmbito do desenvolvimento rural destaca-se o alcance das metas de Extensão Agrária, a expansão da electrificação rural, a expansão ainda que insuficiente da rede de Serviços Financeiros para o meio rural bem como a melhoria dos índices de produção da pesca artesanal.

2. Sector Financeiro

No decurso de 2007, o desempenho do sector financeiro foi positivo, não obstante o atraso registado no cumprimento das metas em relação aos objectivos do QAD. (i) O processo visando a implementação das IFRS no sistema bancário foi concluído mas com atraso, o que ditou o início

tardio na sua implementação; (ii) o Estudo Actuarial do Sistema de Segurança Social e a Estratégia de Investimento foram concluídos; (iii) a revisão do Regime de Garantias Financeiras e o Regulamento sobre os Fundos de Pensões Privadas foram concluídos. O desempenho do sector caracterizou-se por: (i) uma variação de 17.3% do crédito nominal em 2007 contra os 32% registados em 2006; (ii) o rácio de solvabilidade do sector bancário em 2007 foi de 14,21% contra os 12,56% registado em 2006%; (iii) o rácio crédito vencido/crédito total passou de 3.26% em 2006 para 2.62% em 2007; e (iv) uma redução bastante tímida do spread das taxas de juro para 10,51% contra os 10,62% registados em 2006. O sector de microfinanças caracterizou-se por um bom desempenho. O número de clientes aumentou em 53% a carteira de crédito em 67% embora a carteira em risco tenha passado de 1,5% em 2006 para 3,02% em 2007.

Até 2007, foram instalados no país 3 645 POS e 431 ATM o que reflecte o esforço em expandir os serviços financeiros tendo o número de balcões bancários passado de 231 para 275. O baixo nível de bancarização da economia, sobretudo nos distritos continua a ser de grande preocupação pois a rede bancária cobre apenas 33 distritos dos 128 existentes no país, contra os 28 registados em 2006. O Banco Central levou a cabo um estudo sobre o Custo de Intermediação Financeira, o qual concluiu que os elevados custos dos serviços financeiros não se justificam.

No concernente a segurança social em 2007, registou-se a inscrição de **2.585** contribuintes e **44.032** beneficiários, contra os **1.710** e **34.039** previstos. Em termos acumulados, registou-se a inscrição de **22.448** contribuintes e **689.953** beneficiários, dos quais estão no activo **10.467** contribuintes e **184.903** beneficiários. Referir que o sistema de segurança social cobre todo o país, num total de **11** Delegações Provinciais e **21** Direcções Distritais, para além de um significativo número de representações locais.

Ao nível dos distritos, o Fundo de Investimento de Iniciativas Locais (FIIL) arrancou. O FIIL é gerido pelas autoridades locais do Governo e disponibiliza fundos para a concessão de crédito a ser usado para investimentos produtivos. Sugerimos que esse assunto seja discutido durante o processo de Revisão Conjunta.

3. Sector Privado e Ambiente de Negócios

Em 2007, Moçambique melhorou 6 posições no Doing Business Ranking, situando-se na 134ª posição em 178 países, como resultado do Novo Código Comercial que proporcionou a redução de tempo para registar uma empresa e consolidação da protecção dos investidores. É importante continuar a introduzir reformas rápidas e com resultados imediatos. Assim, para 2008, recomenda-se a introdução das seguintes reformas em 2008: eliminação da exigência da capital mínimo na criação e das inspecções pré-embarque, e fusão de três procedimentos para construção nos municípios, nomeadamente: pedido de DUAT, pedido de plano topográfico, e permissão de construção;

Os indicadores do QAD estabelecidos para 2007 foram: (31) tempo para iniciar um negócio e (32) redução do custo de despedimento. A meta (31) foi atingida. A meta (32) não foi atingida, mas há algum progresso, dado que a nova Lei de Trabalho entrou em vigor em Outubro de 2007, mas o efeito no Doing Business ainda é quase nulo, devido a limitações temporais impostas pelas respectivas normas transitórias. Porém, na prática e para os novos contratos, registou-se uma redução significativa dos custos de despedimento indemnização.

Outras reformas que se destacam, em 2007, são: (i) a introdução do sistema de quotas de contratação de mão-de-obra estrangeira, pese embora o sistema não seja ainda efectivamente automático; (ii) a criação da AT que proporcionou melhoria no reembolso do IVA e no diálogo com o sector privado; (iii) institucionalização dos BAU's, (iv) aprovação da estratégia das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e da Política de Concorrência;

Apesar da melhoria do ambiente de negócios em termos gerais, persistem algumas preocupações do sector privado em relação à burocracia e criminalidade, ao elevado custo e fraco acesso ao financiamento à produção (agravado pela restrição de concessão de crédito em moeda estrangeira), aos custos adicionais impostos pelo Governo no ambiente de negócios fundamentalmente no comércio internacional (custos com o scanning de contentores e cargas e o tempo de inspecções pré-embarque), e a ineficiência do sistema judiciário, particularmente para a resolução dos conflitos laborais.

A reforma do ambiente de negócios é uma questão transversal, sendo que envolve vários Ministérios conforme consubstancia a proposta de Estratégia de Melhoria do Ambiente de Negócio. Por isso, tornar-se imperioso assegurar uma estrutura organizacional eficiente, eficaz e com forte envolvimento político com vista a dinamizar as reformas.

4. Sector da Agricultura

O desempenho do MINAG no ano 2007 foi melhor que em 2006. Da análise efectuada sobre o ano de 2007, constatou-se que dos 3 indicadores em análise, um ultrapassou a meta, os restantes dois não atingiram as metas, no entanto um registou progressos. Os níveis de cumprimento variaram da seguinte forma: “nº total de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão” (128%), “nº de hectares de novos regadios construídos e/ou reabilitados com fundos públicos (88%) e “percentagem de processos tramitados e registados no prazo de 90 dias” (52%).

O maior constrangimento do MINAG é a exiguidade dos recursos financeiros e humanos em relação às necessidades para abranger a maior parte dos produtores com serviços públicos agrários. Em 2007 o governo aprovou a estratégia da Revolução verde. Trata-se de, um instrumento que conjuntamente com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) e o cenário de Despesas de Médio Prazo (CDMP), servira de base para operacionalização dos vários programas do MINAG, assim como permitira uma melhor alocação e racionalização de recurso em conformidade com as prioridades do sector. No entanto, urge a necessidade de reforçar o papel do MINAG no que diz respeito a coordenação inter-sectorial, de forma a responder aos objectivos do Governo na prestação de serviços aos produtores.

Em relação à gestão de recursos naturais, o MINAG efectuou um inventário florestal, proporcionando ao Governo instrumentos para melhorar a gestão e conservação destes recursos. Foi iniciado o zoneamento agrário para responder à crescente demanda de terras para explorações comerciais. Houve progressos na canalização do valor proveniente das taxas de exploração florestal e faunística para as comunidades locais, aumentando em 39% em relação a 2006, no entanto apenas 308 das 1.062 foram abrangidas. O MINAG deverá reforçar a sua capacidade institucional incluindo a retenção de quadros e descentralização com vista a identificar e implementar medidas correctivas que, a curto e médio prazos, permitam o alcance de resultados com impacto positivo e sustentável no terreno. O grau de execução geral do MINAG no exercício económico de 2007 foi de cerca de 63% (excluindo os projectos cuja execução não passou pela

CUT) sendo 89% no Funcionamento, 90% no Investimento Interno e 54% no Investimento Externo.

5. Sector de Estradas

Registaram-se melhorias significativas no Sector, consubstanciadas na análise dos indicadores de desempenho, apresentados durante a avaliação conjunta, com os Parceiros de Desenvolvimento. A maior parte das metas estabelecidas foram atingidas de forma bastante satisfatória; havendo a necessidade de ajustar algumas das “metas iniciais”. No Anexo I são apresentados os indicadores do Quadro de Avaliação de Desempenho do Sector.

Em 2007, a meta estabelecida para o Sector de assegurar que 67% da rede classificada de estradas pudesse ser transitável em condições que variassem de boas a razoáveis, foi atingida. O valor alcançado foi de 69%. Uma grande mudança operada no Sector foi a alteração da estrutura organizacional e do pessoal nas suas Agências, em particular na ANE, com a indicação do novo Conselho de Administração, do Director Geral, de quatro Directores Executivos e dez Delegados Provinciais. Em relação ao Fundo de Estradas, este passou a assumir a responsabilidade pelos pagamentos aos Empreiteiros.

Constatou-se uma melhoria na liquidação do IVA no sector durante 2007. O Sector apreciou ainda uma proposta de programa cobrindo o período 2008/2010, baseada na actualização dos prazos de *procurement* dos projectos em carteira. Nesta proposta, foram tidas em conta as informações contidas no Cenário Fiscal de Médio Prazo. A versão actualizada do PIP 2009/2011 será apresentada oportunamente. Em 2007, o Sector de Estradas gastou \$200 milhões de um total planificado de \$277 milhões, correspondendo a um desempenho de 72%, para uma meta de 70%. O melhor desempenho foi obtido na área da manutenção das estradas não asfaltadas, levada a cabo pelas Delegações Provinciais, onde 94% do plano financeiro foi implementado.

A demora na contratação dos empreiteiros para realizar os serviços do programa de manutenção de rotina das estradas asfaltadas resultou num reduzido desempenho neste área, onde apenas 36% dos gastos planeados foram efectuados. A adopção de uma abordagem integrada no Sector de estradas ainda não resultou em mudanças significativas nos programas dos Parceiros de Desenvolvimento (PD's).

Nas auditorias foram introduzidas as componentes técnica e de “*procurement*”, cobrindo as actividades desenvolvidas em 2007.

6. Sector de Energia

Os indicadores e metas definidos no QAD do sector de energia para 2007, foram atingidos e em alguns casos ultrapassados. O número de novas ligações efectuadas pela EDM foi atingido e ultrapassado. Adicionalmente, foram efectuadas novas ligações através de sistemas isolados a nível de distritos, Postos Administrativos e localidades. O nível de perdas de transporte e distribuição de electricidade (22%) continua a ser o maior desafio do sector. Os indicadores de acesso aos serviços modernos de energia aos Centros de Saúde e Escolas não foram atingidos.

Em relação à CNELEC, foram nomeados os respectivos Comissários no âmbito do processo da sua operacionalização e foi também assinado o Contrato-Programa entre o Governo e EDM. O desempenho nas novas ligações resultou no aumento do acesso de 8.5% em 2006, para 10% em 2007, tendo atingido o indicador para 2009.

Como lições aprendidas no sector, destacam-se: (i) A necessidade de elevar a capacidade institucional do Ministério da Energia com desatrasque para planificação sectorial; (ii) A necessidade de desenvolver os mega-projectos de maneira transparente, competitiva e coerente com o quadro legal do país; (iii) A necessidade de incluir a monitoria da gestão e situação financeira da EDM na Revisão Anual Conjunta a partir de 2008;

7. Sector de Pescas

Embora os dados de produção obtidos indiquem resultados ligeiramente abaixo dos valores planificados para 2007, com impactos negativos no volume de capturas e receitas comparativamente a igual período do ano anterior, há a destacar que o reforço da capacidade institucional a nível local em meios humanos e materiais contribuiu de forma significativa para a realização dos objectivos traçados.

Uma das preocupações em 2007 foi a clarificação dos fluxos financeiros e o melhoramento da utilização das receitas do Estado para projectos de desenvolvimento que beneficiem os pobres. Conclusões do estudo: (1) as rendas da maior parte das pescarias são pequenas, os factores que contribuem para esta situação são o aumento dos preços do petróleo, redução do rendimento (na pesca do camarão), redução do valor do produto; (2) a renda geral poderia ser aumentada se fossem tomadas medidas de gestão para melhorar o rendimento nas pescarias do camarão e kapenta; (3) poderiam ser aumentadas as rendas da pesca artesanal só através do aumento do esforço de pesca, recomendando-se o aumento das licenças de pesca em cerca de 4% do valor médio do produto descarregado; (4) a pesca de atum tem potencial para aumentar a renda do Governo através de uma melhor estrutura das licenças; (5) melhoramento e modernização de todo o sistema de gestão de fundos do Ministério das Pescas e Fundo de Fomento Pesqueiro.

No que concerne ao desenvolvimento rural, o Projecto da Sofala contribui para melhorar as condições das pessoas nos distritos rurais de Sofala, Zambézia e Nampula.

Sector Financeiro

1. Sumário Executivo

No decurso de 2007, o desempenho do sector financeiro foi positivo, não obstante o atraso registado no cumprimento das metas em relação aos objectivos do QAD. (i) o processo visando a implementação das IFRS no sistema bancário foi concluído mas com atraso, o que ditou o início tardio na sua implementação; (ii) o Estudo Actuarial do Sistema de Segurança Social e a Estratégia de Investimento foram concluídos; (iii) a revisão do Regime de Garantias Financeiras e o Regulamento sobre os Fundos de Pensões Privadas foram concluídos.

O sector bancário teve um desempenho positivo, que se caracterizou por: (i) uma variação de 17.3% do crédito nominal em 2007 contra os 32% registados em 2006; (ii) o rácio de solvabilidade do sector bancário em 2007 foi de 14,21% contra os 12,56% registado em 2006%; (iii) o rácio crédito vencido/crédito total passou de 3.26% em 2006 para 2.62% em 2007; e (iv) uma redução bastante tímida do *spread* das taxas de juro para 10,51% contra os 10,62% registados em 2006.

O Banco Central procedeu a elaboração de um estudo sobre o Custo de Intermediação Financeira, o qual concluiu que os elevados custos dos serviços financeiros não se justificam.

O número de balcões do sistema bancário passou de 231 para 275 em 2007. O baixo nível de bancarização da nossa economia, sobretudo nos distritos continua a ser a grande preocupação, pois, em termos de cobertura geográfica, a rede bancária cobre apenas 33 distritos dos 128 existentes no país, contra os 28 registados em 2006.

Até 2007, foram instalados no país 3 645 POS e 431 ATM, o que reflecte o esforço do sistema bancário em expandir os serviços financeiros para um número cada vez maior da população.

O sector de microfinanças caracterizou-se por um bom desempenho. O número de clientes aumentou em 53% a carteira de crédito em 67%. A carteira em risco passou de 1,5% em 2006 para 3,02% em 2007.

No concernente a segurança social em 2007, registou-se a inscrição de **2.585** contribuintes e **44.032** beneficiários, contra os **1.710** e **34.039** previstos. Em termos acumulados, registou-se a inscrição de **22.448** contribuintes e **689.953** beneficiários, dos quais estão no activo **10.467** contribuintes e **184.903** beneficiários. Referir que o sistema de segurança social cobre todo o país, num total de **11** Delegações Provinciais e **21** Direcções Distritais, para além de um significativo número de representações locais.

Ao nível dos distritos, o Fundo de Investimento de Iniciativas Locais (FIILP) arrancou. O FIIL é gerido pelas autoridades locais do Governo e disponibiliza fundos para a concessão de crédito a ser usado para investimentos produtivos. Sugerimos que esse assunto seja discutido durante o processo de Revisão Conjunta.

2. Desempenho – QAD 2007

- A implementação das IFRS no sector bancário decorre desde Outubro de 2007. – meta atingida, mas com atraso
- Estudo actuarial do Sistema de Segurança Social – meta atingida
- Estratégia de investimento do sistema de segurança social – meta atingida, mas com atraso.
- O regulamento sobre Fundos de Pensões Privadas, foi realizado e depositado no Conselho de Ministros – meta atingida
- Foi feita a revisão do Regime de Garantias Financeiras – meta atingida.

3. Desempenho do Sector em 2007

Sector Bancário:

Em 2007, verificou-se uma desaceleração do crescimento do crédito nominal ao sector privado comparativamente a 2006, tendo se situado em 17,3% contra os 32% registados em 2006. Esta tendência prende-se com o cumprimento a letra do Aviso nº5/GGBM/2005, de 20 de Maio, sobre provisões especiais para operações de crédito em moeda estrangeira por um lado, e, com a reestruturação interna de determinados bancos na sequência da entrada de novos operadores no mercado. O rácio de solvabilidade do sector bancário cresceu de 12,56% em 2006, para 14,21% em 2007 o que pressupõe uma reserva de capacidade de expansão do nível da actividade bancária relativamente superior ao registado no ano anterior. O rácio crédito vencido/crédito baixou de 3,26% em 2006, para 2,62% em 2007, o que revela um grande esforço por parte do sector bancário no concernente a qualidade da carteira de crédito. O *spread* das taxas de juro registou uma ligeira redução, tendo passado de 10,62% em 2006 para 10,51% em 2007.

Em termos de agências bancárias, em 2007 atingiu-se a cifra de 275 contra os 231 registados em 2006, dos quais 54% se localizam na Cidade e Província de Maputo. Em termos de implantação ao nível dos distritos, registou-se uma expansão para mais 5 distritos elevando-se assim para 33 distritos. Paralelamente, a isto, as cooperativas atingiram a cifra de 11 balcões 6 na Cidade de Maputo, 3 em Maputo Província e 1 em Gaza e Tete respectivamente.

Foram licenciados em 2007, 2 bancos, 3 microbancos, 1 sociedade de locação financeira, 1 sociedade emitente ou gestora de cartões de crédito, 1 casa de câmbios, 15 operadores de microcrédito para além da autorização para a abertura de 45 agências de bancos das quais 24 foram abertas ao público até Dezembro de 2007. O Banco de Moçambique concluiu o processo de abertura de agências, com início das suas actividades em Pemba, Tete e Lichinga, no âmbito dos esforços tendentes a redução dos custos operacionais do sector bancário.

Problemas de ordem infraestrutural, ausência de negócio formal e predominância do negócio informal nas zonas rurais, aliados as dificuldades na obtenção de terrenos/espacos livres em locais /zonas estratégicas e o recurso a compra ou aluguer de edificios, a morosidade no processo de licenciamento para a obtenção da autorização de construção, são alguns dos constrangimentos com que o sector bancário se debate para a expansão das suas actividades para fora dos grandes centros urbanos.

Sector de micro finanças:

O sector microfinanceiro moçambicano teve um desempenho positivo em 2007, consubstanciado no seguinte: (i) crescimento do número de clientes em torno de 53 % em comparação ao ano 2006, (ii) crescimento da carteira de crédito em torno de 67 %, (iii) criação e licenciamento de novos operadores de microfinanças, e, (iv) introdução de produtos inovadores tais como o banco móvel e o microcrédito para a agricultura e preparação do desenvolvimento dos serviços financeiros através do telemóvel.

Foram desenvolvidos notas técnicas para a supervisão de instituições de microfinanças. Foram realizadas duas importantes reuniões sobre microfinanças e finanças rurais, nomeadamente, a IV Conferência Nacional de Microfinanças e o Workshop Subregional da AFRACA este último, cujo tema foi “*Innovations in addressing Rural Finance Challenges in Africa*” Foi criada a Associação Moçambicana de Operadores de Microfinanças (AMOMIF) para representar os interesses da indústria microfinanceira.

INSS:

Visando o fortalecimento do sistema de segurança social de Moçambique, foram feitas as seguintes actividades (i) Estudo Actuarial do Sistema de Segurança Social, e, (ii) a Estratégia e Política de investimentos, com vista a implementação de melhores práticas de aplicação dos fundos do sistema.

IGS:

No âmbito da revisão da legislação do sector de seguros e desenvolvimento do quadro regulador dos fundos de pensões foram realizadas as seguintes actividades (i) revisão da Lei nº3/2003 e respectiva regulamentação; (ii) elaborada a proposta do regime jurídico do contrato de seguro; (iii) concluído o estudo sobre micro-seguro e apresentada a respectiva proposta de legislação; (iv) elaborada a Proposta de Decreto regulador dos fundos de pensões, e submetida ao Conselho de Ministros para apreciação e decisão; (v) elaborado o Projecto de Diploma Ministerial sobre a política de investimentos; e (vi) elaborado o Projecto de Diploma Ministerial sobre o regime contabilístico aplicável aos fundos de pensões.

No âmbito da transição para as IFRS, foi elaborado o *draft* do Plano de Contas, o qual já foi apresentado e discutido com os operadores do mercado.

4. Perspectivas

Para o PAF 2008, o desenvolvimento do sector financeiro, deverá basear-se nas seguintes actividades:

- Fortalecer a infraestrutura do Sector Financeiro: melhorar continuamente o quadro legal e regulamentar, a supervisão do sector financeiro, modernizar a plataforma das transacções financeiras e assegurar a transparência e responsabilidade nos sistemas de pagamento, crédito e registo de propriedade.

- Promover o acesso do Sector Privado ao financiamento: Moçambique necessita de um sector financeiro que proporcione serviços financeiros acessíveis e sustentáveis às pequenas e médias empresas.
- Melhorar a qualidade de acesso aos serviços financeiros nas zonas rurais:.

Espera-se também, que na sequência da estratégia de bancarização da economia definida pelo BM, o sector bancário continue a expandir-se para os distritos, não obstante os constrangimentos de ordem infraestrutural existentes, que fazem com que as instituições se sintam incapazes de justificar o respectivo investimento do ponto de vista económico e financeiro, deixando de limitar a sua actividade às grandes cidades, bem como o licenciamento de operadores e instituições de microfinanças para as zonas rurais, no sentido de melhoramento da intermediação financeira incluindo aquela dirigida às micro, pequenas e médias empresas e agregados familiares sem acesso à banca comercial, e fortalecer a responsabilidade no sector bancário.

Continuar com os esforços tendentes a redução do custo de intermediação financeira, necessidade de criação de um “*Credit Bureaux*” que integra as instituições microfinanceiras.

Melhorar o sector de seguros e protecção social através das seguintes acções (i) expansão efectiva da informatização à escala nacional; (ii) conclusão do processo de implementação de redes de dados e corrente eléctrica limpa nas restantes delegações; (iii) alargamento da cobertura do sistema de pagamentos via POS, a maior número de pensionistas; (iv) incremento da cobrança da dívida de contribuições, através da melhoria da articulação com a Inspeção Geral do Trabalho; (v) continuação do processo de saneamento das contas de 2005 e 2006; (vi) avaliação financeira patrimonial ao BMI, nos termos das deliberações do Conselho de Administração; (vii) elaboração de uma política de formação e desenvolvimento dos funcionários afectos às diversas áreas funcionais do instituto; e, (viii) estabelecimento do plano de transição para as IFRS no sector de seguros.

ANEXO 1

I – Constrangimentos da Actividade do Sector Financeiro

Expansão da Rede Bancária

Falta de infra-estruturas adequadas e de suporte fora dos principais centros urbanos, encarecendo muito a actividade bancária nestas zonas. A maior parte dos distritos e localidades rurais, enfrentam vários problemas de ordem estrutural, que dificultam a implantação da rede bancária, nomeadamente:

1. Falta de edifícios adequados ao desenvolvimento da actividade bancária;
2. Falta de meios de comunicação (telefone, Internet) com rede estável para a implementação das tecnologias informáticas em uso no sistema (Ligação On Line com os balcões, Rede ATM e POS's etc);
3. Falta de vias de acesso (Estradas de terra batida obsoletas e intransitáveis principalmente na época chuvosa) e longas distâncias a percorrer, aumentando consideravelmente os riscos de insegurança no transporte de valores;
4. Ausência de Negócio Formal e predominância de negócio informal adequado à micro – finanças;

Dificuldades em obter terrenos/espacos livres em locais/zonas estratégicas e o recurso a compra ou aluguer mostra-se muito oneroso, face aos valores elevados apresentados pelos vendedores/arrendatários dos mesmos. Os imóveis disponibilizados pelas estruturas locais (zonas rurais), encontram-se bastante degradados, alguns sem nenhuma possibilidade de recuperação.

O processo de licenciamento para a obtenção da autorização para a construção ou implantação dos balcões é muito burocrático e bastante moroso, comprometendo os prazos expectáveis para a abertura dos balcões.

Fraca capacidade dos empreiteiros locais em cumprirem com os prazos acordados e má qualidade dos trabalhos realizados, o que poderá forçar-nos, doravante, a estender os concursos para obras a empreiteiros de Maputo, encarecendo o custo das obras.

É de louvar o reflexo positivo da abertura das Agências do Banco de Moçambique nas principais capitais provinciais. Porém, é urgente que também se leve o Banco de Moçambique para a Província de Manica que, dado o volume de circulação fiduciária naquela zona, julgamos ser importante ter também uma agência. Neste momento é a única no País que não tem representação do BdM.

É requerida maior intervenção do Banco de Moçambique a nível da circulação de moedas metálicas da nova família que, em algumas zonas do País e, sobretudo rurais, com existência ou não de operadores bancários, atravessa muita dificuldade em obter esse tipo de moeda.

Processo de conversão para os NIRF

Embora seja de louvar a abertura do Banco de Moçambique ao diálogo com os Bancos comerciais no que toque à implementação das NIRF, existem ainda alguns factores e pontos que requerem discussão e esclarecimento, notando-se uma demora nas respostas às questões colocadas.

Não foram acautelados factores importantes dependentes da legislação que não acompanhou as exigências do Banco de Moçambique, nomeadamente nas questões fiscais.

Outros Assuntos

Procedimentos ainda bastante burocráticos em alguns departamentos do sector público, dificultado o processo de registos e obtenção de documentos. Por exemplo, atrasos no processo de tramitação documental a nível das Conservatórias de Registo e Conselhos Municipais relativamente à obtenção dos respectivos documentos que comprovam o registo e a titularidade do imóvel, contribuindo assim para o atraso na formalização do crédito imobiliário.

Do lado dos Mercados, é de referir ausência da Facilidade Permanente de Depósito durante alguns períodos de tempo. Ao longo do último ano assistimos à ausência da abertura diária da janela de FPD por parte do Banco de Moçambique, levando a que os bancos incorressem em custos.

A contínua restrição de movimento de capitais e procedimentos de pagamentos ao exterior ainda bastante exigentes, sabendo que todos os dias os agentes económicos retiram divisas por caminhos menos claros, sem que haja o devido controlo e restrição.

A interpretação desadequada, por parte das autoridades fiscais, classificando a generalidade dos contratos de prestação de serviços de manutenção de sistemas informáticos como consubstanciando royalties, agravando-se assim os custos com estes serviços suportados pelos Bancos Moçambicanos.

II – Rácio de Permanência dos Depósitos à Ordem

O rácio de permanência dos depósitos a ordem é de 48,4%.

ANEXO: 2

Proposta de indicadores para o sector de Micro-Finanças Grupo de Parceiros Internacionais para Finanças Rurais e Micro-Finanças (IPRMF).

Contexto

O Governo de Moçambique (GoM) identificou as micro-finanças como um instrumento eficiente para a luta contra a pobreza e uma alavanca para o desenvolvimento, especialmente nas zonas rurais. Um dos objectivos financeiros indicados no plano quinquenal do Governo de Moçambique é a promoção da emergência de instituições financeiras especializadas em micro-finanças.

Por isso, o IPGMF reitera a necessidade de introduzir indicadores para uma melhor monitoria do desempenho no que concerne ao objectivo de “melhorar a intermediação financeira, incluindo aquela dirigida para as micro, pequenas e médias empresas e agregados familiares sem acesso aos bancos comerciais” indicado na matriz do PAF. Os indicadores propostos, abaixo apresentados, resultam de várias contribuições ao nível do IPRMF e foram seleccionados tendo em conta que são os mais adequados no actual contexto da indústria de micro-finanças em Moçambique.

Proposta de indicadores

De acordo com o IPRMF, os indicadores mais adequados para avaliar o desenvolvimento do sector de micro-finanças em Moçambique seriam os seguintes:

Total da carteira de créditos das MFIs (Instituições de Micro-Finanças) /Total do crédito no sector bancário

O volume da carteira dos empréstimos dá uma boa ideia do desenvolvimento do sector de micro-finanças e, acima de tudo, da sua evolução para o alcance da sustentabilidade. O número de clientes nas MFIs por si só não reflecte melhoria da sustentabilidade: Algumas MFIs verificaram que o seu número de clientes reduziu mas a carteira de empréstimos de todo o sector está a expandir – devido ao surgimento de novas instituições no sector.

Fonte política:

- Plano Quinquenal: expandir os serviços financeiros às zonas rurais
- Política Nacional:
 - Maior papel as IMF's na concessão de serviços financeiros
 - Maior papel banco comercial nas MF

Valor das poupanças de clientes de micro-finanças/Total das poupanças no sector bancário ou total da carteira de créditos das MFIs/Total das poupanças das MFIs

Este indicador, que complementa o primeiro, permite obter uma imagem mais completa da indústria de micro-finanças em Moçambique, tomando em consideração o desenvolvimento de poupanças de clientes de micro-finanças. Estes rácios são as mais importantes em que os

regulamentos de Micro-finanças (aprovados e publicados em Dezembro de 2004) introduzem o direito de oferecer serviços de poupanças para as MFIs.

O segundo indicador (total da carteira de créditos das MFIs/Total de poupanças das MFIs) é interessante para avaliar a **sustentabilidade financeira** do sector.

Fonte política:

- **Decreto nº 57/2004:** Criação dos microbancos e Organizações de poupança e empréstimo para mobilizar poupanças.
- **Plano Quinquenal:** Prosseguir com medidas que contribuam para o aumento da poupança nacional.

Total de clientes das MFIs:

A inclusão do total de clientes das MFIs como indicador permite obter uma imagem mais completa do desenvolvimento do sector. A evolução do rácio 1 (total da carteira de créditos das MFIs/Total de crédito no sector bancário) por si fornece informação sobre a sustentabilidade do sector mas não indica o impacto social das micro-finanças.

Reiteramos que na luta contra a pobreza é muito importante aumentar o número de beneficiários das micro-finanças.

Fonte política:

- **Resolução 3/98 de 24 Fevereiro** do Conselho de Ministros estabelece o objectivo de 100.000 clientes para 2005 (2006 no QAD)

Sector Privado

1. Sumario Executivo

Em 2007, Moçambique melhorou 6 posições no *Doing Business Ranking*, situando-se na 134ª posição em 178 países, como resultado do Novo Código Comercial que proporcionou a redução de tempo para registar uma empresa e consolidação da protecção dos investidores. É importante continuar a introduzir reformas rápidas e com resultados imediatos. Assim, para 2008, recomenda-se a introdução das seguintes reformas em 2008: eliminação da exigência da capital mínimo na criação e das inspecções pré-embarque, e fusão de três procedimentos para construção nos municípios, nomeadamente: pedido de DUAT, pedido de plano topográfico, e permissão de construção;

Os indicadores do QAD estabelecidos para 2007 foram: (31) tempo para iniciar um negócio e (32) redução do custo de despedimento. **A meta (31) foi atingida. A meta (32) não foi atingida, mas há algum progresso**, dado que a nova Lei de Trabalho entrou em vigor em Outubro de 2007, mas o efeito no *Doing Business* ainda é quase nulo, devido a limitações temporais impostas pelas respectivas normas transitórias. Porém, na prática e para os novos contratos, registou-se uma redução significativa dos custos de despedimento indemnização.

Outras reformas que se destacam, em 2007, são: (i) a introdução do sistema de quotas de contratação de mão-de-obra estrangeira, pese embora o sistema não seja ainda efectivamente automático; (ii) a criação da AT que proporcionou melhoria no reembolso do IVA e no diálogo com o sector privado; (iii) institucionalização dos BAU's, (iv) aprovação da estratégia das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) e da Política de Concorrência;

Apesar da melhoria do ambiente de negócios em termos gerais, persistem algumas preocupações do sector privado em relação ao elevado custo e fraco acesso ao financiamento à produção (agravado pela restrição de concessão de crédito em moeda estrangeira), aos custos adicionais impostos pelo Governo no ambiente de negócios fundamentalmente no comércio internacional (custos com o *scanning* de contentores e cargas e o tempo de inspecções pré-embarque), e a ineficiência do sistema judiciário, particularmente para a resolução dos conflitos laborais.

A reforma do ambiente de negócios é uma questão transversal, sendo que envolve vários Ministérios conforme consubstancia a proposta de Estratégia de Melhoria do Ambiente de Negócio. Por isso, tornar-se imperioso assegurar uma estrutura organizacional eficiente, eficaz e com forte envolvimento político com vista a dinamizar as reformas.

2. Desempenho em 2007

Em 2007, Moçambique melhorou 6 posições no *Doing Business Ranking* do Banco Mundial, situando-se na 134ª posição, num universo de 178 países, e foi premiado como o terceiro país mais reformador da África Subsahariana. Este desempenho foi resultado da entrada em vigor do Novo Código Comercial que proporcionou uma redução no tempo de registar de empresa e consolidação da protecção dos investidores. É importante continuar a introduzir reformas rápidas e com resultados imediatos no *Doing Business* de forma a consolidar o compromisso do país

neste domínio. Assim, para 2008, recomenda-se a introdução das seguintes reformas: eliminação da exigência de capital mínimo na criação de uma empresa, eliminação das inspecções pré-embarque (passando a realizar as inspecções directamente pelas Alfandegas no País), e fusão de três procedimentos no processo de obtenção de licença de construção, nomeadamente: pedido de DUAT, pedido de plano topográfico, e permissão de construção.

Os indicadores do QAD estabelecidos para 2007 foram: (31) tempo para iniciar um negócio e (32) redução do custo de despedimento. **A meta (31) foi atingida.** Apesar da significativa redução do tempo de abertura de empresas, Moçambique continua entre os países mais difíceis para iniciar um negócio (125ª posição num universo de 178 países), devido ao aumento do capital mínimo necessário para 115.8% do rendimento *per capita*⁹. **A meta (32) não foi atingida, mas há algum progresso.** A nova Lei de Trabalho entrou em vigor em Outubro de 2007, mas o efeito no *Doing Business* ainda é quase nulo, devido a limitações temporais impostas pelas respectivas normas transitórias¹⁰. Porém, na prática e para os novos contratos, registou-se uma redução significativa do custo de indemnização .

Com excepção do Ministério das Finanças e o de Indústria e Comércio, todos os outros mantêm o sistema de partilha de multas, sendo que constitui um incentivo perverso ao criar uma predisposição para uma filosofia de inspecções mais punitivas do que educativas. Por outro lado, as inspecções e multas arbitrárias em si, particularmente das finanças, trabalho, turismo e municípios tornaram-se num dos principais constrangimentos das PME's no exercício das suas actividades, tendo levado algumas empresas à falência.

Outras reformas que se destacam, em 2007, são: (i) a introdução do sistema de quotas de contratação de mão-de-obra estrangeira sem necessidade de autorização do Ministério de Trabalho ao abrigo da nova Lei de Trabalho, pese embora o sistema não seja ainda efectivamente automático; (ii) a criação da Autoridade Tributária de Moçambique que proporcionou a redução do tempo de reembolso do IVA e estabeleceu um mecanismo eficiente de diálogo com o sector privado; (iii) institucionalização dos Balcões de Atendimento Único, conferindo-lhe poderes para licenciamento de algumas actividades económicas; (iv) aprovação da estratégia das Pequenas e Médias Empresas (PME's); (v) iniciou-se a elaboração da Estratégia de Melhoria do Ambiente de Negócios que toma como referência, entre outros, os indicadores constantes do Relatório do *Doing Business*, e (vi) aprovação da Política de Concorrência.

Apesar da melhoria do ambiente de negócios em termos gerais, persistem algumas preocupações do sector privado em relação ao elevado custo e fraco acesso ao financiamento da produção (agravado pela restrição de concessão de crédito em moeda estrangeira), aos custos adicionais impostos pelo Governo no ambiente de negócios fundamentalmente no comércio internacional (custos com o *scanning* de contentores e cargas e o tempo de inspecções pré-embarque), e a ineficiência do sistema judiciário, particularmente para a resolução dos conflitos laborais .

⁹ Dos 15 países da SADC, oito já aboliram esta exigência, nomeadamente, Tanzânia, África do Sul, Seychelles, Namíbia, Maurícias, RDC e Botswana. Os setes países que continuam com esta exigência são Suazilândia (exige 0.61% do rendimento *per capita*), Zâmbia (2.2%), Lesotho (14.34%), Zimbabwe (50.51%) e Madagáscar (333.42%).

¹⁰ O *Doing Business* analisa o custo de despedimento dos trabalhadores que estejam há pelo menos 20 anos numa empresa.

A reforma do ambiente de negócios é uma questão transversal, sendo que envolve vários Ministérios conforme consubstancia a proposta de Estratégia de Melhoria do Ambiente de Negócio. Por isso, tornar-se imperioso assegurar uma estrutura organizacional eficiente, eficaz e com forte envolvimento político com vista a dinamizar as reformas.

A corrupção continua um dos principais constrangimento para sector privado, sendo que a pequena corrupção afecta directamente as PMEs, (inspectores e polícia) e a grande corrupção aos novos investimentos. Neste domínio, torna-se necessário criar a legislação que previna conflitos de interesses.

O sector privado destacou-se na consolidação da sua intervenção no combate ao HIV-SIDA através do Projecto ECO-SIDA, que mobilizou a participação do empresariado para implementação de políticas e programas de combate ao HIV-SIDA no local de trabalho. No entanto, a ECO-SIDA deverá reforçar a sua intervenção e abrangência.

O indicador (19) tempo para iniciar negócio foi largamente atingido, chegando a ultrapassar a meta estabelecida para 2009. Assim sendo, propõe-se a sua substituição com o “tempo para realizar uma importação e exportação”, e estabelecendo 20 dias como meta para 2009.

Sector da Agricultura

1. Sumário Executivo

O desempenho do MINAG no ano 2007 foi melhor que em 2006. Da análise efectuada sobre o ano de 2007, constatou-se que dos 3 indicadores em análise, um ultrapassou a meta, os restantes dois não atingiram as metas, no entanto um registou progressos. Os níveis de cumprimento variaram da seguinte forma: “nº total de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão” (128%), “nº de hectares de novos regadios construídos e/ou reabilitados com fundos públicos (88%) e “percentagem de processos tramitados e registados no prazo de 90 dias” (52%). O maior constrangimento do MINAG é a exiguidade dos recursos financeiros e humanos em relação às necessidades para abranger a maior parte dos produtores com serviços públicos agrários. Em 2007 o governo aprovou a estratégia da Revolução verde. Trata-se de, um instrumento que conjuntamente com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA) e o cenário de Despesas de Médio Prazo (CDMP), servira de base para operacionalização dos vários programas do MINAG, assim como permitira uma melhor alocação e racionalização de recurso em conformidade com as prioridades do sector. No entanto, urge a necessidade de reforçar o papel do MINAG no que diz respeito a coordenação intersectorial, de forma a responder aos objectivos do Governo na prestação de serviços aos produtores.

O MINAG deverá reforçar a sua capacidade institucional incluindo a retenção de quadros e de descentralização com vista a identificar e implementar medidas correctivas que, a curto e médio prazos, permitam o alcance de resultados com impacto positivo e sustentável no terreno.

Em relação à gestão de recursos naturais, o MINAG efectuou um inventário florestal, proporcionando ao Governo instrumentos para melhorar a gestão e conservação destes recursos. Foi iniciado o zoneamento agrário para responder à crescente demanda de terras para explorações comerciais. Houve progressos na canalização do valor proveniente das taxas de exploração florestal e faunística para as comunidades locais, aumentando em 39% em relação a 2006, no entanto apenas 308 das 1.062 foram abrangidas.

O grau de execução geral do Minag no exercício económico de 2007 foi de cerca de 63% (excluindo os projectos cuja execução não passou pela CUT) sendo 89% no Funcionamento, 90% no Investimento Interno e 54% no Investimento Externo.

2. Avaliação do desempenho em 2006

2.1. Desempenho Geral

Em termos gerais, o crescimento do Sector agro-pecuário no ano de 2007 foi de 8.6%, sendo a Agricultura com 6.7%, Pecuária 33.5% e Florestas com 2.5%. O grande crescimento no sector da Pecuária deveu-se aos vários investimentos realizados no sector da avicultura, e a disponibilização de crédito pelo governo e parceiros para a produção de carne de frangos e ovos. No sector florestal observou-se uma diminuição de ritmo de crescimento comparativamente ao ano anterior, devido à aplicação e implementação do Diploma de reclassificação de espécies. Em 2007 o governo aprovou a estratégia da Revolução verde, em *conselho* de Ministros. Trata-se de,

um instrumento que conjuntamente com o PEDSA servirá de base para operacionalização dos vários programas do MINAG. No entanto, o papel do MINAG tem que ser definido especialmente no que diz respeito a coordenação intersectorial, de forma a responder aos objectivos do Governo na prestação de serviços aos produtores familiares, contribuindo assim para um desenvolvimento agrário alinhado com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Rural. No contexto da descentralização espera-se também que o PEDSA permita esclarecer o papel do MINAG nos Serviços Distritais de Actividades Económicas. O PEDSA será concluído no 2º semestre de 2008.

No início de 2007 foi assinado o Memorando de Entendimento sobre o Apoio Orçamental ao sector da Agricultura entre o MINAG e 8 parceiros de Cooperação. O Minag enfrentou uma série de constrangimentos que incluem a mudança de pessoal e o incêndio no edifício central.

Na sequência dos efeitos das calamidades naturais, o governo em coordenação com os seus parceiros, desenhou um plano de resposta imediato que visava potenciar a segunda época agrícola, neste contexto foram realizadas feiras de emergência tendo apoiado 97.000 das famílias afectadas

2.2. Desempenho do Ministério/ Indicadores do QAD

2.2.1. Desempenho da Gestão de Finanças públicas/ Execução orçamental

O grau de execução geral do Minag no exercício económico de 2007 foi de cerca de 63% (excluindo os projectos cuja execução não passou pela CUT) sendo 89% no Funcionamento, 90% no Investimento Interno e 54% no Investimento Externo. A baixa execução verificada no investimento externo deveu-se entre vários motivos, (i) à fraca percentagem de desembolso por parte dos Parceiros de Cooperação Internacional, que se situou em 81% dos compromissos assumidos, dos quais 17% foram recebidos no mês de Dezembro, (ii) Os atrasos na preparação e encaminhamento para o T.A., dos processos de *procurement*, devido a fragilidades técnicas na sua elaboração, bem como na morosidade na resposta pelo T.A., (iii) a introdução da obrigatoriedade da utilização dos pagamentos por via directa no e-Sistafe, facto que não se ajustou imediatamente às condições de funcionamento do Minag, devido ao seu elevado grau de descentralização, dificuldade esta ultrapassada, depois de uma negociação junto ao Ministério das Finanças.

Relativamente ao processo de planificação e controle das receitas arrecadadas, foram efectuados esforços, havendo algumas províncias que se juntam às instituições que incluem-nas ao orçamento. Contudo este processo deve ser expandido para todas as instituições. O MINAG formou o pessoal financeiro para dar resposta aos problemas identificados nas auditorias de 2005 e 2006.

Dentro do contexto da nova metodologia do MPD para a elaboração do Cenário de Despesas do médio Prazo (CDMP), O MINAG elaborou-o baseado no documento das prioridades do sector.

2.2.2 Indicadores do QAD

2.2.2.1 Melhorar a cobertura dos serviços de extensão agrária

Relativamente ao Nr total de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão, incluindo o *outsourcing*, foram assistidos em 2007, cerca de 285.361 camponeses dos quais 176.355 homens e 109.006 mulheres, o que representa **uma taxa de realização de 128%. (222.300)**. Esta realização, significa um crescimento em relação a igual período do ano anterior (191.629) de 49%. O sector da extensão operou em 116 distritos, tendo contado com 504 extensionistas e 73 supervisores, totalizando desta forma 577 técnicos de campo. A metodologia de camponês a camponês, o aumento do número de EMCs (Escolas na Machamba do Camponês) e de facilitadores formados, a concentração de produtores nos regadios e zonas baixas, o uso eficiente de produtores de contacto, permitiu maior abrangência de produtores. O aumento cada vez maior do número de associações assistidas para a sustentabilidade dos programas também foi privilegiado. As províncias de Maputo, Inhambane, Niassa e particularmente a da Zambézia, contribuíram para o sobre-cumprimento da meta de assistência em 117%.

No âmbito da assistência veterinária os serviços de extensão registaram também um bom desempenho na área das vacinações. Com efeito registou-se um cumprimento do plano em cerca de 105% (843.993), nos Carbunculos Hemático, 101% (321.735) carbunculo Sintomático, e 108% (2.925.905) na vacinação contra newcastle. Estes resultados foram alcançados como resultado duma melhor coordenação entre o nível Central e as DPAs no sentido de disponibilização atempada de recursos necessários, tanto em meios de transporte como em fundos para as deslocações de campo.

2.2.2.2. Promover o uso de técnicas de rega

Os sistemas de irrigação construídos e/ou reabilitados com fundos públicos abrangeram uma área de cerca de 3.520 ha, o que corresponde a uma realização de 88% em relação a meta prevista (4.000 ha), e a um crescimento de 38% em relação a igual período do ano anterior. O não cumprimento da meta foi devido aos seguintes factores: atraso na devolução do IVA aos empreiteiros; o aumento dos custos unitários para a construção e reabilitação de regadios; e a fraca capacidade técnica a nível das províncias.

2.2.2.3. Simplificar os mecanismos de tramitação do direito de uso e aproveitamento da terra

No ano de 2007 a percentagem de pedidos de DUAT tramitados no prazo de 90 dias (previsto na lei de terras) foi cerca de 47%, o que corresponde a uma taxa de realização da meta em 52%. A meta definida para este indicador foi de 90%. O fraco desempenho deveu-se ao facto de à província de Maputo ter parado temporariamente com a tramitação dos processos visando responder a algumas situações de sobreposições de pedidos e outros conflitos de terra. Dos 3.282 pedidos que deram entrada em todo País, 1369 couberam a província de Maputo, a qual apenas tramitou em 90 dias cerca de 118 processos o equivalente a 8% de cumprimento da meta.

Com vista a reflectir com mais ênfase a promoção da exploração sustentável de recursos naturais, para 2008 este indicador mudou para *“No de comunidades locais delimitadas e registadas no atlas cadastral”*.

2.3. Desempenho da gestão dos Recursos Humanos

Foram submetidos os quadros de pessoal do MINAG central bem como do CENACARTA e IIAM, ao Ministério da Função Pública. Contudo, foi aprovado com algum atraso o quadro da CENACARTA enquanto que os outros dois ainda aguardam discussão e aprovação. Ao nível provincial, também foram elaborados os quadros de pessoal, aguardando sua discussão e aprovação. Foi iniciada uma consultoria com vista a actualização das carreiras profissionais no que diz respeito aos qualificadores profissionais e descrição de cargos. A meta definida para o programa de aposentação foi de 300, contudo, foram identificados 320 funcionários em condições para aderirem ao programa tendo beneficiado 160 dos quais 120 do quadro e 40 contratados.

A grande rotatividade dos recursos humanos no Minag, caracterizada pela saída dos técnicos melhor preparados, e atrasos na reforma salarial necessitam de acções decisivas para evitar a deterioração do desempenho do Minag.

2.4. Desempenho em relação aos assuntos transversais

2.4.1. Meio Ambiente

O MINAG efectuou vários estudos nesta componente ligados ao zoneamento e identificação de áreas para investimento no sector agrícola e análise socio-económico da província do Niassa, análise do programa de agricultura de conservação (Extensão), utilização dos recursos genéticos; a regulamentação de pesticidas; regulamento sobre as substâncias tóxicas e destruidoras da camada de Ozono, do regulamento sobre o acesso e partilha de benefícios de recursos biológicos, sobre a compilação das práticas agrícolas ambientalmente sãs no âmbito da convenção da Biodiversidade. Juntamente com o MICOA, foi implementado o programa de recolha de pesticidas obsoletos e finalizado o plano nacional de adaptação das mudanças climáticas (NAPA).

2.4.2. HIV/SIDA

As actividades foram desenvolvidas de acordo com as principais áreas constantes no Plano Estratégico, designadamente, Prevenção (Palestras de sensibilização, Sensibilização para o teste de seroprevalência e administração de testes no local de trabalho) **Mitigação** (Promoção de actividades de geração de renda, Incentivo ao consumo de plantas de alto valor nutritivo de fácil produção), **Advocacia** (Disponibilizados 7000 exemplares da Lei 5/2002 sobre o HIV/SIDA e o trabalhador acompanhado por debates em grupos; 1260 exemplares da revista Nweti HIV/SIDA, Distribuídos 3000 laços vermelhos aos funcionários MINAG central, **Combate ao Estigma e Discriminação** (Treinamentos, Divulgação e debates com recurso a vários materiais audiovisual)

2.4.3. Género

Foram definidos indicadores de género a serem inseridos no processo de planificação e no sistema de monitoria e avaliação do MINAG, e disseminada a estratégia de género e o seu plano de acção. Apesar de existir um indicador do QAD que está desagregado por sexo, falta esclarecer as metas desagregadas e avaliar o impacto sobre as condições de vida das mulheres.

2.5. Gestão de recursos naturais,

O MINAG efectuou uma avaliação integrada das florestas do país, para avaliar a sua extensão e composição florística, de modo a fornecer ao Governo instrumentos para melhorar a gestão e conservação deste recurso. Esta avaliação resultou: (i) na actualização do mapa de cobertura de terra, (ii) no inventário florestal nacional. Está igualmente prevista a avaliação da biomassa lenhosa à escala nacional para complementar a informação existente. Na área de terras, realizado o levantamento das ocupações, com destaque para a zona costeira onde há maior potencial para ocorrência de conflitos.

Verificou-se um interesse considerável em explorações comerciais nas áreas de agricultura, florestas e biocombustível o que obrigou a realizar o zoneamento do sector agrário. Por forma a visualizar as áreas disponíveis e evitar conflitos de terras o estudo deverá ser refinado.

A canalização do valor proveniente das taxas de exploração florestal e faunística para as comunidades locais, aumentou em 39% em relação a 2006. É importante frisar que dentro do universo de 1062 somente 308 comunidades foram abrangidas.

2.6. Avaliação dos principais desafios e questões de preocupação

(1) Os recursos actuais do MINAG cobrem menos de 10% das famílias com serviços de extensão, menos de 10% na vacinação das galinhas do sector familiar e de 50% do gado bovino, que estão aquém dos objectivos do PARPA, (2) Retenção de quadros e fuga de cérebros para outras instituições do estado, (3) Implementar os planos de acção das auditorias financeiras, (4) Melhorar o sistema de informação Agrária com vista a melhorar a qualidade dos relatórios e rever os indicadores de desempenho do sector, (5) Melhoria da ligação entre o PAAO (Plano Anual de Actividade e Orcamento) e o PES, e entre o PES e o Orçamento, (6) Enquadramento institucional e harmonização dos projectos no sector agrário (ligação interministerial e projectos *off budget*), (7) A integração dos assuntos transversais no sistema de planificação do MINAG, (8) No âmbito da melhoria do ambiente de Negócios, o MINAG deve dar continuidade ao processo de zoneamento para identificar as terras disponíveis para investimentos comerciais, assegurar que os DUAT sejam tramitados em tempo útil, (9) No contexto do desenvolvimento rural, o MINAG deve participar de forma mais sistemática no desenho e implementação dos projectos OIIL.

2.7. Principais lições aprendidas

(1) Melhorado o mecanismos de dialogo entre parceiros e o MINAG e realizadas visitas de monitoria das actividades de campo, que permitiram conjuntamente compreender a dinâmica do sector, (2) Os parceiros e o governo devem honrar os seus compromissos financeiros para permitir que haja resultados no sector, (3) As Direcções Provinciais de Agricultura devem ser envolvidos numa forma proactiva na definição de indicadores do desempenho do sector

2.8. Opinião do sector sobre o desempenho dos doadores

Ao longo do ano os desembolsos situaram-se em 81% do previsto dos quais 17% somente em Finais de Dezembro. Quase todos os desembolsos foram efectuados fora do período previsto e/ou no fim do período estabelecido prejudicando a realização de grande parte das actividades do

MINAG. No que diz respeito as missões, ainda se verifica uma falta de harmonização no momento da sua realização.

Sector de Estradas

1. Sumário Executivo

Registaram-se melhorias significativas no Sector, consubstanciadas na análise dos indicadores de desempenho, apresentados durante a avaliação conjunta, com os Parceiros de Desenvolvimento. A maior parte das metas estabelecidas foram atingidas de forma bastante satisfatória; havendo a necessidade de ajustar algumas das “metas iniciais”. No Anexo I são apresentados os indicadores do Quadro de Avaliação de Desempenho do Sector.

Em 2007, a meta estabelecida para o Sector de assegurar que 67% da rede classificada de estradas pudesse ser transitável em condições que variassem de boas a razoáveis, foi atingida. O valor alcançado foi de 69%.

Uma grande mudança operada no Sector de Estradas foi a alteração da estrutura organizacional e do pessoal nas suas Agências, em particular na ANE, com a indicação do novo Conselho de Administração, do Director Geral, de quatro Directores Executivos e dez Delegados Provinciais. Em relação ao Fundo de Estradas, este passou a assumir a responsabilidade pelos pagamentos aos Empreiteiros.

Relativamente ao IVA, constatou-se haver uma melhoria na sua liquidação durante 2007. No que se refere ao Sector de Estradas, tem-se também conhecimento de que o Ministério das Finanças está a fazer, através de um consultor, o levantamento do IVA suportado, desde o ano de 2002, para a sua liquidação.

O Sector apreciou uma proposta de programa cobrindo o período 2008/2010, baseada na actualização dos prazos de *procurement* dos projectos em carteira. Nesta proposta, foram tidas em conta as informações contidas no Cenário Fiscal de Médio Prazo. A versão actualizada do PIP 2009/2011 será apresentada oportunamente.

Em 2007, o Sector de Estradas gastou \$200 milhões de um total planificado de \$277 milhões, correspondendo a um desempenho de 72%, para uma meta de 70%. O melhor desempenho foi obtido na área da manutenção das estradas não asfaltadas, levada a cabo pelas Delegações Provinciais, onde 94% do plano financeiro foi implementado.

A demora na contratação dos empreiteiros para realizar os serviços do programa de manutenção de rotina das estradas asfaltadas resultou num reduzido desempenho neste área, onde apenas 36% dos gastos planeados foram efectuados.

A adopção de uma abordagem integrada no Sector de estradas ainda não resultou em mudanças significativas nos programas dos Parceiros de Desenvolvimento (PD's).

Nas auditorias foram introduzidas as componentes técnica e de “*procurement*”, cobrindo as actividades desenvolvidas em 2007.

2. Avaliação Detalhada do Desempenho

O Sector de Estradas realizou, a 20 de Março 2008, a sua Primeira Reunião Anual de Revisão onde foi avaliado o seu desempenho, com base nos 21 indicadores estabelecidos para o Sector, sendo um deles, as condições da rede classificada de estradas. Este indicador, é o que figura no QAD, para efeitos da Revisão Conjunta da Parceria de Apoio Programático.

De acordo com os programas levados a cabo pelo Sector, foi assegurada a transitabilidade em 69% da rede classificada de estradas, em condições que variam de boas a razoáveis, contra os 67% previstos no plano. Estes valores diferem um pouco dos indicados no PARPA II pelas seguintes razões:

1. A meta estabelecida no PARPA II é de 76%, para uma rede classificada de 25,339 km. Para esta extensão, teríamos algo como 19,258 km, transitáveis em condições que variam de boas a razoáveis;
2. Acordo com a nova classificação, a extensão actual da rede é de 29,341 km, da qual 69% pode ser transitada em condições que variam de boas a razoáveis. Estes 69% correspondem a uma extensão de cerca de 20,245 km;
3. Modo, embora as percentagens sejam diferentes, a rede dispõe de mais 987 km transitáveis nestas condições (boas/razoáveis). Portanto, as condições da rede classificada melhoraram, efectivamente;
4. Para que esta situação não se perpetue, recomenda-se o ajustamento deste indicador, tendo em conta a real extensão da rede classificada e de acordo com as metas estabelecidas a nível do Sector, como se indica em Anexo II.

Outros avanços no Sector consistiram no seguinte:

- 83% das metas de manutenção foram atingidas
- 64% das metas dos investimentos foram alcançados
- A contribuição do GOM foi 98% do planeado
- A contribuição directa ao Sector pelos PDs atingiu 54% do plano

Durante o período a que se refere o relatório, foram alcançados vários melhoramentos em diversas áreas do Sector, dos quais se podem destacar os seguintes:

- Melhor desempenho das Delegações Provinciais em relação à manutenção das estradas não asfaltadas;
- Melhor recolha dos dados básicos necessários para a o preenchimento do Quadro de Avaliação de Desempenho do Sector (QAD);
- Aumento das receitas dos utentes das estradas. Houve um incremento de 12.6% em relação a 2006 em comparação com a meta a ser atingida de 3.5%;
- Auditoria do Sector sem reservas para o exercício de 2006 e a contratação de auditores para os serviços a serem realizados no período de 2007-2009 que irão incluir, pela primeira vez, auditorias técnica e de “*procurement*”.

Factores de Impedimento

Entre os vários factores que impediram um melhor desempenho do Sector e que ocasionaram uma diminuição no ritmo empreendido na execução dos trabalhos, podem ser mencionados os seguintes:

- As reformas institucionais;
- Atrasos na implementação dos grandes projectos de estradas;
- Lentidão nos procedimentos dos Parceiros de Desenvolvimento.

Assuntos de Atenção Especial

- Na área da descentralização, foi assegurado no orçamento do sector o financiamento directo de estradas não classificadas, localizadas nos Distritos;
- Na área de desenvolvimento rural, o Sector continua com o programa de abertura e manutenção de estradas rurais que, garantem melhor acesso aos mercados agrícolas;
- O Sector de Estradas passará a adoptar a publicação semestral dos resultados de todos os concursos adjudicados com sua identificação, valor, empreiteiro contratado e período de execução do serviço;
- Tratando-se do Sector com uma grande participação de apoio externo, a introdução da Abordagem Integrada do Sector (SWAp) está sendo feita de forma paulatina (indicador nº 20).

O actual sistema financeiro foi revisto, tendo sido reconciliado o plano de contas do Sector, de forma a alinhá-lo com o SISTAFE e com o Orçamento do Estado. Em 2007, o Sector preparou e adoptou um manual de “*procurement*”, consistente com o Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviço ao Estado, acomodando os requisitos dos PDs. Foi preparado e adoptado um manual de gestão financeira, actualmente em uso, permitindo maior controlo financeiro a nível dos projectos e dos programas.

O Sector continua a implementar programas de mitigação e combate do HIV/SIDA em todas as obras civis e a aumentar a consciencialização do seu pessoal sobre o perigo desta doença. Em 2007, mais de 2,000 trabalhadores empregues nas obras de estradas participaram das campanhas de prevenção, tendo recebido cada empregado, em média, um treinamento de três horas por mês.

As actividades ambientais tiveram enfoque no acompanhamento do cumprimento dos planos de gestão ambiental, por parte dos empreiteiros e na implementação dos planos de reassentamento das populações nos futuros projectos. Elevada prioridade tem sido conferida na cooperação com o MICOA, com o objectivo de assegurar melhorias dos padrões de qualidade e de controlo ambiental.

Em relação ao género, o Sector continua a manter a sua política de equidade de género nas oportunidades de emprego.

Como medida de descentralização e desconcentração de funções, foram reactivadas as Comissões Provinciais de Estradas, de modo a melhorar a representatividade das suas necessidades e prioridades, reforçando o papel das autoridades locais no processo de tomada de decisão.

A nível provincial, o Sector está também a reforçar a sua capacidade e, neste processo, foram recentemente indicados delegados provinciais da ANE, aumentado o número de técnicos, criadas delegações provinciais do Fundo de Estradas, com o objectivo de melhorar a gestão financeira e da monitoria dos programas nelas levados a cabo.

Dentro desta mesma linha, foi estabelecido um mecanismo de transferência directa de recursos financeiros, para aplicação em programas de manutenção de estradas a serem desenvolvidos nos Distritos.

Lições Aprendidas

Verificou-se ao longo deste período a necessidade de se dar especial atenção aos seguintes aspectos programáticos:

- Definição de uma política de estradas pelo MOPH com referência às estradas não classificadas e dinamizando os critérios de actualização da classificação;
- Possuir um planeamento mais realístico, especialmente no que diz respeito ao calendário de actividades;
- Melhorar o acompanhamento da execução do plano, começando pelo calendário de “*procurement*”, para acompanhar desvios e encontrar rápidas soluções;
- Priorizar a elaboração de estudos de viabilidade e projectos, com bastante antecipação de modo a que estes sirvam de base para financiamento;
- Elaborar estratégias para a definição de investimentos prioritários, a nível provincial;
- Desenvolver um mecanismo de recolha sistemática de dados;
- Reforçar a capacidade dos empreiteiros locais, envolvidos nas actividades de manutenção e reabilitação de estradas.

Anexo I : Quadro de Avaliação de Desempenho do Sector (QAD) e as metas atingidas em 2007

No.	Indicador	Meta	Desempenho
1	Percentagem da população rural vivendo a 2km de uma Estrada transitável, durante todo ano	12%	32%
2	Adopção de uma política de gestão de estradas não classificadas e preparação de um plano de implementação	Mapear e contratar Consultor	Elaborados TdR
3	Percentagem de estradas classificadas em condições boas e razoáveis	67%	69%
4	Percentagem de estradas classificadas transitáveis	70%	77%
5	Valor do Programa de Investimento em Estradas Regionais e seu percentual do Programa de Investimento	\$15.3 m 9%	\$14.6 m 12 %
6	Percentagem dos contratos de manutenção, com mais 30% do seu valor gasto em mão-de-obra	42%	49%
7	Percentagem do Programa de Manutenção de Rotina das Estradas Asfaltadas atingida anualmente	70%	36%
8	Percentagem do Programa de Manutenção de Rotina das Estradas Não Asfaltadas atingida anualmente	70%	76%
9	Parte do orçamento do Sector, paga a firmas locais	26%	37%
10	Resultados das auditorias anuais de segurança rodoviária e cumprimento das suas recomendações	Cumprimento recomendações	Não realizadas auditorias
11	Taxa de participação em campanhas de HIV/SIDA, da população à 2 km estrada classificada	Realizar Campanhas	2,313 participantes
12	Resultados das auditorias anuais de impacto ambiental e cumprimento das suas recomendações	Realizar Auditoria	Cumprimento do PGA
13	Resultados dos estudos de pobreza e impacto social (aspectos de género) e cumprimento das suas recomendações	Estudo Empreendido	Recebido Draft Final do estudo
14	Todas as reformas institucionais (listadas como objectivos), concluídas até 2009	Reestruturação	50% em 2007
15	Publicação semestral de adjudicações de contratos (incluindo valores) nos jornais	Publicação semestral	3 concursos
16	Resultados satisfatórios nas auditorias técnica, financeira e de <i>procurement</i> conduzidas anualmente	Sem Reservas	Sem Reservas
17	Redução do tempo gasto pelo pessoal do sector de estradas em reuniões e em missões com doadores do sector	15 pessoas/mês	16 pessoas/mês
18	Percentagem de realização financeira do Contracto Programa	70%	72%
19	Percentagem de desembolsos dentro do prazo face aos compromissos assumidos pelos doadores e GOM	100%	49%/100%
20	Percentagem dos fundos dos PDs para Apoio Orçamento o Sector	22%	0%
21	Aumento das receitas obtidas dos utentes das estradas	3.5%	12.6

Anexo II: Indicador 3 do QAD Sector de Estradas (Indicador 36 no QAD de Revisão Conjunta PAP)

PRISE 2007 – 2009 Sistema de Avaliação de Desempenho						Indicador Número: 3
Finalidade (da versão inicial): Aumentar as oportunidades sociais e económicas em todo o país por meio do desenvolvimento, gestão e funcionamento da rede de estradas classificadas de uma forma sustentável e eficaz	Indicador: Percentagem de estradas classificadas em condições “boa” e “razoável”					Tipo de Indicador: Implementação
						Nível de Indicador: Monitorização
						Unidade de medição: Percentagem
						Data de Aprovação: 28-Fev-2007
	Base (2006)	2007	2008	2009	2010	2011
Total	64 %	67 %	70 %	73 %	75 %	77 %
Realizado	64 %	69%	Realizado (Meta)			
Primárias	80 %	70%(83 %)	86 %	89 %	91 %	93 %
Secundárias	63.1 %	72%(66 %)	69 %	72 %	74 %	76 %
Terciárias	61.7 %	71%(65 %)	68 %	71 %	73 %	75 %
Vicinais	32.3 %	58%(35 %)	38 %	41 %	43 %	45 %
Medição e Verificação						
Base e Objectivos: as bases deste indicador foram calculadas a partir da pesquisa que foi empreendida na preparação para a RSS 2007 – 2011. Estes dados provavelmente não estarão alinhados com os dados que as províncias estão a colectar (como abaixo descrito), pelo que pode ser necessária uma revisão da base e objectivos quando os novos valores estiverem disponíveis.						
Como: as unidades provinciais da ANE prepararão estes dados anualmente para a segunda Revisão Conjunta anual do Sector (em Setembro). De Abril a Maio de cada ano, a província empreenderá uma pesquisa específica das condições da rede. Será usada uma metodologia de avaliação padrão baseada em 5 indicadores: o nível da estrada, condições de drenagem, cruzamentos, espessura de saibro da estrada (se relevante) e qualidade de rodagem (baseada na velocidade média). Esta informação será utilizada para planear os trabalhos para o próximo ano e especificamente os melhoramentos localizados.						
Quem: Departamento de Informação da ANE com base nos relatórios provinciais.						
Período de Avaliação: os dados usados para o indicador serão os registados na pesquisa de condições de Abril/Maio.						
Onde: para todo o país, por província e por categoria de estrada.						
Definições:						
Boas Condições (Não Asfaltada, da inspecção de 2006): uma viatura pode transitar em segurança ao longo da estrada a uma velocidade média de 60 km/h						
Condições Razoáveis (Não Asfaltada, da inspecção de 2006): uma viatura pode transitar em segurança ao longo da estrada a uma velocidade média de 40 km/h						
Nota – uma alteração da definição das inspecções de condições de estradas a empreender pela ANE será desenvolvida, com base nos cinco indicadores acima mencionados.						
Comentários sobre os Resultados para 2007: A metodologia do levantamento das condições baseada nos 5 indicadores foi usada para todas as estradas pavimentadas e não pavimentadas numa província. Foram feitos levantamentos em finais de 2007 não reflectindo assim o impacto da época completa de chuva nas estradas não pavimentadas. Este impacto estará reflectido nos levantamentos que serão feitos em Abril e Maio.						
Modificações: descrição das alterações, justificação e alteração da data (apenas após aprovação inicial).						

Sector da Energia

1. Sumário Executivo

Os indicadores e metas definidos no QAD do sector de energia para 2007, foram atingidos e em alguns casos ultrapassados.

- O número de novas ligações efectuadas pela EDM foi atingido e ultrapassado. Adicionalmente, foram efectuadas novas ligações através de sistemas isolados a nível de distritos, Postos Administrativos e localidades.
- Foram nomeados os Comissários do CNELEC no âmbito do processo de operacionalização; foi assinado o Contrato-Programa entre o Governo e EDM.
- O desempenho nas novas ligações resultou no aumento do acesso de 8.5% em 2006, para 10% em 2007, tendo atingido o indicador para 2009.

A realização de novas ligações constitui a área de melhor desempenho, particularmente da EDM; o processo de reversão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa do Estado Português para o Estado Moçambicano, que teve lugar em 2007.

O nível de perdas de transporte e distribuição de electricidade (22%) continua a ser o maior desafio do sector. Os indicadores de acesso aos serviços modernos de energia aos Centros de Saúde e Escolas não foram atingidos.

Como lições aprendidas no sector, destacam-se as seguintes:

- A necessidade de elevar a capacidade institucional do Ministério da Energia com destaque para planificação sectorial;
- A necessidade de desenvolver os mega-projectos de maneira transparente, competitiva e coerente com o quadro legal do país;
- A necessidade de incluir a monitoria da gestão e situação financeira da EDM na Revisão Anual Conjunta a partir de 2008.

2. Avaliação detalhada do desempenho em 2007

2.1. Avaliação da Execução Orçamental:

O Ministério da Energia teve para o ano de 2007 um orçamento de funcionamento global em 34.024,960 contos:

Avaliação detalhada do desempenho em 2007

Tabela A. Orçamento de Funcionamento/ 2007

Classe	Despesa	Disponível	Total Gasto	Grau de Execução (%)
11,11,01	Venc. Base do Pessoal do Quadro	13 506 020,00	13 421 426,20	99,37
1,1,2	Outras Despesas c/ Pessoal	3 343 200,00	3 331 801,12	99,66
1,2	Bens e Serviços	16 901 900,00	16 776 825,04	99,26
1,4	Transferência Corrente	273 840,00	20 000,00	7,30
	Total	34 024 960,00	33 550 052,36	98,60

Tabela B. Orçamento de Investimentos/ Componente Interna/ 2007

Classe	Despesa	Disponível	Total Gasto	Grau de Execução (%)
11,11,02	Venc. Base do Pessoal Fora do Quadro	3 090 000,00	3 053 735,82	98,83
1,1,2	Outras Despesas c/ Pessoal	800 000,00	700 196,50	87,52
1,2	Bens e Serviços	15 902 000,00	15 792 490,93	99,31
22,10,04	Outros Impostos Indirectos	865 000,00	864 999,50	100,00
	Outras	12 745 020,00	12 695 019,63	99,61
	Total	33 402 020,00	33 106 442,38	99,12

Tabela C. Orçamento de Investimento/Componente Externa – 2007 (USD)

Ministério da Energia

Classe: NORAD USD

Disponível	Total Gasto	Grau de Execução %
1.27.607,97	76.810,01	7%

USD 127.607,97 – Valor transferido de 2006 para 2007

USD 1.000.000,00 – Valor transferido em 2007 – Não houve desembolso em 2007

UTIP: USD 600.000

Classe: DANIDA USD

Disponível 2007	Total Gasto	Grau de Execução %
2.031.781,24	2.029.155,61	99,87%

USD 923.531,24 – Valor transferido de 2006.

USD 1.108.250,00 – Valor desembolsado em 2007

Contribuição da ASDI:

Assistência Técnica ao Ministério da Energia	SEK 0.5 million
Electrificação Rural e Assistência a EDM	SEK 33.5 million

2.2. Factores chaves que influenciam o desempenho no sector de energia

Embora tenha-se mostrado a melhorias significativas em comparação aos anos anteriores, a capacidade institucional do Ministério da Energia continua a ser limitada com relação as suas responsabilidades e programa de trabalho efectivo.

Preços de petróleo elevados e a grande dependência de importação dos combustíveis líquidos;

Custos de infra-estruturas altos;

Dificuldade de criar áreas de concessão independentes devido a fraca densidade populacional e à falta de receptividade dos consumidores em pagar preço correspondente (Que sejam diferentes dos praticados pela EDM) pelos serviços de electricidade. Avaliação do desempenho face às reformas centrais.

2.3. Gestão de Recursos Naturais

O Ministério tem continuado a prestar uma maior atenção as questões ambientais. Já está estabelecida uma Unidade Ambiental (UA) dentro do quadro institucional do Ministério da Energia e já foi elaborada a Estratégia de Gestão Ambiental para o Sector Energético e Directivas Ambientais para o Sector Energético tendo já emitido o seu parecer favorável. (só a espera de aprovação pelo MICOA).

2.4. Avaliação do desempenho face às reformas centrais

Em relação a implementação do SISTAFE, o processo da instalação do sistema informático foi concluído com sucesso a nível do Ministério da Energia desde Janeiro de 2007; O sistema é considerado eficaz, contudo cria algumas dificuldades na operacionalização dado estar na fase de aprendizagem e aperfeiçoamento da operação resultando na liquidação tardia dos pagamentos.

Em relação à descentralização, foram o Ministério governo descentalizou para os órgãos locais do Estado e Municípios a competência para atribuição de concessões para energia eléctrica e Combustíveis

O processo de implementacao tem experimentado alguns constrangimentos devido por um lado a falta da exiguidade de técnicos qualificados ao nível da província e por outro lado devido a não familiarização ainda com novos instrumentos legais e estarem em curso revisões de instrumentos legais obsoletos.

2.5. Avaliação do desempenho face às questões transversais

HIV/SIDA

Ao longo do ano de 2007, foram levados a cabo diversas actividades no âmbito da implementação da “Estratégia de combate ao HIV/SIDA”, destacando como no ano anterior a Divulgação da Estratégia de HIV e SIDA no sector de energia. Foi feito levantamento dos serviços de

tratamentos e cuidados existentes na área do HIV/SIDA ao nível do país, concepção e *layout* de brochura para reprodução e disseminação. Foram capacitadas as lideranças e pessoal dos Recursos Humanos para aplicação da estratégia para a criação de um ambiente favorável e mobilização de parcerias. Realizados seminários de consciencialização sobre a prevenção do HIV/SIDA em Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Nampula, Niassa;

Género

O Ministério da Energia levou a cabo durante o ano de 2007, varias actividades no domínio da promoção e integração de questões ligadas ao género no sector de energia. Entre estas vale salientar a conclusão do Plano Estratégico de Integração da Perspectiva do Género no Sector de Energia. A elaboração do *draft* do Plano Estratégico 2007-2012 no qual encontra-se em apreciação e discussão a nível dos pontos focais. Foram formados 5 (cinco) pontos focais em matéria de género no sector.

Desminagem (No âmbito dos projectos de electrificação)

Foi feita desminagem ao longo dos percursos definidos para as seguintes linhas electrificação rural no âmbito do projecto de electrificação rural da Zambézia, no qual contempla a pesquisa de minas, desminagem com os níveis 1, 2 e 3 e qualidade de controle da desminagem nas seguintes rotas: (i) Linha de 110 kV de Alto Molócué a Uapé – 72 km; (ii) Linha de 33 kV de Uapé a Morrua, 40 km; (iii) Linha de 33 kV de Murrua a Marrupino, 32 km; (iv) Linha de 33 kV de Uapé a Gilé, 43 km; (v) Linha de 33 kV de Gilé a Naquissupa, 42 km.

2.6. Perspectiva provincial/distrito e nível local

De acordo com a proposta de estruturação dos Governos Provinciais, o sector de energia está enquadrado na Direcção Provincial de Infra-estruturas, Transportes e Comunicações. Porém, tal não impede que nas províncias com grande potencial energético a Direcção provincial de energia esteja separada das outras áreas.

A nível distrital, as actividades de energia estão enquadrados nos serviços distritais de planeamento e infra-estruturas, em relação as energia eléctrica e energias novas e renováveis, e nos serviços distritais de actividade económica, para os combustíveis. A estrutura tipo da orgânica do Governo Distrital foi aprovada pelo decreto 6/2006 de 12 de Abril.

Assim a proposta do plano estratégico do sector de energia agora em curso deverá abordar com detalhe estas matérias.

3. Elaboração das lições-chave aprendidas

Entre as lições-chave aprendidas durante o ano 2007 contam-se a necessidade de:

- Prosseguir com o melhoramento da capacidade institucional do Ministério da Energia e, dada a grave crise da energia eléctrica ao nível regional, a necessidade vital de

redobrar o esforço nas acções em curso visando a realização de novos projectos de geração de energia eléctrica;

- Criar uma relação interinstitucional que assegure a consulta de dados referentes as receitas provenientes da actividade petrolífera;
- Continuar a melhorar a planificação sectorial de modo a dar uma melhor cobertura ao sector como um todo e que permita identificar e explorar melhor as sinergias e otimizar o emprego dos recursos limitados disponíveis. A elaboração de planos directores por áreas como insumos para o desenho de um plano estratégico global já estão em curso.
- Expansão das Actividades da Ed. e os Mega-Projectos de Energias. O Governo de Moçambique tem claramente estabelecido a sua politica com relação a expansão do sector eléctrico e o roll central que corresponde a EdM nesse processo. De modo a permitir a mobilização dos recursos de investimento necessários – tanto do sector privado como da comunidade de parceiros para o desenvolvimento -- para a realização dos projectos na carteira e necessário que os diferentes projectos sejam desenvolvidos um de maneira transparente, competitiva e em plena coerência com a disposições das leis para tal efeito no pais.
- Monitorio da Gestão financeira da EdM. Reconhecido o roll, e com o objectivo expresso de apoiar a EdM no processo de expansão do sector eléctrico no pais, o processo da Revisão Anual Conjunta do sector devera incluir o monitorio da gestão e estatus financeiro da EdM a partir de 2008.
- Apesar de haver rigor no *procurement* na selecção para contratação dos serviços quer seja de consultoria, construção e em particular as atribuição de licença de concessão (Norte de Inhambane) etc., muitos destes não conseguem honrar os compromissos por manifesta falta de capacidade. As ofertas preparadas são de um modo geral boas, contudo na prática na prática constata-se mau desempenho.

4. Indicadores PAF (Quadro Anexo 4): Matriz PAF 2007

Meta defenida 2007 - 70.000 novas ligações

Meta atingida 2007 - 95.000 consumidores

Meta para 2008 – 90.000 consumidores

5. Opinião do sector sobre o desempenho dos doadores

O desempenho dos doadores da área de energia é positivo, destacando a eficiência em relação a pontualidade no desembolso dos fundos, na aprovação e decisão sobre no-objection aos projectos. Houve um fraco desempenho em relação as reuniões de coordenação e recomenda-se que durante o ano de 2008 este aspecto seja melhorado.

Sector das Pescas

1. Sumário Executivo

Embora os dados de produção obtidos indiquem resultados ligeiramente abaixo dos valores planificados para 2007, com impactos negativos no volume de capturas e receitas comparativamente a igual período do ano anterior, há a destacar que o reforço da capacidade institucional a nível local em meios humanos e materiais contribuiu de forma significativa para a realização dos objectivos traçados.

Uma das preocupações em 2007 foi a clarificação dos fluxos financeiros e o melhoramento da utilização das receitas do Estado para projectos de desenvolvimento que beneficiem os pobres.

Conclusões do estudo: (1) as rendas da maior parte das pescarias são pequenas, os factores que contribuem para esta situação são o aumento dos preços do petróleo, redução do rendimento (na pesca do camarão), redução do valor do produto; (2) a renda geral poderia ser aumentada se fossem tomadas medidas de gestão para melhorar o rendimento nas pescarias do camarão e kapenta; (3) poderiam ser aumentadas as rendas da pesca artesanal só através do aumento do esforço de pesca, recomendando-se o aumento das licenças de pesca em cerca de 4% do valor médio do produto descarregado; (4) a pesca de atum tem potencial para aumentar a renda do Governo através de uma melhor estrutura das licenças; (5) melhoramento e modernização de todo o sistema de gestão de fundos do Ministério das Pescas e Fundo de Fomento Pesqueiro.

O que concerne desenvolvimento rural, o Projecto da Sofala contribui para melhorar as condições das pessoas nos distritos rurais da Sofala, Zambézia e Nampula.

2. Avaliação do Desempenho em 2007

2.1. Balanço da Produção e Exportações

A produção pesqueira em 2007 apresentou um comportamento negativo, com a produção pesqueira a registar um decréscimo de 3%, devido aos decréscimos na produção comercial e aquacultura.

2.1.1. Pesca Industrial e Semi-Industrial (Pesca Comercial)

Na produção comercial, cerca de 20% das embarcações não operaram como resultado do seu estado obsoleto e elevados custos operacionais (sobretudo, combustível), tendo-se observado decréscimos nas capturas de kapenta (44,5%), gamba (24%) e camarão (5%) relativamente a 2006. A produção total deste subsector foi de 19.211 ton, representando 74% do plano. Em volume de produção, o recurso mais importante foi a kapenta (8.882 tons), seguido do camarão (7.008 tons), gamba (1.336 tons), fauna acompanhante (873 tons), peixe (658 tons), lulas e polvo (138 tons), caranguejo (125 tons) e lagostim (153 tons). O atum, pescado pela frota estrangeira licenciada, no total de 4.599 tons não é considerado dentro da produção nacional. Em valor, este subsector teve um cumprimento de 83% de um total planificado de 93,602 M USD, onde o camarão representou 72% deste valor (56,064 M USD), seguido da kapenta (10,658 M USD),

gamba (6,830 M USD), peixe (1,645 M USD), lagostim (1.530 mil USD), fauna acompanhante (437 mil USD), caranguejo (375 mil USD), e lulas e polvo (345 mil USD).

2.1.2. Pesca Artesanal

A produção da pesca artesanal é uma estimativa feita com base num sistema de amostragem montado nas províncias costeiras e ainda na província de Niassa. O valor de produção total estimado foi de 67.000 tons, que representa 110% de um plano de 61.475 tons. Neste valor não foram integradas as estimações de capturas do último trimestre de 2007. Neste valor, estão incluídos os recursos de caranguejo, peixe, camarão, lulas e polvo, tubarão, lagosta e “não discriminado”, no qual a maior produção foi de peixe (55.962 tons). A produção de caranguejo (105 tons) foi menor que o planificado de 170 tons. A produção de tubarão (720 tons) ultrapassou o plano de 600 tons, em 120%. A produção de camarão (781 tons) esteve muito abaixo (39%) do plano de 2.000 tons. O valor da produção total foi de 152.315 USD, ou seja, um sobrecumprimento de 189% do plano de 80.590 USD, no qual o maior valor foi o do peixe (139.905 USD) que representou 92% do valor total produzido, seguido pelo camarão (3.905 USD) e fauna acompanhante de camarão (2.761 USD).

2.1.3. Aquacultura

De um total planificado de 1.200 tons de camarão marinho, 70 tons de peixe de água doce e 30 tons de algas marinhas, apenas 70% deste valor foi produzido, ou seja, 907 tons, devido entre outros, à paralisação de uma empresa em Cabo Delgado. Em relação a 2006, a produção decresceu em 15%, devido sobretudo à redução da produção de camarão marinho, que foi de 693 tons. Na piscicultura (produção de peixe), a produção foi de 145 tons, ou um sobrecumprimento de 207% e um índice de crescimento de 174% em relação a 2006. As algas marinhas registaram uma produção de 69 tons contra 15 tons do ano anterior, tendo-se verificado uma subida na ordem de 358% devido ao controlo da predação e 229% de cumprimento do Plano. No que respeita ao valor económico da produção, o subsector alcançou cerca de 6 milhões de USD, representando uma realização de 75% do plano. Comparando com 2006, o valor reduziu em 8%.

2.1.4. Balanço das Exportações

O baixo nível de produção influenciou o nível de exportações realizadas, que se situaram em cerca de 12 mil tons de diversos produtos da pesca e aquacultura, de um plano de 16 mil tons, ou seja, um nível de realização de 74% e um decréscimo de 27%, comparado com 2006. Em valores monetários, os produtos exportados corresponderam a 75 M USD, representando 76% de realização (58,8 M USD) e um decréscimo de 20% em relação a 2006. O camarão foi o produto que rendeu 79% do valor total, com cerca de 7.000 tons. Seguiu-se a gamba (6,5 M USD) com 1.300 tons e a kapenta (2,8 M USD) com 2 mil tons.

2.2. Avaliação da Execução Orçamental

2.2.1. Receitas do Estado

As receitas realizadas em 2007 tiveram origem nas licenças de pesca, com um peso de 40% do total da receita; taxas de inspecção de pescado e multas, 2% e fundos de compensação no âmbito do acordo de pescas com a União Europeia, 57%. O desempenho da política fiscal no sector é

positivo, tendo-se registado um crescimento de 21%, passando de 324 M Mtn para cerca de 392 M Mtn em 2007.

2.2.2. Orçamento de Funcionamento

A dotação para o orçamento de funcionamento foi de 72 M Mtn, superior em 7 M Mtn relativamente a 2006. A execução do orçamento foi de 85%, observando-se um saldo de cerca de 11 M Mtn. Comparando com 2006, houve um incremento de 38% de incremento no nível de execução.

No cômputo geral, o volume de despesas realizadas ascendeu a 77 M Mtn, dos quais cerca de 80%, equivalente a 61 M Mtn provieram do orçamento do Estado e os remanescentes 20%, correspondentes a cerca de 15 M Mtn, oriundos de fundos consignados.

2.2.3. Orçamento de Investimento

O valor disponível para execução financeira era de 102 M Mtn, 5% acima do valor de 2006, distribuídos da seguinte forma: cerca de 84 M Mtn, provenientes de receitas consignadas, representando 83% do total e os remanescentes cerca de 18 M Mtn, equivalentes a 17%, oriundos do Orçamento do Estado. A execução do orçamento de investimento atingiu 100 M Mtn.

Quanto aos fundos externos, o valor previsto era de 817 M Mtn, financiados pelo Governo da Noruega, União Europeia, ICEIDA, BAD, BADEA, IDB, IFAD e BSF. A gestão da execução de 44% do valor, correspondente a 359 M Mtn esteve à responsabilidade do FFP, cuja execução ascendeu a 56%, equivalente a cerca de 201 M Mtn. A gestão de execução dos remanescentes 56%, correspondentes a cerca de 458 M Mtn esteve a cargo de outras instituições, nomeadamente, o órgão central e o IDPPE, tendo sido observado um nível de execução de 29%.

Em geral, a execução ascendeu apenas a 41%, correspondente a cerca de 334 M Mtn, devido entre outros, ao atraso no desembolso dos fundos pelos doadores ou interrupção dos projectos para o seu reajustamento.

2.3. Os principais factores que realçaram o desempenho/impediram o desempenho

2.3.1. Desempenho Geral

Embora os dados de produção obtidos indiquem resultados ligeiramente abaixo dos valores planificados para 2007, com impactos negativos no volume de capturas e receitas comparativamente a igual período do ano anterior, há a destacar que o reforço da capacidade institucional a nível local em meios humanos e materiais contribuiu de forma significativa para a realização dos objectivos traçados.

2.3.2. Desempenho em relação às principais reformas centrais

As acções desenvolvidas visavam o objectivo central de contribuir para o crescimento económico e desenvolvimento sustentável das pescas, com realce para a melhoria das condições de vida das comunidades pesqueiras.

No âmbito da pesca artesanal, há a destacar a realização do II Censo Nacional da Pesca Artesanal e a aprovação do Plano Estratégico de desenvolvimento da Pesca Artesanal. Foram desenvolvidas actividades de pesca experimental e disseminação de técnicas e artes de pesca, introdução de motores de baixo custo, capacitação de técnicas melhoradas de pesca, manuseamento, processamento e conservação de pescado, organização das comunidades pesqueiras e capacitação em Poupança e Crédito Rotativo.

No âmbito da aquacultura há a destacar a aprovação do Plano estratégico de desenvolvimento da Aquacultura. Outras acções de realce foram no domínio da piscicultura, para a promoção desta prática nas zonas do interior, capacitação de piscicultores e extensionistas e concedida assistência técnica para a metodologia de construção de tanques e ensaios de técnicas de pesca.

No âmbito da investigação pesqueira, há a destacar a realização de dois cruzeiros, tendo um sido realizado em Março/Abril com uma embarcação espanhola e outro, de Outubro/Dezembro com o apoio da FAO/NORUEGA, abrangendo toda a costa moçambicana até aos 800 m de profundidade, onde foram colhidos dados dos principais recursos de valor comercial e informação ambiental.

No âmbito da Inspeção e Controlo de Qualidade do Pescado, há a destacar a implantação institucional e autonomização do INIP ao nível das províncias e a aprovação da nova versão do Plano Nacional de Controlo de Resíduos e Metais Pesados.

No âmbito da Gestão e Administração das Pescas, há a destacar a conclusão do ante-projecto do regulamento da pesca em águas interiores e elaborado o Plano Nacional de Combate à Pesca Ilegal, Não Reportada e Não Regulamentada e Plano de Gestão da Pescaria de Camarão. Foi reforçada a capacidade de fiscalização, através do afretamento por 2 anos de uma embarcação de fiscalização.

No âmbito das infra-estruturas e equipamento de pesca, foi reabilitado o Cais do Porto de Pesca de Angoche.

2.3.3. Indicadores do QAD

Os indicadores do QAD para o sector das pescas resumem-se aos indicados com os nºs 42 e 43. Quanto ao 1º indicador, de aumento do abastecimento do mercado interno com pescado nacional, tendo em vista a meta de 115 mil ton em 2009, o sector está ainda aquém deste valor (67 mil tons), apesar do seu desempenho em 110% em relação ao planificado. Contudo, destaca-se a reabilitação completa do cais do Porto de Pesca de Angoche e a instalação de uma fábrica de gelo no distrito de Machanga, em Sofala.

Quanto ao 2º indicador, de aumento do valor das exportações, tendo em vista a meta de 115 M USD em 2009, o sector está igualmente longe deste valor (75 M USD). Contudo, o sector beneficiou de obras de construção de 4 mercados, outras infraestruturas como escolas (3), unidades sanitárias (5), casas de apoio ao pessoal da saúde (13), fontes de água (24) e manutenção de vias de acesso aos centros de pesca. As actividades de extensão pesqueira consistiram na pesca experimental e disseminação de técnicas e artes de pesca e na capacitação em técnicas melhoradas de pesca.

2.3.4. Desempenho em relação aos assuntos transversais

Foi dada atenção particular ao combate do HIV-SIDA. As acções desenvolvidas incluem sessões de sensibilização através de aconselhamento e palestras para os funcionários do sector. No âmbito da mitigação dos efeitos do HIV/SIDA, foram assistidos 33 funcionários do sector e/ou seus dependentes.

3. Avaliação dos principais desafios e questões de preocupação

Uma das preocupações em 2007 foi a questão da clarificação dos fluxos de fundos do sector e aumento de cobertura de colheita de receitas provenientes da renda dos recursos pesqueiros para aumento da receita global do Governo. Neste contexto, a NORUEGA financiou uma consultoria que chegou às seguintes conclusões: (1) a renda da maior parte das pescarias são pequenas ou negativas, os factores que contribuem para esta situação são o aumento dos preços do petróleo, redução do rendimento (na pesca do camarão), redução do valor do produto; (2) a renda geral poderia ser aumentada se fossem tomadas medidas de gestão para melhorar o rendimento nas pescarias do camarão e kapenta; (3) poderiam ser aumentadas as rendas da pesca artesanal só através do aumento da colheita do esforço de pesca, recomendando-se o aumento das licenças de pesca em cerca de 4% do valor médio do produto descarregado; (4) a pesca de atum tem potencial para aumentar a renda do Governo através de uma melhor estrutura das licenças; (5) melhoramento e modernização de todo o sistema de gestão de fundos do Ministério das Pescas e Fundo de Fomento Pesqueiro.

Saúde**1. Sumário Executivo**

O desempenho do sector durante o ano foi aceitável pois, e registou melhorias significativas – área priorizada pelo Ministério da Saúde ao longo de 2007 e na área de Gestão de das Finanças Públicas, pese embora as limitações resultantes dos atrasos de desembolsos dos fundos ao sector. Face a esta situação, grande parte das actividades planificadas foi prejudicada, nomeadamente, a formação em Cuidados Obstétricos e TARV (Adulto e Pediátrico) o que condicionou a expansão destas actividades, a extensão da rede sanitária e a compra de equipamento. Dos 5 principais indicadores do QAD Geral, 3 deles atingiram as metas previstas (Cobertura DPT/HB-3^a dose, cobertura de partos institucionais e Grávidas HIV+ que receberam profilaxia, das quais o último indicador apresenta alguns progressos), 1 esteve muito próximo da meta (TARV Adultos), enquanto que 1 (TARV Pediátrico) está aquém das metas. O indicador que consta da matriz do QAD, sobre a percentagem de mulheres grávidas e crianças menores de cinco anos que possuem pelo menos uma rede mosquiteira impregnada em cada distrito sem pulverização, não faz parte dos cinco indicadores utilizados para esta avaliação. Até a revisão de meio-termo, o sector irá apresentar a proposta dos indicadores para 2009, com bases no QAD sectorial.

O desempenho do sector durante o ano foi aceitável pois, e registou melhorias significativas – área priorizada pelo Ministério da Saúde ao longo de 2007 e na área de Gestão de Finanças Públicas, pese embora as limitações resultantes dos atrasos de desembolsos dos fundos ao sector. Face a esta situação, grande parte das actividades planificadas foi prejudicada, nomeadamente, a formação em Cuidados Obstétricos e TARV (Adulto e Pediátrico) o que condicionou a expansão destas actividades, a extensão da rede sanitária e a compra de equipamento. Durante o período em análise, o trabalho desenvolvido pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs) não se reflectiu na implementação do Plano Económico e Social. A situação financeira relativamente a área dos medicamentos revela a necessidade de uma melhor coordenação ao nível Central.

2. Saúde

Durante o ano 2007, foi desenvolvida uma matriz de indicadores para o sector, o que constituiu um avanço em termos de monitoria e avaliação, na qual somente 31 dos 43 indicadores foram recolhidos e um pouco mais de 50% foi cumprido. Contudo, é ainda prematuro fazer-se uma avaliação do sector somente com base na mesma tendo em conta que é um exercício que carece de melhorias e os condicionalismos financeiros a que os programas estiveram sujeitos.

Dos 5 principais indicadores do QAD Geral, 3 deles atingiram as metas previstas (Cobertura DPT/HB-3^a dose, cobertura de partos institucionais e Grávidas HIV+ que receberam profilaxia, das quais o último indicador apresenta alguns progressos), 1 esteve muito próximo da meta (TARV Adultos), enquanto que 1 (TARV Pediátrico) está aquém das metas. O indicador que consta da matriz do QAD, sobre a percentagem de mulheres grávidas e crianças menores de cinco anos que possuem pelo menos uma rede mosquiteira impregnada em cada distrito sem pulverização, não faz parte dos cinco indicadores utilizados para esta avaliação. Até a revisão de

meio-termo, o sector irá apresentar a proposta dos indicadores para 2009, com bases no QAD do sector.

As áreas de melhor desempenho do sector em 2007 foram: (i) Redução de casos e a respectiva taxa de letalidade por Malária; (ii) Melhoria dos serviços, expansão de TARV/PTV e incremento de acções de formação e capacitação em ITS, HIV e SIDA; (iii) Cobertura de partos institucionais e expansão de casas de espera para as mulheres grávidas; (iv) Guiões e protocolos para a prevenção e controlo de infecções a nível hospitalar; (v) Concebida e aplicada a nova matriz QAD no BdPES incluindo a integração de dados dos diferentes subsistemas do SIS; (vi) Melhorias assinaláveis na componente de gestão financeira a nível central; (vii) Aumento da taxa de cura da Tuberculose.

As áreas e componentes que se evidenciam por um fraco desempenho em relação a 2006 foram: (i) Fraca expansão das actividades de formação em Cuidados Obstétricos de Emergência Básicos e Completos (COEB/COEC); (ii) Agravamento da situação Nutricional; (iii) Fraco sistema de recolha de dados sobre as actividades de AIDI comunitário; (iv) Falta de consensos sobre o desempenho das actividades desenvolvidas pelas ONGs a todos os níveis; (v) Fraca orientação e incorporação do Género nos programas de saúde; (vi) Baixa detecção de casos de Tuberculose; (vii) Fraca planificação anual e de meio-termo e fraca monitoria da implementação do plano; (viii) Redução do fluxo financeiro e atrasos dos desembolsos; (ix) Fraco desempenho dos serviços de cuidados domiciliários; (x) Deficiente implementação das estratégias de envolvimento comunitário no que concerne a promoção da saúde e prevenção da doença.

Educação

1. Sumário Executivo

Em 2007 o Ministério de Educação e Cultura (MEC) registou progressos na implementação do Plano Estratégico de Educação e Cultura (PEEC). A taxa líquida de escolarização das raparigas aos 6 anos atingiu os 70,0% contra os 67% programados. A meta prevista da taxa de conclusão (raparigas) também foi ligeiramente ultrapassada tendo atingido os 28,8% contra os 27% planificados.

A relação aluno professor ficou nos 73/1 contra os 71 programados. O MEC contratou mais de 11 mil funcionários em 2007. Uma das causas para que não se atingisse a meta foi o atraso nos processos de substituição dos funcionários que deixam o sector.

O êxito alcançado deveu-se às acções de implementação dos novos modelos de formação de professores, do programa acelerado de construção de salas de aula, assim como dos programas de distribuição gratuita de livros escolares, do apoio directo às escolas, do funcionamento dos Conselhos de Escola e da descentralização de fundos e responsabilidades para as províncias e distritos.

Registou-se um aumento do nível de execução financeira. A despesa total do sector da Educação em 2007 foi de 10.765 Milhões, representando uma taxa de execução de 80% da Dotação Actual do sector de 13.536 Milhões de MTs. A execução da FASE quase duplicou, como resultado das melhorias operadas no sistema de gestão financeira o que contribuiu para o aumento dos fundos externos ao sector incluindo o FTI. Melhorou a utilização dos sistemas nacionais pelos parceiros para a canalização dos fundos externos.

O desempenho (julgado na base do E-QAD) foi positivo. O sector está no caminho certo para tornar o sistema de educação cada vez mais eficaz e eficiente. Entretanto, há ainda grandes desafios nas áreas de (1) qualidade de ensino, (2) expansão sustentável do sistema pós-primário e (3) capacidade de gestão dos programas, sobretudo ao nível descentralizado.

2. Desempenho do Sector em 2007

2.1. Áreas de melhor desempenho

Os indicadores do sector foram cumpridos, com destaque para a escolarização das raparigas, cuja taxa foi ultrapassada, tal como foi já referido. A contratação de professoras para o sistema também registou um aumento e pode ter contribuído para a redução da desistência e aumento da retenção da rapariga.

A implementação dos novos modelos de formação de professores para o ensino primário (10^a+1) e para o 1º ciclo do ensino secundário geral (12^a+1) foi uma acção de grande importância para o sector em 2007. Como resultado, em 2008, o MEC não vai necessitar de contratar novos professores sem formação para estes níveis de ensino.

O Programa de Construção Acelerada de Salas de Aula para o Ensino Primário consolidou-se durante o ano de 2007 em consequência de um maior envolvimento dos governos locais tendo sido concluídas em 1.898 salas de aula.

O MEC finalizou os programas da 8ª classe do novo currículo do ESG1 em preparação para a sua introdução em 2008. Está em processo a finalização da estratégia para este nível de ensino, que deverá ser concluída e aprovada durante o primeiro semestre de 2008. A estratégia apresenta propostas de solução sustentáveis para os problemas que afectam o ESG e contém uma visão sobre o papel do ensino secundário para desenvolvimento do país.

As melhorias introduzidas no programa de distribuição do livro escolar resultaram na sua chegada atempada às escolas e na redução dos desvios de livros em 2008. Foram ainda adquiridos e distribuídos livros para as bibliotecas do ensino secundário.

A nível da Alfabetização, foram inscritos 274.649 alfabetizandos no 2º ano do programa regular de Alfabetização, 133.303 dos quais ficaram aprovados, o equivalente a 89% da meta. Destes, 78.923 foram mulheres. O programa de educação de adultos com recurso à rádio inscreveu 80.000 adultos e graduou 57.557.

No Ensino Superior foram abertas novas instituições de ensino que resultou no aumento dos efectivos em 24.452, o que representa um crescimento na ordem de 35% em relação a 2006.

A nível da Cultura realizaram-se progressos quanto à identificação, registo e preservação de bens culturais e naturais a inscrever na lista do Património Cultural Nacional e Mundial, na promoção da utilização dos monumentos, bibliotecas, museus e outras instituições; na divulgação e preservação cultural, na reabilitação integrada da Ilha de Moçambique e na preservação do Nyau e da Timbila como bens do Património Cultural Mundial.

Foram expandidos os programas de habilidades para a vida e mitigação do HIV (PB e MSS, PGB, Apoio as COVs)¹¹. Iniciou-se a elaboração da estratégia com vista a atender aos funcionários do sector afectados/infectados pelo HIV.

2.2. Desafios

No sentido de assegurar a qualidade de ensino, particular atenção deverá ser dada às seguintes áreas:

A nível da qualidade:

- Contratação e formação contínua de professores suficientes para atender às necessidades do sector;
- Supervisão descentralizada para melhorar o sistema de gestão escolar (incluindo o controle do absentismo);
- Avaliação do currículo do Ensino Básico (incluindo o ensino bilingue e o sistema de avaliação);

¹¹ PB - Pacote Básico; MSS - Mundo Sem Segredos; PGB - Programa Geração Biz; COV – Crianças Órfãs e Vulneráveis.

- Elaboração da Política Linguística, a Padronização das Línguas Moçambicanas como contributo para a melhoria da qualidade do ensino.
- Estabelecimento dum sistema da avaliação dos resultados da aprendizagem e definição de padrões mínimos de qualidade numa escola, incluindo aspectos multi-sectoriais como a saúde, saneamento escolar e o atendimento às crianças vulneráveis.

A nível da expansão:

- Continuação com os esforços na área do género para assegurar equidade nos diferentes níveis.
- Conclusão da elaboração e revisão das estratégias do ESG e da Alfabetização com recomendações sobre a expansão sustentável destes subsistemas;
- Elaboração de estratégias de financiamento do ensino pós-primário para assegurar que a sua expansão não afecte nem a qualidade do ensino em geral nem o volume de recursos disponíveis para o Ensino Primário;
- Optimização do potencial do ensino à distância para assegurar a expansão do pós primário;
- Expansão dos programas de construção de infra-estruturas culturais;
- Acelerar a implementação do Programa Integrado de Reforma da Educação Profissional (PIREP);
- Contribuir para o desenho e implementação de programas de formação para jovens fora da escola em colaboração com o Ministério do Trabalho, Ministério da Juventude e Desportos e outros parceiros.

A nível da capacidade e gestão dos programas:

- Formação dos gestores da Educação e Cultura, para a implementação do PEEC, particularmente nos distritos;
- Consolidação dos programas descentralizados como o da construção escolar, e o da formação de professores;
- A revisão dos dados estatísticos do sector na base do Censo populacional de 2007;
- Melhorar a atenção na implementação da Lei do Procurement nos diferentes níveis, incluindo completar a auditoria do programa da construção acelerado de salas de aula para o ensino primário.
- Implementação do estudo “PETS” para identificar os possíveis estrangulamentos no fluxo de fundos (indicador do PAF não cumprido)

2.3. Execução orçamental

A despesa total do sector em 2007 foi de 10.765 Milhões de MT (8.582 Milhões de MT em 2006), correspondente a 80% da dotação. Do total da despesa, 87% foi para o Ensino Geral e Cultura e o restante para o Ensino Superior¹².

¹² Relatório de Execução Orçamental 2007

A Despesa de Funcionamento totalizou 8.172 Milhões de MT. A taxa de realização da despesa de funcionamento total do sector foi de 99%.

A Despesa de Investimento totalizou 2.593 Milhões de MT. A taxa de realização da despesa de investimento total do sector foi de 49%. A taxa de realização da componente interna do investimento foi de 99%, contra 44% da componente externa. A baixa realização/execução da componente externa de investimento pode ser explicada pela falta de informação sobre a execução dos projectos financiados fora do FASE. O FASE registou uma execução elevada, de 95,9%.

Verifica-se uma discrepância entre os valores da DNCP e do MEC o que exige esclarecimentos adicionais.

O aumento na execução do orçamento do MEC está ligado à melhorias no sistema de gestão financeira, disponibilização atempada dos fundos pelos parceiros e a implementação descentralizada do SISTAFE.

3. Assuntos específicos

3.1. Recursos Humanos

A Gestão dos Recursos Humanos constitui a área na qual se apresentam os maiores desafios, nomeadamente:

- Falta de professores e outros funcionários qualificados e em número suficiente;
- Gestão descentralizada dos Recursos Humanos.

O desenvolvimento de um novo sistema de gestão de recursos humanos, em curso, irá contribuir para o melhoramento nas áreas de recrutamento e colocação dos funcionários, sistema de salários e incentivos e oportunidades para formação, carreiras e/ou auto aperfeiçoamento.

A implementação de um programa de HIV/SIDA no local de trabalho deverá mitigar o impacto desta pandemia no sector.

3.2. Descentralização

Estão em curso várias acções visando a contínua descentralização de responsabilidades e recursos para o nível local, financiados pelo FASE.

Apesar destes progressos, alguns desafios permanecem, nomeadamente, a nível (i) da definição dos limites tendo em conta as necessidades e o ciclo de planificação das províncias e distritos, (ii) da capacidade das províncias e distritos implementarem os diferentes programas sem instruções detalhadas do nível central (iii) da necessidade de alinhar ainda mais os diferentes processos de planificação, orçamentação e monitoria na base dos programas sectoriais.

3.3. Combate à corrupção

O MEC iniciou o trabalho no sentido de racionalizar e simplificar os procedimentos administrativos. Apesar dos esforços do sector para eliminar a corrupção nas áreas da distribuição do livro escolar, sistema de matrículas, avaliação, exames e emissão de certificados e em termos gerais na área da gestão financeira, ainda se verificam casos de abuso, violência e corrupção nas escolas. Para além disso a criação de mecanismos de monitoria, coordenação e supervisão da implementação do plano da acção servirão de base para o sector responder ao problema.

3.4. Desempenho dos parceiros de cooperação

Em 2007 registaram-se progressos na área da harmonização e alinhamento, nomeadamente:

- Aumento dos fundos externos inscritos no orçamento (incluindo os projectos);
- Mais 2 parceiros aderiram ao FASE;
- Quase 90% dos fundos comprometidos através do FASE foram desembolsados; até o terceiro trimestre, facilitando a liquidez do MEC;
- Apoio ao MEC na mobilização de recursos adicionais do FTI;
- 40% dos recursos externos orçamentados são canalizados através do FASE (na realização a percentagem é superior a 60%).

Contudo, verificou-se a existência de aspectos a melhorar, a saber:

- A discussão em relação ao mecanismo mais adequado para canalizar os fundos do FTI destinados a Moçambique, demonstrou a existência de incoerências na aplicação da Declaração de Paris por parte dos doadores ao nível do país e das sedes;
- O diálogo entre o MEC e parceiros está bem estruturado e institucionalizado, porém mantém-se o desafio de intensificar a discussão dos assuntos estratégicos e assegurar que a assistência técnica disponibilizada esteja mais alinhada com as prioridades do MEC e coordenada com os grupos temáticos;
- Permanece ainda o desafio de integração do processo de “one UN” no conjunto do SWAP da educação, aspecto que continua em discussão no grupo de trabalho das NU sobre o sector educação;
- Apesar de todos os parceiros se comprometerem com o SWAP, persiste o desafio de manter simultaneamente projectos geridos por esses mesmos parceiros (COV, Género, intervenções no nível da escolas, projectos de HIV/SIDA);
- De referir a dificuldade de manter um equilíbrio na representação dos parceiros nos respectivos grupos de trabalho, bem como o caminho a percorrer rumo à divisão de tarefas.

4. Principais lições aprendidas e acções para o futuro

O MEC deverá prestar maior atenção ao seu papel como instituição virada para a definição de políticas, de estratégias e de monitoria e avaliação, conferindo aos órgãos provinciais e distritais o papel de unidades implementadoras.

A política da reforma salarial é de particular importância para o sector como o maior empregador do Estado. Neste contexto, é crucial a continuação da sua participação activa neste processo.

O sector está confrontado com o desafio de atender à enorme procura dos serviços educativos, num contexto de escassez de recursos humanos e financeiros. As respostas aos desafios de curto prazo devem ser equilibradas e integradas num contexto mais amplo de desenvolvimento de um sistema educativo balanceado e sustentável incluindo um ensino pré escolar mais amplo.

Água e Saneamento

1. Sumário Executivo

O sector de água atingiu e mesmo superou consideravelmente a meta prevista no QAD 2007. O numero de novas fontes dispersas de água construídas foi 1529 contra 1055 fontes planificadas. As taxas de cobertura também mostraram um aumento substancial, aumentando o nível de cobertura de água rural e urbana em 48.5% e 40% respectivamente, aumentando o acesso a água potável para 9.871.523 pessoas, por outro lado a cobertura do saneamento aumentou para 47% em zonas urbanas e 39% em zonas rurais.

De acordo com o Relatório de Execução Orçamental (REO) a execução financeira global do sector em 2007 foi de 42,4%, uma forte diminuição em comparação com o ano anterior quando a taxa de execução foi de 89,5%. No entanto, informação do Sector indica que a execução financeira foi bastante maior e atingiu um valor na ordem de 70%. A diferença surge na falta de articulação interinstitucional e a falta de instalação de e-SISTAFE nos organismos do sector. É urgente a instalação de uma Unidade Gestora Executora (UGE) na DNA e noutros organismos do Sector que não dispõem de acesso directo a e-SISTAFE.

Embora se tenha reduzido em 28% durante o ano, o valor da dívida do Sector com IVA e comparticipações (356 milhões MT) continua a representar um peso para a sua estrutura financeira e constrangeu fortemente a implementação dos PES dos organismos do sector. O problema da dívida deve ser tratado ao nível mais alto tendo em conta a conjuntura do problema e das suas implicações no sector público.

O apoio dos Parceiros de Cooperação ao Sector continua pouco harmonizado. Contudo continuam os esforços conjuntos para a criação de um SWAP, que visa estabelecer uma abordagem programática para o financiamento do subsector de água e saneamento rural.

No quadro da descentralização o Sector definiu o novo papel de cada nível e iniciou um processo de descentralização dos fundos para os Distritos e Províncias que ajudará a implementação do Plano Estratégico de Água e Saneamento Rural.

Por outro lado, constata-se que o sector está a dar seguimento das recomendações sobre a auditoria do desempenho do sector de águas realizada pela IGF entre 2005/2006. Assim, grande parte das recomendações foram implementadas e outras estão em curso.

As áreas de melhor desempenho do sector em 2007 foram: (i) Abastecimento de Água Rural que registou um crescimento na ordem 5.4%, (ii) Abastecimento de Água Urbana que registou um crescimento na ordem de 2.0% (iii) Saneamento Rural que registou um crescimento na ordem de 2.0%; (iv) Saneamento Urbano que teve um crescimento na ordem de 1%; (v) Reabilitação de 107 estações hidroclimatológicas o que representa uma execução adicional de 60% em relação ao planificado.

Foram também áreas de melhor desempenho a componente de descentralização com a elaboração e aprovação de documentos que clarificam os papeis e responsabilidades de cada nível, a área de reformas institucionais com a aprovação de instrumentos legais de extrema importância para o sector. Encontra-se também na senda do melhor desempenho a elaboração de documentos

estratégicos como o documento sobre o Sistema de Informação Nacional sobre Água e Saneamento (SINAS). No geral, o sector teve um bom desempenho.

As áreas de fraco desempenho do sector em 2007 foram: (i) fragilidades em relação a coordenação intra e inter-sectorial, com destaque para o relacionamento com os parceiros de cooperação e de implementação que como exemplo resultou na diferença de dados relativos a execução orçamental.

Constitui também área fraca, a não elaboração de um plano de prevenção de corrupção.

2. Avaliação do Desempenho do Sector em 2007

2.1. Áreas de Melhor Desempenho

Ao nível do sector de água e saneamento foram definidos como objectivos aumentar o acesso da população à água potável nas zonas rurais e urbanas mediante a construção de 1.055 e reabilitação de 805 fontes dispersas, reabilitação de 45 e construção de 105 fontanários, reabilitação de 5 PSAA e 2.500 ligações domiciliárias. Outro objectivo era o acesso a saneamento básico mediante a construção de 8.000 latrinas melhoradas nas zonas peri-urbanas, bem como a reabilitação de 42 estações hidroclimatológicas.

Para o efeito, durante o período em análise, foram construídas e reabilitadas respectivamente 1.529 e 913 fontes dispersas, 167 e 47 fontanários, bem como foram reabilitados 5 Pequenos Sistemas e foram estabelecidas 8.500 ligações domiciliárias, aumentando o acesso a água potável para 9.871.523 pessoas. Quanto ao acesso ao saneamento, foram construídas 20.997 latrinas melhoradas nas zonas rurais e urbanas. Quanto a componente de Gestão dos Recursos Hídricos foram reabilitadas 107 estações hidroclimatológicas e reabilitadas 4 barragens.

Com estes esforços o sector atingiu as suas metas, aumentando o nível de cobertura de água e saneamento urbana para 40% e 47% respectivamente, de água e saneamento rural para 48,5% e 39% respectivamente.

Foram realizadas negociações sobre os rios internacionais, levou-se a cabo as campanhas de sensibilização e educação sobre o saneamento do meio, programas de educação comunitária em promoção do princípio de procura e a divulgação da política de águas e iniciou-se o processo de elaboração do plano estratégico do sector de água- componente de água e saneamento urbano – PESA-ASU.

No quadro da reforma institucional e do processo de descentralização, foram aprovados importantes instrumentos legais, nomeadamente, a Política de Água, que reforça o processo de descentralização do sector com enfoque para os distritos, a Estratégia Nacional de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos, o regulamento de concessão licenças de água e o PESA-ASR. Por outro lado foram desenvolvidos importantes documentos como são os casos do SWAP e da Estratégia de implementação do SINAS.

2.2. Desafios

Embora o sector apresente bons resultados, persistem muitos desafios para o seu funcionamento pleno. Nos vários domínios o Sector tem consciência dos problemas prevaletentes, principalmente na coordenação sectorial e na coordenação multisectorial. Ao longo dos últimos anos verificou-se a desconcentração de responsabilidades delegando-se a instituições autónomas do sector, como forma de responder a nova abordagem de órgãos implementadores e órgãos definidores de Políticas.

Contudo, esta desconcentração não foi acompanhada por mecanismos adequados de coordenação sectorial, afectando também a coordenação multisectorial, podendo-se reflectir na fraca harmonização dos planos sectoriais, na dificuldade de relacionar o plano e a execução orçamental dos mesmos. Nota-se igualmente, a elaboração dos planos muito optimistas que resulta da indução através dos acordos dos parceiros de cooperação.

O estabelecimento do SWAP irá viabilizar a harmonização na planificação financeira integrada e reduzirá os fundos *off-budget*. A materialização do SINAS que pela sua natureza irá estabelecer mecanismos de recolha, gestão e disponibilização da informação com todos os actores apoiará na melhoria do processo de planificação sectorial e monitoria. A conclusão e aprovação do PESA-ASU irá contribuir significativamente na definição das prioridades e de orçamentos necessários.

A aprovação da ENGIRH, a Política de Águas e o Regulamento de Concessões de Licenças, representa um outro desafio, uma vez urge criar mecanismos apropriados para a sua implementação.

A luz das responsabilidades atribuídas a cada nível no processo de descentralização, a implementação deste processo representa um desafio na medida em que o processo deve ser acompanhado por um programa de formação e treinamento dos técnicos ao nível local.

Para reflectir as várias actividades do sector, principalmente as acções no quadro da Gestão dos Recursos Hídricos, será importante o sector alargar a sua matriz dos indicadores estratégicos.

2.3. Execução Orçamental

O sector de Águas orçamentou para 2007 cerca de 1.958,727 contos. Este orçamento inclui fundos do OE e fundos externos *on budget*. Do montante orçado, foi desembolsado 71% e tendo sido executado 99%. A execução orçamental em relação ao orçamentado foi de 70%.

No entanto, um relatório publicado recentemente por uma consultoria, com base nos dados obtidos no Ministério das Finanças, indica que para 2007 o sector orçamentou 3.527,00 contos, tendo executado 1.357,00 contos, o que corresponde a uma execução orçamental de 39%.

Os factores determinantes para esta divergência são, nomeadamente:

A deficiente articulação intra e inter-institucional. Por exemplo, na revisão intermédia o sector reportou o valor de 1.958,727 contos. No entanto este valor poderá ter aumentado durante revisão do orçamento que normalmente é feito em Setembro de cada ano.

Outro factor é a falta de mecanismo adequado para a circulação da informação, que é agravada pela falta de colaboração dos parceiros de cooperação na prestação da informação. Tal como o sector, acreditamos que no momento da elaboração do estudo, os parceiros ainda não tinham apresentado os seus balancetes que visualizassem as despesas realizadas com os seus fundos. No entanto, acreditamos que com a publicação da CGE a execução orçamental do sector irá crescer significativamente com a inclusão das despesas que não passam da CUT.

Por outro lado, a falta de instalação do e-SISTAFE tem afectado significativamente o desempenho financeiro do Sector dado que persistem enormes constrangimentos na movimentação dos fundos do sector. Para melhorar a execução orçamental o sector continuará a advogar a instalação do e-SISTAFE. Devido ao elevado volume de fundos que o sector movimenta, ficou reafirmada a necessidade de se instalar o e-SISTAFE nos organismos do sector, para evitar os constrangimentos financeiros que se verificam na execução orçamental, com fortes implicações para a execução física dos projectos.

O Sector tem advogado o aumento do orçamento interno fundamentado pelos instrumentos de planificação a médio e longo prazo (CFMP, PESA-ASR). Em 2007, a proposta de orçamento indicava para um crescimento de 400% em relação ao 2006. O Objectivo do sector era assegurar um crescimento até aos níveis que possam assegurar o cumprimento das metas pre-estabelecidas. Para o cumprimento das metas, o sector tem que absorver do OE uma percentagem superior a 5,5% conforme previsto no PARPA II e neste momento absorve somente 2,4%. A título de exemplo, a DNA em 2007 orçamentou para 2008 cerca de 750.000,00Mts e tendo sido atribuído apenas 135.000,00 Mts o que representa uma redução de cerca de 350%.

Os valores disponibilizados pelo orçamento interno não só não cobrem as reais necessidades do sector como são insuficientes para constituir a provisão para o pagamento do IVA e participações resultantes dos compromissos de financiamento externo.

Como consequência deste facto, e apesar dos recursos disponibilizados serem limitados, o sector fez esforços e conseguiu reduzir a dívida em 28% (de 457.433.751,00Mts em 2006 para 356.154.545,00Mts em 2007). As projecções indicam que os valores das dívidas actuais e futuras com IVA e participações voltaram a subir, representando um peso para a estrutura financeira do sector. Com actual nível de fundos internos disponibilizados, qualquer esforço para o pagamento do IVA e Participações representa um estrangulamento do sector. Para o efeito, o sector continua a advogar que este assunto seja tratado a níveis superiores e que se tome o caso do projecto MCC como exemplo de financiamento externo a ser seguido pelos outros.

3. Assuntos Específicos

3.1. Descentralização

No quadro da Descentralização, foi elaborado e amplamente discutido o PESA-ASR, que focaliza o distrito como sendo o epicentro das actividades no âmbito da Agua Rural, assim, foram definidas as responsabilidades de cada nível com o enfoque para o Distrito que irá assegurar a sustentabilidade e manutenção das fontes e a província irá assegurar a aceleração da cobertura.

Deste modo, os fundos destinados a manutenção e reabilitação das fontes dispersas de águas serão alocados para os distritos e os fundos relativos a construção das fontes dispersas serão alocados para as províncias.

A DNA tem assistido os técnicos das Direcções Provinciais das Obras Públicas e Habitação na operacionalização da base de dados e tem capacitado os técnicos distritais na gestão de informação, monitoria, avaliação e gestão de projectos.

Foi elaborado o manual de implementação do PESA-ASR e está planificado um amplo programa de treinamento dos técnicos distritais e provinciais, no quadro da descentralização de responsabilidades e dos fundos do sector.

A divulgação da Política de Água (PA) e do Manual de Implementação dos Projectos de Água Rural (MIPAR), bem como a elaboração do manual de operacionalização do PESA-ASR representa instrumentos importantes de envolvimento da comunidade na manutenção e gestão das fontes de água e na sensibilização da população.

3.2. Recursos Humanos

No domínio dos Recursos Humanos, o sector prosseguiu com a sua política de formação dos técnicos a todos os níveis e nos vários domínios, com particular realce para a componente de *Gestão de Informação, Monitoria e avaliação*, bolsas de estudo e vários cursos de capacitação. Para responder ao novo papel no quadro do processo de descentralização de responsabilidade e de gestão dos fundos, o sector elaborou pacotes específicos de formação. Para o efeito, está em curso um levantamento geral a todos os níveis sobre a necessidade de formação dos técnicos. Este levantamento irá permitir priorizar as necessidades do sector em termos de capacitação institucional.

Relativamente a prevenção e combate ao HIV, o sector, tem como actividades prioritárias para prevenção e combate e mitigação das ITS/HIV/SIDA, a sensibilização dos diferentes grupos sobre a prevenção, através de organização de palestras. Por outro lado, o sector apoia aos afectados, oferecendo um apoio nutricional (uma cesta básica com produtos de 1ª necessidade).

3.3. Auditoria do Desempenho do Sector de Águas

Em 2007 o sector continuou a desenvolver actividades com vista ao cumprimento das recomendações da auditoria. Da monitoria e avaliação feita constatou-se que muitas acções foram realizadas e muitas outras estão em curso.

No conjunto das recomendações realizadas destaca-se a melhoria de gestão financeira do sector, com a produção e assinatura dos balancetes, com a contratação de um auditor interno que verifica os processos de contas, com a melhoria dos procedimentos de prestação de contas e com a prestação de contas em tempo útil, quer dos projectos internos quer dos projectos externos. Por outro lado, já é possível apurar os saldos dos fornecedores a qualquer momento e iniciou-se a retenção na fonte do IRPS relativo aos rendimentos de terceiros.

Quanto ao processo de procurement, foram harmonizados os documentos de concursos a luz do decreto 54/2005 de 13 de Dezembro.

Quanto ao financiamento do Sector, foram elaborados os documentos com vista ao estabelecimento do SWAP, do qual teve um parecer favorável dos parceiros de cooperação.

No quadro da Descentralização, o sector já iniciou o desembolso dos fundos para as províncias e fundos para os distritos, bem como já definiu os papéis de cada nível.

Quanto a gestão de informação, o sector iniciou um processo de concepção e implementação de um sistema de informação. Aqui importa realçar os esforços em curso para que haja um alinhamento entre os dados financeiros com a execução física dos projectos.

Quanto a reforma institucional, foram produzidos e aprovados muitos instrumentos que irão alinhar o funcionamento do sector a luz das várias recomendações da auditoria.

3.4. Combate a Corrupção

Com relação ao processo de *Procurement* o sector harmonizou os documentos de concurso a aplicar a todos os níveis e sobre diferentes componentes. Os mesmos foram distribuídos para as Províncias e Distritos, nomeadamente: os cadernos de encargo tipo – para empreitadas e fiscalização de fontes dispersas ajustados ao decreto 54/2005.

Por outro lado, no cumprimento do mesmo decreto, grande parte dos organismos do sector criaram as UGEAs.

Em relação ao Controlo Interno, já se iniciou o processo da elaboração das reconciliações bancárias e foram completados os processos com que tinham déficit de informação e Processo da criação das Unidades Gestoras de Aquisições (UGEA's) em curso. Já há retenção na fonte do IRPS relativo aos pagamentos efectuados a terceiros e por fim já foi estabelecido um sistema de controlo, tendo sido responsabilizado um técnico que permite a qualquer momento conhecer o saldo de cada fornecedor.

O processo de elaboração de um plano de prevenção de corrupção não teve o seu início e está agendado para breve a sua elaboração.

3.5. Desempenho dos Parceiros de Cooperação

O sector tem procurado envolver e fortalecer a sociedade Civil no desenvolvimento, na monitoria e na avaliação das suas actividades. A Consolidação das reuniões mensais do Grupo de Água e Saneamento (GAS) que envolve as ONGs e Parceiros, representa importante momento para envolvimento dos actores do sector na tomada de decisões.

Apesar destes esforços do grupo GAS, importa realçar que a coordenação entre o sector e os seus parceiros de cooperação e de implementação ainda é fraca. Esta fraqueza pode-se verificar nos diversos processos, nomeadamente, a troca e gestão de informação das actividades e financeiras. A título de Exemplo, o REO do sector foi apresentado sem que tenha sido incorporado as despesas dos parceiros, pese embora o sector tenha inscrito os projectos no OE.

Ainda neste domínio e na perspectiva de se resolver o problema relacionado com a articulação da informação financeira do sector e no sentido de se reduzir os fundos *off-budget*, foi assinado, como primeiro passo, o código de conduta que visa estabelecer uma abordagem programática para o financiamento (SWAP) do sector de água, como forma de melhorar a coordenação com os

parceiros que financiam os projectos. Como seguimento deste processo, o sector está a elaborar um programa Nacional de Água e Saneamento Rural a ser financiado através do fundo comum.

4. Principais Lições Aprendidas

No quadro da implementação do PESA-ASR, a luz do processo de descentralização, importa reter que o facto de se ter passado para o distrito a responsabilidade de sustentabilidade e manutenção das fontes, hoje começam a sentir-se resultados positivos. Deste modo, entende-se que o processo deve ser acelerado.

O envolvimento dos artesões locais nos processos de manutenção das fontes, contribui significativamente para a redução dos custos de manutenção, pois, já não é necessário deslocar as empresas da província. Por outro lado, o sector está a contribuir para proporcionar emprego e melhorar as condições de vida da população local.

O processo de preparação da revisão conjunta envolvendo todos os actores do sector foi muito importante porque constituiu um momento de melhorar o relatório do desempenho do sector, buscar consenso e trocar impressões sobre o sector. Mas por outro lado constitui um momento em que o sector actua como uma única entidade.

Os fundos externos (*Off-Budget*), tem contribuído significativamente para o alcance das metas programadas. A planificação excessivamente optimista e as revisões não coordenadas do orçamento que acontecem no mês de Setembro, tem contribuído significativamente para a fraca execução orçamental.

Os elevados valores de financiamento dos programas com fundos externos isento de IVA e obrigando a comparticipação do Governo, são factores determinantes para elevação do nível da dívida do sector.

Matriz QDA de Água e Saneamento

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realização 2007	Classificaçã o
<i>Aumentar o acesso da população à água potável nas zonas rurais</i>	% da população com acesso à água potável (zonas rurais) [relatórios anuais das DPOPH e das empresas das águas]	41%	53%	Construção de novas fontes dispersas	DNA / DPOPH's	Nº de fontes construídas [relatórios anuais das DPOPH]	1.055	1.529	1
				Reabilitação das fontes dispersas	DNA / DPOPH's	Nº de fontes reabilitadas [relatórios anuais das DPOPH]	805	913	1
				Reabilitação dos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA's)	DNA / DPOPH's	Nº de PSAA's reabilitados [relatórios anuais das DPOPH]	5	5	1
<i>Aumentar o acesso da população à água potável nas zonas urbanas</i>	% da população com acesso à água potável (zonas urbanas) [relatórios anuais das DPOPH e das empresas das águas]	37%	53%	Reabilitação das ligações domiciliárias existentes	DNA / FIPAG	Nº das ligações domiciliárias reabilitadas	Por definir		
				Estabelecimento de novas ligações domésticas	DNA / FIPAG	Nº de ligações domiciliárias estabelecidas	2 500	8.502	1
				Reabilitação dos fontenários existentes	DNA / FIPAG	Nº de fontanários públicos reabilitados	45	47	1
				Construção de novos fontenários	DNA / FIPAG	Nº de fontanários públicos construídos	105	167	1
<i>Aumentar o acesso da população ao serviço de saneamento nas zonas urbanas</i>	% da população com acesso a serviço de saneamento (zonas Urbanas) [Inquéritos realizados pelo INE]	38%	40%	Expansão do sistema de saneamento da Beira	DNA / Municípios	Obra de expansão do sistema de saneamento concluída	Início da obra	Obra iniciada	1
				Expansão do sistema de saneamento nas zonas urbanas	DNA / Municípios	Nº de latrinas melhoradas	8 000	9.645	1
<i>Aumentar o acesso da população ao serviço de saneamento nas zonas</i>	% da população com acesso a serviço de saneamento (zonas Rurais)	35%	37%	Elaboração e implementação dos guíões técnico, social e institucional		Implementados guíões técnico, social e institucional: - Finalizados e aprovados os guíões	X	Construídas 11352 latrinas para as zonas rurais	1

Mulher e Acção Social

1. Sumário Executivo

Desempenho do sector – Indicador do QAD # 35

"Número de crianças, pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência, mulheres chefes de agregado familiar beneficiando dos programas de Protecção Social" – **Meta atingida.**

O Ministério da Mulher e Acção Social assistiu 143,305 pessoas correspondendo a um sobre-cumprimento em 19% em relação à meta do QAD para 2007, fixada em 120,437. O sobre-cumprimento da meta prevista verificou-se nos programas Subsídio de Alimentos (PSA) em 16%, Apoio Social Directo em 54% e Benefício Social pelo Trabalho em 38%. Em relação ao PSA, foi aprovado, em 2007, o aumento dos escalões (de 70 para 100 Mt no valor mínimo e de 140 para 300 Mt no valor máximo), bem como a expansão do número de delegações do INAS de 19 para 30. Observou-se igualmente uma melhoria significativa na execução orçamental do sector de 76.94% em 2006 para 98% em 2007.

O atendimento às crianças em situação difícil (órfãs e vulneráveis) destaca-se como uma das áreas onde são ainda necessárias melhorias significativas. No primeiro semestre de 2007 foi reportado o atendimento a 88,274 crianças, das quais 47,589 em idade pré-escolar, 40,685 em situação difícil sendo que nestas últimas 23,277 são COV's. O Ministério não dispôs de dados fiáveis relativos ao segundo semestre, estando a trabalhar na uniformização dos métodos de recolha e sistematização de dados usados pelas DPMAS.

Desafios

A criação de uma base de dados que permita ao sector melhorar o acompanhamento e medir o impacto das intervenções continua a constituir um importante desafio. De forma a fazer face a este desafio, o sector aprovou a estratégia para a criação e implementação de um sistema integrado de monitoria e avaliação. Para fazer face aos desafios do sector e tendo em conta as necessidades dos grupos mais vulneráveis, as metas definidas para o Sector da Mulher e da Acção Social e a alocação orçamental correspondente continuam aquém das reais necessidades dos grupos mais vulneráveis. O Governo reconhece o amplo papel que as organizações da sociedade civil, o sector privado e os parceiros cooperação bi-laterais e multi-laterais têm desempenhado na provisão de serviços sociais às pessoas vulneráveis, que representa um complemento extensivo ao Programa do Governo. A coordenação de uma vasta variedade de organizações é cada vez mais gerida pelo MMAS e pelo INAS nos níveis distritais. A melhoria dos sistemas de monitoria e avaliação irá contribuir para uma maior visão dos tipos de serviços, o seu impacto e o número de pessoas alcançadas. O orçamento alocado ao sector continuou a representar em 2007 cerca de 0.7% do Orçamento do Estado. Em simultâneo as responsabilidades do sector implicam a necessidade de reforçar a capacidade institucional dos actores, bem como o trabalho de definição de instrumentos programáticos e o reforço dos mecanismos de coordenação.

Lições Aprendidas

Uma das lições aprendidas foi a importância do trabalho de articulação e de coordenação entre os diferentes intervenientes, incluindo a documentação do trabalho em curso. Tendo em vista a expansão

dos programas de assistência social básica prevista no PARPA, o MMAS iniciou um processo de documentação do impacto dos seus principais programas e de reformulação dos sistemas de gestão de informação. Um plano abrangente de assistência técnica na área da protecção social foi desenvolvido com o apoio dos parceiros. e foi iniciada a sua implementação.

2. Relatório Detalhado

2.1. Desempenho do sector

De um modo geral, e baseando se no cumprimento verificado das metas previstas no QAD acima referidas, considera-se positivo o desempenho do sector da mulher e da acção social.

Na área da Assistência Social Básica, continuaram a ser implementados os seguintes programas Subsidio de Alimentos (PSA), Apoio Social Directo, Benefício Social pelo Trabalho, Geração de Rendimentos e Desenvolvimento Comunitário. Nos primeiros três programas registou-se um sobre-cumprimento das metas em 16%, 54% e 38%., respectivamente, suportado pelas verbas provenientes da redistribuição do orçamento destinado aos últimos dois programas que ainda se encontram em fase de consolidação (reformulação dos respectivos projectos). Ao nível do enquadramento legal, foi aprovada em Fevereiro de 2007 a Lei da Protecção Social, a qual define no quadro jurídico o âmbito de intervenção da segurança social básica.

No caso do PSA que constitui um dos maiores programas de assistência social do Governo, cobrindo actualmente 112.977 beneficiários directos contra 100,571 atendidos em 2006. Em 2007 foi aprovado o aumento dos escalões deste programa passando do valor mínimo de 70MT para 100MT e do valor máximo de 140MT para 300MT, dependendo do número de membros do agregado familiar. Foi também aprovada a criação de mais 11 delegações, passando das 19 que existiam para 30, o que permitirá reduzir as distâncias percorridas pelos beneficiários e uma maior contenção nas despesas administrativas. Ainda no quadro do reforço institucional, teve início o processo de elaboração da Estratégia Nacional de Implementação do INAS (ENI), tendo sido realizada uma avaliação do Sistema de Gestão de Informação do INAS, a qual fornece as bases para a implementação de um novo sistema. De realçar também a preparação de um plano coordenado de assistência técnica entre diferentes parceiros e o INAS para reforço da capacidade institucional do mesmo.

O atendimento às crianças em situação difícil (órfãs e vulneráveis) destaca-se como uma das áreas onde são ainda necessárias melhorias significativas. No primeiro semestre de 2007 foi reportado o atendimento a 88,274 crianças, das quais 47,589 em idade pré-escolar, 40,685 em situação difícil sendo que nestas últimas 23,277 são COV's. O Ministério não dispôs de dados fiáveis relativos ao segundo semestre, estando a trabalhar na uniformização dos métodos de recolha e sistematização de dados usados pelas DPMAS.

A coordenação das intervenções em prol das Crianças Órfãs e Vulneráveis foi reforçada em 2007 através da consolidação do Grupo Técnico para as Crianças Órfãs e Vulneráveis dirigido pelo MMAS e que conta com a participação dos parceiros sectoriais e organizações da sociedade civil. Esta estrutura de coordenação foi igualmente reforçada a nível provincial e distrital tendo como um dos objectivos uma melhor articulação com as intervenções da sociedade civil e reforço dos mecanismos de recolha de dados sobre a cobertura e qualidade dos programas implementados.

Em 2007, foram também disseminadas políticas e planos da criança, pessoa idosa, pessoa portadora de deficiência, visando a sua implementação. Foi ainda elaborado e depositado nas Nações Unidas, o relatório sobre a implementação da Convenção dos Direitos da Criança.

Na área do género foi feita a disseminação da Política de Género e da estratégia da sua implementação, a elaboração do Plano Nacional para o Avanço da Mulher e a criação dos Conselhos Distritais para Avanço da Mulher (CDAM) constituíram oportunidades estrategicamente importantes para a equidade de género e respeito dos direitos humanos das mulheres. Foi também produzido, em 2007, o primeiro relatório do CEDAW.

Visando ao melhoramento das condições de trabalho foram iniciadas as obras de reabilitação do edifício dos ex-Velhos Colonos para servir da sede do MMAS cujo termino das obras está previsto para Dezembro de 2008.

2.2. Execução do orçamento

O sector da mulher e da acção social recebeu, para o ano de 2007, uma **dotação orçamental de 256.011.000,00Mt**, sendo 211.906.000,00Mt para o funcionamento dos órgãos do sector com a execução em 98% e 44.105.000,00Mt para o investimento com uma execução em 100%. Por outro lado, os fundos alocados por diferentes parceiros na implementação de diferentes projectos não são reflectidos na execução orçamental do sector.

A proporção do OE alocada ao MMAS tem-se mantido constante nos 0.7%. Os únicos programas do sector suportados pelos fundos do OE são os implementados pelo Instituto Nacional da Acção Social (INAS), cobertos pela componente orçamental de transferências as famílias. Não existiram em 2007 verbas específicas do OE destinadas as restantes formas de atendimento aos grupos alvo bem como a capacitação institucional. Muitos programas dependem de apoio financeiro dos parceiros que não é ainda sistemático e regular, criando dificuldades na harmonização e planificação do sector. A fraca capacidade institucional (recursos humanos e infraestruturas) face às responsabilidades do sector constitui um desafio importante.

Tem sido constatado pelo MMAS e pelos diferentes parceiros envolvidos nesta área, que estes valores encontram-se aquém das necessidades efectivas tendo em conta o mandato estabelecido estatutariamente para este Ministério. Considerando que a Protecção Social Básica tem vindo a demonstrar ser um elemento chave na redução da pobreza absoluta e tendo em conta a dimensão do grupo alvo que segundo os seus estatutos deverá receber assistência por parte deste sector, é possível concluir que os valores alocados ao sector não permitem o cumprimento deste mandato na sua totalidade.

Na realidade, a experiência de vários países tem vindo a demonstrar que, não só a Protecção Social tem efeitos directos na redução dos índices de vulnerabilidade dos beneficiários, como tem efeitos positivos directos e indirectos nos desempenhos da própria economia (melhoria nos níveis de saúde e de educação nas crianças e na população trabalhadora, efeitos multiplicadores nos mercados locais, aumentam a capacidade de tomada de riscos empresariais, contribui para a redução do trabalho infantil).

2.3. Questões de “Atenção Especial” e Reformas Centrais

Descentralização

No âmbito da protecção social permanecem ainda algumas disparidades regionais em termos da alocação orçamental dos vários programas de acordo com a densidade populacional das províncias e índices de pobreza, questão também mencionada pelo G20 durante o Observatório do

Desenvolvimento. Com vista a alterar este cenário e direccionar a expansão dos programas para as áreas geográficas de maior vulnerabilidade, o sector aprovou em 2007 a criação de 11 novas Delegações de forma aproximar os serviços dos seus beneficiários, que não é ainda suficiente para garantir uma distribuição equitativa por todos os distritos.

Ainda, no contexto da descentralização, o sector tem estado a trabalhar de forma a reforçar a planificação local com as Direcções Provinciais da Mulher e da Acção Social e garantir o funcionamento adequado dos órgãos do sector a nível provincial e distrital.

No âmbito da Reforma do Sector Publico e Gestão do OE, destacou-se, em 2007, a reorientação e capacitação dos funcionários, com vista a imprimir uma maior dinâmica e melhorar o desempenho do sector, bem como a instalação e operacionalização do e-SISTAFE no MMAS e nas DPMAS. Ainda em 2007, iniciou a capacitação do pessoal para a operacionalização do e-SISTAFE no INAS – Central.

2.4. Lições aprendidas

De um modo geral, o MMAS e parceiros têm vindo a perceber que a assistência aos indivíduos ou grupos populacionais vulneráveis e vivendo em situação de pobreza absoluta é complexa e requer recursos adequados para o cumprimento das metas, envolvimento de um número de intervenientes cada vez mais elevado e uma maior articulação a todos níveis na organização e prestação de serviços.

Ao longo do processo ao apoio do PSA, tanto os parceiros como o sector aprenderam mutuamente sobre a necessidade de uma coordenação e comunicação entre os diferentes intervenientes. Em 2007, o MMAS participou no processo do CFMP com maior envolvimento dos parceiros. Apesar dos desafios enfrentados, o processo contribui para o reforço da capacidade institucional do sector. A operacionalização do Grupo de Trabalho de Acção Social tornou-se ainda mais necessária para o sucesso da parceria.

O MMAS e parceiros têm vindo a perceber que a assistência aos grupos populacionais vulneráveis requer mais pesquisa para uma resposta adequada. Em particular, tornou-se mais clara a necessidade de conseguir também apresentar evidências em termos quantitativos e qualitativos dos impactos bem como a projecção dos custos dos programas. O nível actual de capacitação institucional do Ministério e o Orçamento de Estado para implementação dos programas são aquém do necessário para cobrir todos os programas na maneira desejável.

2.5. Desafios

A falta de dados de base dos grupos alvo aliada à inexistência de um sistema único para a monitoria e avaliação das intervenções do sector que permitam medir o impacto das suas intervenções continuam a constituir uma das grandes dificuldades enfrentadas, fazendo com que as metas definidas para o Sector da Mulher e Acção Social e alocação orçamental correspondente continuem aquém das reais necessidades dos grupos mais vulneráveis. Como uma das formas de minimizar esta dificuldade, foi elaborada a estratégia integrada de monitoria e avaliação, cuja implementação permitira o conhecimento mais abrangente das necessidades existentes e das intervenções feitas por todos actores, em prol dos grupos alvo do sector. A falta de dados desagregados por sexo continua a ser um grande obstáculo para a análise das intervenções e identificação dos esforços empreendidos para promover a igualdade de género e empoderamento da mulher. O sector deverá continuar a monitorar até que ponto as questões de igualdade de género são integradas de forma adequada nos planos sectoriais do governo.

Considera-se um desafio e necessidade urgente a definição de um plano estratégico para o sector da Acção Social, bem como de uma estratégia operacional para a área da protecção social básica que oriente a implementação e expansão dos programas de assistência social. Estes instrumentos irão contribuir para a previsibilidade das necessidades reais do sector e interessar parcerias para assistência abrangente dos grupos alvo. Para tal, será necessário a realização de um levantamento dos recursos utilizados no sector, uma definição de prioridades e a orçamentação da implementação progressiva dos diferentes programas. Por outro lado, o MMAS encetou a definição da Estratégia de Nacional de Implementação dos programas de protecção social que constitui um quadro de referência operacional para a realização das suas actividades.

Anteriormente foi referida a necessidade de alargar o leque de beneficiários. Naturalmente, este aumento implica também um aumento dos desafios para as instituições, não apenas em termos de recursos financeiros, mas também dos recursos humanos e técnicos. Assim sendo, o reforço da capacidade institucional e dos mecanismos de coordenação entre os intervenientes neste sector, apresenta-se como um desafio para que o mandato estipulado pelos instrumentos legais recentemente aprovados se possam tornar uma realidade.

2.6. Comentários sobre o desempenho dos doadores

O apoio dos parceiros ao sector continuou a não ser programado de forma sistematizada. No entanto, em 2007 houve maior envolvimento dos parceiros na planificação e orçamentação das actividades do sector (por exemplo no CFMP). Contudo, nem todas as contribuições dos parceiros se encontram reflectidas no PES e no Orçamento do sector. Porém, a formalização e operacionalização do Grupo do Sector da Mulher e da Acção Social para o PARPA contribuirá para um maior alinhamento da planificação entre MMAS e parceiros, facilitando um apoio sistemático ao sector.

2.7. Metas que possam necessitar de revisão em 2008

Dados apresentados pelo Ministério de Planificação e Desenvolvimento (2007) sobre o potencial impacto da protecção social na redução da pobreza, incidindo no Programa Subsídio de Alimentos, indicam que a sua expansão com um desembolso mensal três vezes superior ao escalão em vigor até Dezembro de 2007 custaria somente 0.33% do PIB até 2010. Este valor permanece muito abaixo dos 0.5% do PIB sugeridos como limite sustentável para a expansão dos esquemas de protecção social a nível da região da África Sub-Sahariana.

No entanto, apesar da prioridade atribuída à questão da protecção social no PARPA II, evidenciada pela escolha de indicador e metas específicas no QAD para o acompanhamento dos progressos realizados nesta área, a insuficiente alocação de recursos ao sector em 2007 e 2008 resultou na redução da meta de atendimento de 243.300 e 279.800 para 120.437 e 152.763 beneficiários, respectivamente.

Para 2009, não se prevê uma redução das metas do PARPA para Assistência Social (294.400 beneficiários). Para o efeito, será necessária a alocação de recursos suficientes, seja a nível de transferências para as famílias, como a nível de investimentos no sector de acordo com as prioridades assumidas pelo Governo e parceiros.

HIV/SIDA**1. Sumário Executivo**

As áreas que registaram um desempenho visível em 2007 foram as seguintes: A prevenção continuou a merecer uma atenção de relevo. Um Grupo de Referência de alto-nível sobre a prevenção foi criado em 2007, tendo como parceiros os representantes do Governo, da sociedade civil e das agências de cooperação. Uma readaptação da abordagem de Aconselhamento e Testagem baseado nas unidades sanitárias para a abordagem de alcance nas comunidades e de integração de todos os serviços de saúde, expandiu os serviços de ATS para áreas fora cobertura de saúde e alargou a testagem em família para junto das comunidades. O reforço das acções de informação, comunicação e educação resultou na formação de comunicadores das organizações comunitárias em todo o país. A distribuição de preservativos progrediu tendo sido disponibilizados em 2007 cerca de 70 milhões de preservativos masculinos, representando um aumento de cerca de 60% em relação ao disponibilizado em 2006 (43.154.342 preservativos). Quanto ao preservativo feminino, foi iniciado um projecto-piloto com vista a colher dados para uma disponibilização mais ampla. Na provisão de serviços, foram realizadas formações de profissionais de saúde em diagnóstico e administração de ITS; foi expandido o programa Geração BIZ para jovens cobrindo todo o país; aumentou-se o número de postos oferecendo os serviços de prevenção de transmissão da infecção com HIV de mãe para filho para 658 locais (386 clínicas pré-natais e 272 maternidades, contra os 222 locais de PTV no final de 2006; o número de pacientes recebendo tratamento antiretroviral aumentou de 44.100 em 2006 para 88.211 em 2007, dos quais 62% são mulheres e cerca de 7% são crianças.

As áreas cujo desempenho não terá sido o idealizado em 2007 foram: apesar da resposta nacional estar cada vez mais robusta para enfrentar os actuais cenários que a evolução da epidemia coloca, há que ultrapassar os desafios relacionados com a limitada capacidade para articular, implementar e prestar informação sobre as acções em curso, o que se reflecte na coordenação e monitorização multi-sectorial; a demora da operacionalização do Agente de Gestão de Subprojectos teve implicações ao Secretariado Executivo do CNCS que continuou a prestar muita atenção na gestão das subvenções, particularmente os Núcleos Provinciais, em vez do seu mandato principal de coordenar e monitorizar a resposta Nacional e provincial; pode-se dar o exemplo dos programas de prevenção do HIV e melhoria da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens, baseada em habilidades para a vida que estão a ser expandidos para todo o país, mas que, apesar disso, ainda estão a ser implementados eficientemente em menos de 50% das escolas, o que mostra a necessidade da resposta multi-sectorial ter que conseguir atingir um nível adequado aos desafios actuais da epidemia; apesar do crescente esforço da coordenação e harmonização entre o Governo e seus parceiros, os custos transaccionais para o Governo foram altos com impacto sobre o nível de desembolso; O nível de despesas 2007 do Secretariado do CNCS reduziu de 22% comparativamente àquelas de 2006 (atingindo 382 milhões de meticais em 2007 contra 488 milhões de meticais em 2006).

As principais lições aprendidas foram: O Grupo de Referência sobre Prevenção identificou 5 áreas prioritárias baseadas nos critérios de relevância, viabilidade, impacto, novos desenvolvimentos, e necessidade para uma acção pronta, nomeadamente, coordenação, monitoria e avaliação, estratégias de comunicação, aconselhamento e testagem e intervenções para populações de alto risco; a importância da coordenação da resposta do sector público é reconhecidamente importante tal como é a estratégia de combate ao HIV e SIDA na função pública, que está em fase de elaboração; os

levantamentos baseados na população que procuram trazer evidências (Ronda de vigilância epidemiológicas – biológica e comportamental – incluindo o INSIDA, BSS+) são elementos importantes orientar respostas efectivas; A Medição de Gastos no Combate ao HIV/SIDA (MEGAS) confirmou a necessidade de se ter um Plano Nacional Estratégico orçamentado/custeado com vista a assegurar os mecanismos de alocação de fundos baseados na necessidade (mobilização de recursos e avaliação imediata dos fossos de financiamentos); a feminização do HIV e SIDA fica um assunto fundamental e o desenvolvimento de programas deve incluir esforços para atacar a questão dos desequilíbrios de género e as normas sociais que tornam a mulher e, particularmente as raparigas, mais susceptíveis a infecção com HIV.

As despesas descritas no Orçamento do Estado (OE) reduziram em 2007, atingindo 382 milhões de meticais (contra 488 milhões de meticais em 2006), representando uma redução de 22,2%. É o único sector prioritário do OE que experimentou uma diminuição tão assinalável. A execução orçamental global do CNCS no ano 2007 situou-se em 89% (orçamento realizado em 2007 de 382 milhões de meticais e uma dotação de 431 milhões de meticais em 2006). Este nível de despesa representa um aumento de 13,1% comparativamente ao ano de 2006 (210 milhões de meticais). O Plano Operacional Anual (POA) 2007 identificava contribuições ao Fundo Comum ao nível de 691 milhões de meticais. A alocação interna de recursos para o CNCS foi em 2007, até 17% dos recursos total alocados, comparativamente a 15% dos fundos total desembolsados em 2006. Vários factores contribuíram para o baixo nível de desembolso, inclusivamente dificuldades específicas de coordenação e de harmonização entre os intervenientes.

2. Análise do Desempenho em 2007

2.1. Desempenho à luz dos indicadores do QAD 2007:

A secção apresenta a análise do desempenho da componente HIV à luz dos indicadores do QAD, mostrando a meta planificada, o valor alcançado e uma leitura comparativa entre o alcançado e a meta.

Objectivo #37: "Reduzir o risco de transmissão do HIV da mãe para a criança"

- A) **Indicador do QAD # 37a:** Percentagem (e número) de mulheres grávidas HIV+ que recebem tratamento de profilaxia completa nos últimos 12 meses para reduzir o risco de transmissão de mãe para criança.

Meta para 2007: 13% (22,500)

Atingido em 2007: 14% (24,320)

Observações: **A meta foi alcançada.** O nº de mulheres grávidas HIV+ receberam a profilaxia completa para a prevenção da transmissão do vírus de mãe para filho (PTV) foi de 24,320. Comparando com o ano de 2006, houve registos de progressos, atendendo que apenas 12,150 mulheres grávidas HIV+ receberam a profilaxia para a prevenção da transmissão vertical, o Programa de PTV apenas cobriu 13% da estimativa de mulheres grávidas vivendo com HIV ou SIDA em 2007 (150,995). Houve, todavia, um progresso significativo na expansão do PTV no País em 2007, com uma extensão para 386 unidades de saúde oferecendo serviços de PTV no País, aumentado de 8 em 2002, 17 em 2003, 51 em 2004, 82 em 2005 e 222 em 2006.

O relatório ACA do MISAU disse que o alcance em 2007 foi de 24,320 (representado 14% - a meta foi de 13%). Na revisão do QAD do Sector de Saúde, foi recomendada a revisão deste indicador de modo a contemplar também as mulheres que são introduzidas ao TARV durante a gravidez, (não somente as mulheres que recebem profilaxia completa), por forma a estar harmonizado com o indicador do UNGASS sobre o PTV. Este alinhamento com o UNGASS clarificará a identificação da fonte de dados e incluirá todas as mulheres qualquer intervenção para a prevenção da transmissão vertical, seja em regime de tratamento profilático seja em tratamento ARV.

A sugestão para a reformulação foi a seguinte:

- Para o objectivo #59: "Reduzir o risco de transmissão do HIV da mãe para a criança"
- Fica assim: Indicador de Produto/Execução #59a: “% e Número de mulheres grávidas HIV+ que receberam TARV com vista a reduzir o risco de transmissão da mãe para a criança”

B) Indicador do QAD # 24 b: Número de pessoas com infecção HIV avançada que recebem o TARV (terapia anti-retroviral):

Meta para 2007: 96,418

Atingido em 2007: 88,211

Observações: A meta não foi alcançada: O nº de pessoas com infecção com infecção avançada que receberam o TARV em 2007 foi de 88,211. Comparando entre o alcançado e a meta pode-se ver que o progresso representou um cumprimento de cerca de 91%, mas se a comparação for entre os valores alcançados em 2007 e 2006 pode-se notar que houve um aumento do nº de pessoas em TARV, de 44,100 em 2006 para 88,211 em 2007. Apesar do aumento de pacientes em TARV em 2007 ter duplicado ao do ano anterior, a meta anual de 96418 doentes, estabelecida para esse ano, não foi alcançada.

C) Indicador do QAD # 24 c: Nº de crianças que beneficiam do TARV pediátrico:

Meta para 2007: 11,820

Atingido em 2007: 6,210

Observações: A meta não foi alcançada. O nº de crianças que se beneficiaram do TARV pediátrico em 2007 foram 6,210, representando cerca de 7% do total em TARV. Comparando entre o alcançado e a meta pode-se notar que o progresso representou um cumprimento de cerca de 53%, mas se a comparação for entre os valores alcançados em 2007 e 2006 o crescimento foi na ordem de 54%. Apesar da expansão do TARV pediátrico em 2007, reconhece-se que a meta para esse ano (11,820 crianças) foi sobre-estimada, cujo cálculo foi baseado no pressuposto de que 75% das crianças elegíveis deveriam beneficiar do tratamento. Pelo facto de ter sido bastante ambiciosa, a meta não foi alcançada. Recomenda-se que as metas sejam revistas em função da nova informação sobre o Impacto Demográfico, que estará disponível no primeiro semestre de 2008, contendo informação actualizada e desagregada sobre o número de adultos e crianças que precisam de TARV; esta informação facilitará a fixação de metas realísticas a partir de 2009. Uma outra recomendação é para que a formulação deste indicador seja a seguinte:

- Indicador de Produto/Execução #24b: “Número de adultos e crianças com infecção HIV adiantada que recebem TARV”

- Indicador de Produto/Execução #24c: Número de crianças com infecção HIV adiantada que recebem TARV".

D) **Indicador do QAD # 60a:** Percentagem de Crianças Órfãs e Vulneráveis (COVs) abrangidos pelo Plano de Acção para as COVs com acesso a pelo menos três serviços básicos nos dois meses anteriores.

Meta para 2007: 20%

Meta atingida: 20% (i.e. 269,800 (*fonte:?*) de um total de 1.3 milhões estabelecidas como meta no Plano de Acção de COVs)

Observações: **A meta foi alcançada.** No plano de acção das COVs estava previsto para 2007 cobrir 20% como meta anual. Até ao fim do ano de 2007, mais de 20% de COVs identificadas no Plano de Acção das COVs (ou acima de 220,000) tinha ganho acesso a pelo menos 3 serviços básicos incluem saúde, educação, alimentação/nutrição, apoio psicossocial e apoio financeiro., alcançando cerca de a meta anual de QAD para 2007. A Secção da Acção Social do Balanço do PES, reporta 9,800 COVs alcançadas. Através do apoio providenciado às Organizações da Sociedade Civil por vários parceiros bilaterais, multilaterais e instituições governamentais e não-governamentais, mais de 260,000 COVs foram alcançadas. Tendo em conta todas as fontes de informação disponíveis, a meta do QAD de 2007 foi portanto atingida.

Com base na informação apresentada pelo Ministério da Mulher e Acção Social (MMAS), nota datada de 20/03/2008, com referência nº 43/DCOOP/08, o número de COV que receberam apoio (sem especificação se se trata de qualquer tipo de apoio ou de pelo menos 3 tipos de apoio) em 2007 foi de 359,647. Assumindo este valor e comparando com o estabelecido como grupo alvo (1,300,000 de COV) a ser alcançado no PACOV, pode se notar que o alcance foi de 28%. Ou seja:

- Meta para 2007: 20%
- Alcançado em 2007: 359,647 – Fonte: MMAS, 2008. Nota sobre os indicadores do PACOV referente ao ano 2007 (correspondente a 28% de um total de 1.3 milhões estabelecidas como meta no Plano de Acção de COVs)

2.2. Análise do progresso nas áreas do PEN II

a) Prevenção

A prevenção foi uma das actividades centrais no combate ao HIV/SIDA sendo de destacar a expansão da acções de aconselhamento e testagem em saúde, assegurada pela abertura de 86 cantos de aconselhamentos (elevando para um total de 411 em todo o país, cobrindo 68 distritos) com um alcance de 676,017 adolescentes e jovens fora da escola e abertura de mais 42 unidades de ATS. Existiram nesse ano 183 unidades de SAAJ, cobrindo 67% do território nacional. Nesse mesmo ano foram atendidas nas consultas pré-natais cerca de 754.097 mulheres grávidas, tendo sido testadas 372.397 (correspondente a cerca de 50% dos atendimentos) e dessas 43.968 foram seropositivas, representando cerca de 12%. Houve um envolvimento dos órgãos de comunicação social na formação dos seus comunicadores que foi acompanhada pela produção e difusão de programas radiofónicos e televisivos e artigos escritos sobre o HIV e SIDA, incluindo a disseminação de mensagens pelas rádios comunitárias. Destaca-se ainda o apoio à realização das conferências nacional de Jovens e subregional de trabalhadoras de sexo, que tinha como finalidade assegurar o seu envolvimento nas acções preventivas.

b) Advocacia

Ao nível da advocacia salienta-se o facto do envolvimento dos líderes locais, incluindo administradores, na luta contra o SIDA, assegurado pela distribuição de materiais de apoio, constituídos num pacote único, com conteúdos específicos de como transmitir informações que consciencializem as comunidades para o seu maior envolvimento e acção proactiva. Destacam-se também (i) a formação de 250 pontos focais dos sectores de planificação, visando a inclusão do HIV e SIDA nos ciclos normais de planificação sectorial, (ii) o envolvimento de 150 empresas na elaboração implementação de políticas de do HIV/SIDA no local de trabalho.

c) Estigma e discriminação

A capacitação das organizações das PVHS, em termos de recursos técnicos e humanos, foi uma das acções desenvolvidas em 2007, procurando assegurar uma maior assistência a esse grupo alvo e envolvê-lo nas acções de mobilização e consciencialização das comunidades, aproveitando as suas experiências de vida. A contínua divulgação da lei 5/200 de 5 de Fevereiro e de outras mensagens que desencorajam a estigmatização e discriminação foi prioridade em 2007.

d) Tratamento

Em 2007 abriram 61 novas unidades sanitárias para o TARV, totalizando actualmente 211 locais. Deu-se um maior enfoque para as unidades sanitárias localizadas nas zonas urbanas densamente povoadas e com maior demanda dos serviços, apesar de se ter assegurado a existência desses serviços para todos os distritos do país. Nos distritos com ocorrência de maior situação de risco e com núcleos populacionais densos ou distantes das sedes distritais foi considerada a abertura de sítios satélites.

e) Mitigação

O suporte a PVHS, COVs e suas famílias, como principais grupos alvo das acções de mitigações, foi assegurado pelo envolvimento de organizações religiosas, associações lideradas por mulheres e associações de PVHS que focalizaram-se na redução da vulnerabilidade, disponibilização de cuidados básicos de higiene, apoio nutricional, incluindo a confecção de alimentos, e no apoio moral e psicossocial. Foram abrangidos mais de 12,000 PVHS e mais de 360,000 COVs. Importa também referir que cerca de 1,200 voluntários foram capacitados no país para prestar cuidados e apoios domiciliários aos doentes de SIDA.

f) Pesquisa

A realização de uma triangulação de dados publicados sobre o HIV e SIDA em Moçambique, com vista a encontrar os principais motores da evolução da epidemia destaca-se nesta área estratégica, cujos dados preliminares sobre as primeiras questões foram apresentados no final de 2007. Outras acções encontram-se ligadas ao início da investigação sobre os modos de transmissão do HIV, com a finalidade de apoiar o país a alinhar os esforços de prevenção do HIV com um melhor conhecimento de onde estão a ocorrer os novos casos de HIV.

Outras acções foram (i) a realização da ronda de vigilância epidemiológica 2007, que culminou com a divulgação das taxas de prevalência do HIV em 1 de Dezembro, (ii) a revisão dos procedimentos metodológicos e mobilização de parcerias e apoios técnicos, humanos e financeiros relacionados com o inquérito nacional de seroprevalência e riscos comportamentais em relação ao HIV/SIDA, (iii) a

finalização do protocolo de estudo sobre Álcool e HIV e SIDA e (iv) o apoio ao levantamento bibliográfico na área do HIV e SIDA.

g) Coordenação

Nesta área estratégica, foi assegurado o envolvimento dos diferentes actores nos processos de planificação provincial e sectorial, bem como na implementação e acompanhamento de acções de combate ao HIV/SIDA. Foram capacitados 78 representantes do sector público, privado, instituições de ensino superior e da sociedade civil sobre os mecanismos operacionais de planificação, monitoria e avaliação. Também foram capacitados os técnicos dos NPC's e das instituições das direcções provinciais e das organizações da sociedade civil e do sector privado em mecanismos de elaboração e análise das propostas em função das necessidades locais. Ao nível provincial, as comissões intersectoriais, como as CDCS e CAP, participaram nas acções apoio, análise e aprovação de subprojectos, no acompanhamento da implementação de acções no terreno.

2.4. Sistema de Gestão das Subvenções

No ano de 2007 foram realizadas 49 CAP que por sua vez aprovaram 569 propostas, dos quais 93% são das províncias (7 ao nível central). Do total dos subprojectos financiados 89% são da sociedade civil e 11% do sector privado. Em relação ao sector privado estiveram em implementação 25 projectos, dos quais 3 são dos órgãos de comunicação social.

Na ordem de assegurar uma efectiva intervenção na coordenação dos processos de planificação, monitoria e avaliação da resposta nacional e provincial, o SE-CNCS desenvolveu esforços para a integração dum agente de gestão de subprojectos, sendo que alguns procedimentos contratuais precisam ser refinados para a efectividade deste organismo.

Género

1. Sumário Executivo

O indicador do QAD/PAF 2007 “*PES/OE e BdPES reflectindo as acções, orçamentos e progressos no âmbito do género em relação aos sete sectores prioritários, nomeadamente: MMAS, MISAU, MEC, MINAG, MINT, MOPH*” não foi atingido mas com progresso. Uma análise sobre o desempenho dos sectores mostra que no geral, há uma melhoria na abordagem das preocupações anteriormente expressas (ex. esforços para inclusão de mulheres nos programas de alfabetização, melhoria na provisão de cuidados obstétrico e no aumento da cobertura geográfica dos Gabinetes de Atendimento para Vítimas de Violência).

2. Áreas de melhor desempenho:

- Elaboração e defesa do relatório sobre o grau de implementação do CEDAW e divulgadas as respectivas recomendações nas províncias de Inhambane, Zambézia e Niassa.
- Implantados Conselhos Técnicos para Avanço da Mulher em todas as províncias.
- Elaboração do Plano Nacional para o Avanço da Mulher 2007-09 já aprovado pelo Conselho de Ministros
- Lançada a Rede de Mulheres Ministras e Parlamentares
- Produção de Guião de Integração de Género nos Planos Distritais
- Realizados debates na rádio e televisão sobre prevenção e combate a violência
- Estabelecido o projecto Orçamentação na Óptica de Género, ligado a violência contra mulher em conjunto com MISAU e MINT.
- Estabelecida uma politica de quotas em que 60% de postos para a formação são atribuídos as mulheres.
- Revisto o Plano Estratégico de Educação e Cultura para melhoramento da integração de género
- Elaborada a estratégia da Saúde para inclusão da igualdade de género e revisto em termos de género os currículos da Enfermagem.
- Na agricultura há melhor enfoque na agricultura familiar, consumo familiar e serviços de extensão que são primordiais para a mulher.

3. Áreas do fraco desempenho em 2006:

- Para os Sectores Económicos e Produtivos a Igualdade de Género é quase inexistente, daí a necessidade de envolvimento dos pontos focais de género dos sectores, na Planificação e Orçamentação.
- No sector de águas, a inexistência de dados desagregados quer em termos de acesso ou impacto, dificulta a avaliação do desempenho do sector em termos de medidas para promoção de igualdade de género.
- Apesar do bom desempenho na taxa líquida de escolarização das raparigas no EP1 e EP2 (90, 9%) ainda não há informação suficiente para avaliar o que foi feito para melhorar a taxa de conclusão EP2 por raparigas e se foi bem sucedida.

- A taxa de mortalidade materna continua alta tendo subido de 191/100.000 por nascidos vivos, em 2006, para 198/100 000, em 2007.

4. Principais Lições Aprendidas no Sector

- O MMAS deverá acompanhar os sectores na planificação e monitoria, assegurando a integração do género e a desagregação de dados por sexo.
- A contínua falta de dados desagregados por sexo torna virtualmente impossível a análise das intervenções com vista a integração de género adoptadas pelos vários sectores (ex. não está claro até que ponto o género foi integrado nas estratégias para acelerar a provisão de serviços agrários, não há dados desagregados por sexo mostrando o ingresso e conclusão do ESG1 e ESG2 pelos rapazes e raparigas; nas águas não há dados sobre o número de mulheres e homens que, respectivamente, tenham participado em iniciativas de educação sobre o saneamento e educação.
- Dados provinciais sobre TIP (Tratamento da malária e profilaxia para as mulheres grávidas) revelam que o programa precisa de ser melhorado não apenas para aumentar o número de mulheres beneficiárias, mas também para garantir a aplicação apropriada das doses.
- Tornar-se um desafio manter níveis adequados de recursos humanos e financeiros para garantir o funcionamento ideal dos Conselhos para o Avanço da Mulher ao nível nacional, provincial e distrital.

Execução de orçamento

Na execução do orçamento, os classificadores actuais não capturam completamente as despesas de género nos planos e orçamentos sectoriais; isto enfatiza a necessidade de se desenvolverem metodologias e instrumentos apropriados ao contexto para a orçamentação baseada no género. Não se pode assumir, que as despesas realizadas nos sectores sociais beneficiam automaticamente as mulheres.

Factores de Realçam o desempenho:

- Realizadas formações para formadores e activistas em matéria de direitos humanos no MMAS, disseminada a Política de Género e Estratégia da sua Implementação.
- Elaborados indicadores de género em todas as componentes do sector agrário,
- Realização do estudo sobre a Contribuição da Mulher no Crescimento Económico (1980-2004).
- Exigência das empresas de construção empregarem pelo menos 25% de mão-de-obra feminina.
- No MINT a meta de abrir 10 novas Secções de Atendimento às Vítimas de Violência ao nível nacional foi cumprida. Além disso, 120 polícias foram treinados em habilidades de aconselhamento especial para prestar apoio às vítimas de violência doméstica.

Factores que impediram o desempenho no sector:

- Falta de mecanismos de avaliação dos sectores e de indicadores desagregados por sexo.
- Falta de institucionalização das Unidades de Género.

Segurança Alimentar e Nutricional

1. Sumário Executivo

O ano 2007 foi caracterizado pela ocorrência de uma série de choques ambientais (cheias, ciclones e seca) que influenciaram significativamente no estado de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das populações declinando o acesso físico e económico dos alimentos aos Agregados Familiares mais vulneráveis (ex. AFs de produção deficitária e de baixa renda, AFs com qualidade de dieta pobre e os AFs com membros sofrendo de desnutrição). Deste modo, o SETSAN através do Grupo da Análise da Vulnerabilidade (GAV) identificou em Maio de 2007 que cerca de 520,000 pessoas em situação extrema de insegurança alimentar (InSA) é que necessitariam de uma assistência alimentar até Maio de 2008 em todas as províncias do país nas regiões Sul e Centro. Neste sentido, em Outubro de 2007 foi feita uma monitoria da situação de SAN e o grau de implementação das acções de segurança alimentar e nutricional (SAN) e ficou confirmado a necessidade de se apoiar estas 520,000 pessoas até Maio de 2008.

A situação nutricional aguda em 2007 em todas as províncias do país foi considerada normal e sem sinais de alarme comparando com o ano de 2006, de acordo com a avaliação feita com uso do indicador da taxa de Crescimento Insuficiente (CI), em crianças entre os 0-5 anos de idade pelo MISAU. O que em parte reflecte que apesar da ocorrência dos choques climáticos, as intervenções de Segurança Alimentar (SA), estão a atingir os grupos mais vulneráveis das populações nas 7 províncias do Sul e Centro do país. O leque de acções de SAN compreende: a assistência alimentar, suplementação alimentar em crianças, assistência em sementes e instrumentos de produção e estas estão a ser realizadas pelo Governo, as ONGs e os parceiros de cooperação. Contudo, a situação nutricional crónica, reflectida no indicador Baixo Peso à Nascimento (BPN), foi considerada grave (média nacional do BPN foi de 10%). O BPN deve-se a ocorrência de malária, anemia e dieta não adequada nas gestantes. As províncias Cabo Delgado e Nampula apresentaram níveis de BPN Grave (>16%) enquanto que Maputo, Gaza e Inhambane níveis normais (<7%). O SETSAN recomenda a intensificação das acções de educação nutricional, melhoria do acesso aos serviços básicos de saúde dando ênfase aos serviços materno infantil, água e saneamento do meio com vista a estimular o desenvolvimento social no país.

Na componente estratégica da implementação da agenda de SAN no país, o Conselho de Ministros em Outubro de 2007 aprovou a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional e o respectivo plano de acção (ESAN II) para o período de 2008-2015 através do Decreto 56/07 de 10 de Dezembro. A ESAN II resulta da evolução da ESAN (aprovada em 1998) e constitui um documento orientar que inclui entre os vários temas o Direito Humano à Alimentação Adequada, o HIV/SIDA, a desnutrição crónica e a descentralização. Pretende-se com a ESAN II reduzir os níveis de desnutrição crónica de 41% para 20% e melhorar o acesso físico aos alimentos das populações. A implementação da ESAN II passa pela, a) aprovação do Estatuto Orgânico do SETSAN em Junho de 2008, b) alocação de fundos para a coordenação da agenda de SAN feita pelo SETSAN, para os sectores da Agricultura, Saúde e Comércio — ao nível nacional — e para os SETSAN-Regionais. c) nível distrital o desafio vai para a inclusão da SAN nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital (PEDD) e por último mas não menos importante, a legislação de SAN e DHAA.

2. Avaliação do Desempenho em 2007

No ano de 2007 o SETSAN deu atenção a componente de capacitação tendo em conta a natureza complexa e multidisciplinar da SAN. Cerca de 300 profissionais dos sectores da Agricultura, Acção

Social, Comércio, Obras Públicas e Habitação, Administração Estatal, Planificação e Desenvolvimento, Administradores de Províncias, ONGs e oficiais de comunicação social, foram capacitados em matéria de SAN, DHAA, Pobreza e HIV e SIDA com objectivo de fornecer conceitos e instrumentos de diagnóstico de SAN.

Disponibilidade de Alimentos

Na campanha de 2006/07, o nosso país apresentou um **crescimento** na produção de alimentos, nomeadamente de 3% para os cereais e 8.1% para as raízes e tubérculos, segundo dados do MINAG. Segundo o MIC O deficit dos cereais (milho, arroz e trigo) é de 437 Mil Toneladas que foram cobertas com a importação de cereais e pela reserva nacional de mandioca durante o ano comercial de 2007/08 (Abril 2007-Março 2008).

Ao nível dos AFs observou-se uma **redução na disponibilidade de alimentos**, essencialmente devido a perda de 309.447 ha de culturas diversas causadas pela ocorrência de seca no Sul do País, cheias no Centro, ciclones em Inhambane e Centro do país e a perda de cerca de 589 ha devido a pragas

Em Outubro de 2007, o SETSAN realizou uma monitoria do estado de SAN em todas as províncias do país e reportou-se que as reservas alimentar e de sementes ao nível dos Agregados Familiares AFs mais vulneráveis, com particular destaque para a Zona Sul do país, estavam esgotadas.

A seca condicionou o acesso à água e pasto para os animais, contudo não se reportou a redução dos efectivos pecuários.

Acesso aos alimentos

O acesso aos alimentos, **reduziu**, sobretudo na região sul, devido entre outros: ao agravamento dos preços, ao fraco poder de compra e a baixa disponibilidade física de alimentos. É importante melhorar os aspectos de conservação e escoamento dos alimentos das zonas excedentárias para as zonas deficitárias e de maior consumo com vista a melhorar a redistribuição alimentar territorial e ao nível das famílias.

Segundo a informação do MIC, no ano comercial de 2007/08 prevê-se uma exportação de alimentos em cerca de 130 Mil Toneladas de milho, 5 Mil Tons de mandioca fresca e 5 Mil Tons feijões, das províncias do Norte e Centro do País para os países vizinhos (Malawi, Zimbabwe, Zâmbia e Tanzânia) via comercio fronteiriço.

Outra área importante que o MIC deverá reforçar é a monitoria dos mercados e preços nas zonas mais remotas do país.

Utilização de alimentos

De acordo com o MISAU, a avaliação dos indicadores utilizados na vigilância nutricional das crianças nomeadamente, Crescimento Insuficiente (CI) e Baixo Peso ao Nascer (BPN). O CI esta associado a desnutrição aguda. Todas Províncias apresentam **taxas aceitáveis de CI** (<16%), a média nacional foi de 4.7%. Contrariamente o **BPN foi Grave** na maioria da províncias do país, ultrapassando a linha limite percentual (7%), excepto a Província de Inhambane cuja taxa foi 5.5%. A média nacional de BPN reportada em 2007 foi de 11%.

A Malária e diarreias foram as doenças mais reportadas no período de Maio a Outubro de 2007, estas doenças quando recorrente tem um efeito na redução da absorção dos alimentos no indivíduo.

3. Intervenções de Segurança Alimentar e Nutricional

Insumos de produção

O MINAG em coordenação com a FAO realizou o programa de feiras de sementes para segunda época, beneficiando cerca de 40,000 famílias na zona Sul e 30,000 famílias na Zona do Vale do Zambeze.

Assistência alimentar

No âmbito do programa de emergência, nas áreas afectadas pelas cheias do vale do Rio Zambeze, nas províncias de Sofala (distritos de Caia, Chemba e Marromeu), Manica (Tambara), Tete (Magoé, Mutarara e Zumbo) e Zambézia (Chinde, Mopeia e Morrumbala), foram distribuídos produtos alimentares a cerca de 192,000 pessoas/mês entre Fevereiro e Setembro de 2007 (total de 11,000 toneladas) conforme o plano acordado entre o Programa Mundial de Alimentação (PMA) e o Governo, através do INGC.

Foram também assistidas 67,500 pessoas da Província de Inhambane (distritos de Vilanculos, Govuro e Inhassoro), afectadas pelo ciclone Fávio, em Março e Abril passado, através do programa “*Comida-pelo-Trabalho*” (total de 1,200 toneladas).

Assistiram-se também a 113,000 pessoas infectadas e afectadas pelo HIV e Sida, cerca de 400,000 crianças de escolas primárias e 40,000 pessoas de centros internatos em todo o País para além de 4,800 refugiados do Campo de Marretane em Nampula.

Os Programas de Suplementação Alimentar

Nas 5 províncias abrangidas pelo programa de emergência, realizaram-se as seguintes actividades: Treino de micro planificação, Treino de triagem nutricional de crianças com desnutrição e Supervisão em 5 províncias (Maputo, Gaza, Manica, Sofala e Tete). Estes programas foram realizados pelo MISAU em coordenação com a UNICEF

Foi realizada avaliação nutricional nos Centros de Acomodação nas Províncias afectadas pelas cheias do Rio Zambeze seguida de suplementação com BP5 e CSB e palestras de educação nutricional às mães nos mesmos centros de acomodação. Até ao presente momento 1.544.869 crianças dos 6-59 meses receberam uma dose e 85.400 receberam as duas doses.

Foram submetidos para aprovação os Manuais de tratamento da desnutrição grave e materiais de formação, bem como foi Introduzido o tratamento da desnutrição nas comunidades ao nível de todas as províncias.

Em relação a expansão da estratégia de Vitamina A através dos Agentes Comunitários de Saúde, houve treinamento dos ACS's a nível da Cidade de Maputo (Catembe, Inhaca e Cidade). Realizou-se

também supervisão sobre a suplementação com Vitamina A na região Sul tendo sido observado coberturas muito baixas, devido à falta de supervisão e monitoria tanto a nível central como provincial (disponibilidade tardia de fundos para estas actividades).

Programa de Acção sobre Minas

1. Sumário Executivo

Foi desminado 98% das áreas identificadas pela pesquisa de impacto realizada em 2000/2001. Uma nova pesquisa realizada em 2007 identificou cerca de 9 milhões de m², o que levará o Governo a solicitar a extensão do prazo de 2009 para 2014. A meta anual de educação cívica foi atingida, enquanto que as outras das áreas de clarificação, assistência às vítimas de minas e de advocacia e mobilização de recursos não foram atingidas, mas tiveram progressos.

A execução orçamental foi de 100%. Entretanto, o atraso nas negociações para o estudo de base e consequente atraso na divulgação dos resultados do mesmo motivaram uma escassez da disponibilidade de fundos que reduziu o volume das actividades realizadas.

2. Avaliação do Desempenho em 2007

2.1 Desminagem

Em 2007, em resultado das actividades de pesquisas e clarificação foram canceladas, reduzidas e clarificadas extensas áreas até então suspeitas de estarem minadas, libertando aldeias e populações do impacto negativo que a presença de minas representava. Dentre estes resultados destacam-se a clarificação de cerca de 2.1 milhões de m², pesquisados 1.4 milhões de m², localizadas e destruídas cerca de 855 minas e 934 engenhos não explodidos. A tabela abaixo mostra os resultados de clarificação e pesquisas em 2007

Comparativamente a 2006, em que foram clarificados 10.4 milhões de m², localizadas e destruídas 23,888 minas e 1.069 engenhos explosivos, houve reduções acentuadas dos níveis de clarificados e de minas e UXOs destruídos, situados em 80%, 96% e 42%, respectivamente.

Esta redução deveu-se principalmente ao direccionamento da capacidade dos operadores internacionais de desminagem humanitária que operam em Moçambique para a realização de pesquisas com vista a determinação da dimensão real do problema de minas no país. Também é causa da redução dos níveis de clarificação à retirada de alguns operadores humanitários em virtude da redução de financiamentos ao sector de desminagem no país. Para a condução das operações de desminagem, em 2007, o país contou com o contributo de 3 operadores humanitários, a Halo Trust, a Handicap Internacional e a APOPO.

Pesquisa Exaustiva e Estudo de base

Um dos grandes desenvolvimentos a destacar no ano de 2007 é a realização da pesquisa Exaustiva, pela Handicap Internacional e o estudo de base pela Halo Trust, nas províncias de Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo, cujos resultados possibilitaram determinar a real situação do problema de minas nestas províncias.

Assim, constitui problema confirmado de minas nas províncias de Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo, 484 áreas minadas numa extensão de cerca de 9 milhões de m². Adicionalmente, 375

Província	Áreas	Área Estimada
-----------	-------	---------------

áreas, que incluem 33 estradas perfazendo 688 km de extensão, 75 tarefas de demolição de engenhos explosivos (EOD) e 267 áreas suspeitas, requerem pesquisa para determinar a dimensão do problema de minas. Igualmente há a considerar a situação ainda desconhecida nas fronteiras com África do Sul, Zimbabwe, Zâmbia, Malawi e Suazilândia e das infra-estruturas de desenvolvimento económico e social, tais como Linhas de Transporte de Energia de Maputo-Komatiport e da Beira (Linha I e II), Barragens de Cahora Bassa e Chicamba nas províncias de Tete e Manica, Linha-férrea Beira-Machipanda e linha-férrea do Limpopo na província de Gaza, de entre outras.

	Minadas	em m ²
TETE	19	918,589
MANICA	47	945,406
SOFALA	104	2,532,846
INHAMBANE	251	3,720,474
GAZA	13	275,216
MAPUTO	50	602,248
Total Geral	484	8,994,779

2.3 Educação Cívica sobre o Perigo de Minas

Tendo em vista a prevenção de acidentes com minas e outros engenhos não explodidos, em 2007, técnicos do IND realizaram 147 palestras de sensibilização sobre o perigo de minas abrangendo pouco mais de 94.477 pessoas. De referir que as actividades de sensibilização realizadas nas províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia enquadram-se no programa de emergência pós cheias.

Neste período, o IND em parceria com a Handicap Internacional formou 402 agentes de educação cívica nas províncias de Maputo, Gaza, Sofala, Tete, Zambézia, e Inhambane. Para além destes agentes, outros 50 activistas da Cruz Vermelha de Moçambique (CVM) beneficiaram de formação em matérias de educação cívica sobre o perigo de minas. A par destas actividades, foi distribuído material de sensibilização sobre o perigo de minas nas escolas em 8 distritos da província da Zambézia e um da província de Nampula.

Para além das acções de formação, foram criados 24 núcleos comunitários de MRE nos distritos de Moamba e Matutíne, província de Maputo, Inhassoro, Vilanculos, Homoine e Inharrime, província de Inhambane, Chigubo Massangena, Chicualacuala, Mabalane e Chigubo.

Apesar dos esforços na clarificação e MRE, em 2007 foram reportados 11 acidentes com minas e outros engenhos explodidos (UXO's) que ocorreram nas províncias de Maputo, Gaza, Sofala, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado. Destes acidentes resultaram 24 vítimas, 14 das quais mortais.

2.4 Assistência às Vítimas e Sobreviventes de Minas

O Governo continuou a desenvolver esforços para apoiar as vítimas e sobreviventes de minas por forma a melhorar a qualidade das suas vida bem assim reduzir a vulnerabilidade socio-económica deste grupo e o reforço da sua autoconfiança. Assim, tiveram lugar durante o ano de 2007 várias reuniões de coordenação sobre a implementação de programas de assistência às vítimas de minas. Estes encontros que envolveram o Ministério da Saúde (MISAU), Ministério da Mulher e da Acção Social (MMAS) e o IND tinham por objectivo fortificar a coordenação entre os ministérios e as instituições que lidam com a questão de assistência às vítimas de minas de modo a garantir uma assistência sustentável a longo prazo. Com este exercício foi fortalecido o mecanismo de coordenação intersectorial e criado um grupo de trabalho para disseminar a informação relativa às vítimas de minas

De referir que, com base nos relatórios dos acidentes reportados, o IND identificou 443 vitimas sobreviventes de acidentes com minas e portadoras de deficiências diversas. Contudo, está-se a trabalhar com comunidades e outros sectores no sentido de se fazer um levantamento exaustivo das

vítimas e sobreviventes de minas para servir de base para a mobilização de recursos e facilitar a sua assistência.

2.5 Financiamentos ao Programa

O Programa de Acção contra Minas em Moçambique é na sua maioria financiado pelos parceiros de cooperação internacional e uma contribuição limitada do Estado. Em termos de financiamento ao programa, em 2007 a comunidade internacional, contribuiu com cerca de 2.1 milhões de dólares americanos e o Estado com cerca de 31,3 milhões de Meticais destinados a suportar os custos operacionais do IND, clarificação de áreas de interesse social e pesquisa de áreas suspeitas de estarem minadas.

Para os próximos anos, 2008 a 2012, tendo em conta o problema actual de minas e UXOs no país e com vista à implementação do Plano Nacional de Acção Contra Minas 2008-2012, torna-se fundamental assegurar a mobilização de um total de 32.6 milhões de USD, distribuídos anualmente conforme a tabela abaixo:

Tabela II: Financiamento (em milhões de USD)						
Actividades	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Coordenação	2.0	2.0	2.0	1.0	0.5	7.5
Clarificação	5.0	5.0	5.0	3.0	2.5	20.5
Pesquisas	1.0	1.0	0.8	0.4	0	3.2
MRE e AVSM	0.5	0.5	0.2	0.1	0.1	1.4
Total	8.5	8.5	8.0	4.5	3.1	32.6

Do valor global, USD 32.6, previsto para a implementação deste plano espera-se que USD 12.5 sejam alocados pelo Governo através do Orçamento do Estado e USD 20.1 venha das contribuições dos parceiros de cooperação.

A base de cálculo dos custos anuais teve em conta os seguintes factores:

- Coordenação, que envolve actividades de monitoria, controlo e garantia de qualidade, gestão e disseminação de informação, reuniões com os parceiros de acção contra minas, planificação e definição de prioridades de desminagem, implementação da Convenção de Ottawa, entre outras;
- Clarificação, considerando o custo de USD 2.00/m² e uma produtividade anual de 2.5 milhões de m², nos primeiros 3 anos, que decresce para 1.5 milhões de m² no 4º ano e 1.25 milhões de m² no 5º ano. Assim, espera-se clarificar pouco mais de 10.25 milhões de m², considerando que para além dos 9 milhões de m² confirmados, as 375 áreas e infra-estruturas por pesquisar resultarão numa clarificação efectiva de cerca de 1.25 milhões de m²;
- Pesquisas, que se pressupõe a adopção de novas tecnologias para acelerar o processo de redução das áreas suspeitas de estarem minadas;
- MRE e AVSM, que envolve o treinamento e reciclagem de agentes de MRE nos distritos ainda afectados por minas e UXOs, recolha e disseminação de informação sobre vítimas de minas portadoras de deficiência.

O programa de acção contra minas conta com o financiamento, da Áustria, Canadá, Comissão Europeia, Itália, Irlanda, Estados Unidos da América, Suíça e UNICEF.

2.6 Matriz de Alcance dos Indicadores do Programa de Acção contra Minas

Componente	Metas para 2007	Resultado	Perspectiva para 2008
Desminagem	Desminar 2.5 milhões de m ²	Não atingido, mas com progresso	Desminar 2.5 milhões de m ²
Educação Cívica sobre o Perigo de minas	Formação de 340 agentes e realização de 80 palestras	Atingido	Formação de 340 agentes e realização de 80 palestras
Assistência às Vítimas	Assistir as 433 vítimas identificadas	Não atingido mas com progresso	Continuar a assistência das vítimas identificadas
Advocacia e Mobilização de Recursos	Mobilizar cerca de cerca de USD 8.5 milhões	Não atingido mas com progresso	Mobilizar cerca de cerca de USD 8.5 milhões

Ambiente

1. Sumário Executivo

A presente avaliação faz referência às principais acções levadas a cabo no âmbito da implementação do PES 2007, cujos objectivos principais resumem-se na promoção da implementação da estratégia ambiental para o desenvolvimento sustentável de Moçambique.

Da análise do cumprimento das metas do sector em 2007, importa recordar que foi aprovado durante o ano em referência, a Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique (EADS), bem como a Política e Lei do Ordenamento Territorial (LOT).

Apesar da aprovação dos instrumentos atrás referidos, ainda persistem dificuldades na implementação prática dos mesmos.

O indicador do QAD não foi atingido, apesar do progresso assinalado. De facto, a nível local, salientam-se progressos na integração da componente espacial nos planos distritais por via dos Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas (SDPI) em conformidade com os vários instrumentos de Ordenamento Territorial e capacitações realizadas á luz do programa nacional de descentralização coordenado pelo MPD. No entanto a emergência que assolou o país no 1º trimestre do ano em referência, absorveu grandes recursos e atenção do sector.

Para se alcançar o desenvolvimento sustentável a nível do país, requer –se uma mudança dos paradigmas do desenvolvimento sectorial, em benefício de abordagens integradas, que se podem atingir através do reforço de parcerias. A EADS promove este tipo de parcerias, com os sectores, através de pontos focais e unidades ambientais, por forma a criar-se uma visão comum no tratamento das matérias ambientais no país, conducente a um desenvolvimento sustentável que contribua para a erradicação da pobreza.

Apesar dos esforços para melhorar a coordenação intersectorial na área de ambiente, este processo nem sempre é devidamente acompanhado pelos órgãos coordenadores, o MICOA, sobretudo a nível provincial, bem como a nível do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDES). Com vista a colmatar tal situação, o Conselho de Ministros deliberou em 2007, que cada Governo Provincial, deverá dedicar em cada semestre, uma sessão do seu governo para questões ambientais.

Ainda em 2007, foi elaborado o Plano Nacional de Adaptação as Mudanças Climáticas (NAPA), como forma de dar resposta a um problema premente que ciclicamente, tem afectado pessoas e bens.

2. Avaliação do Desempenho em 2007

2.1 Desempenho Geral do Sector (MICOA)

De acordo com os objectivos e actividades do Sector programadas para 2007 e na sequência das recomendações da Revisão Conjunta em 2007, realizaram-se as seguintes acções:

No domínio de **coordenação intersectorial** foi iniciado o trabalho de diagnóstico do funcionamento das 5 unidades ambientais existentes, bem como as oportunidades para a criação de mais unidades.

Foi aprovada a Estratégia Ambiental para o desenvolvimento sustentável de Moçambique. No tocante a divulgação de estatísticas ambientais, foram reproduzidos exemplares do compêndio de estatística ambiental para distribuição restrita.

No domínio da **Gestão Ambiental**, no tocante à divulgação e implementação da Estratégia de Combate às Queimadas Descontroladas, foram elaborados manuais para a prevenção e controlo da erosão dos solos e queimadas descontroladas. Também foi aprovado o Plano de Acção para Prevenção e Controlo da Erosão dos Solos e elaborada a proposta da directiva técnica para a implementação e operacionalização de Aterros Sanitários em Moçambique.

No âmbito da **Avaliação do Impacto Ambiental** foram pré-avaliados mais de 200 projectos e foram realizadas 11 auditorias na área industrial. Foi concluída a remoção de pesticidas obsoletos em Nampula, Cabo Delgado, Niassa, Zambézia e Manica e está em curso a preparação da III Fase que compreende a sua destruição e exportação.

O **Planeamento e Ordenamento Territorial** constitui uma das grandes prioridades ambientais no país. Assim, destacam-se as seguintes acções:

a) No âmbito do processo de integração da componente espacial nos planos distritais, (PPFD), a intervenção do MICOA centrou-se na região centro do país. Assim, foram concluídos e entregues os mapas da situação actual e temáticos dos planos de uso da terra de 18 distritos, dos 26 planificados em 2007 (40 planificados até 2009).

b) Foi realizado o curso de capacitação em Ordenamento Territorial e Gestão dos Recursos Naturais aos decisores da província de Nampula, Manica, Cabo Delgado, Maputo e Niassa em ordenamento territorial e gestão dos recursos naturais;

c) No âmbito da emergência, foram identificadas áreas seguras para reassentamento de 26.000 famílias afectadas em Mutarara (Tete), Tambara (Manica), Caia, Marrromeu, Chemba e Buzi (Sofala) e nos Distritos de Mopeia, Nicoadala, Morrumbala e Chinde (Zambézia).

d) No âmbito de **Promoção Ambiental** continuou a ser priorizado o desenvolvimento de acções de educação, sensibilização e consciencialização da sociedade sobre questões ambientais, tendo em vista o uso sustentável de recursos naturais. No que toca a assistência técnica e material aos núcleos e clubes ambientais em todo o país, foram criados e revitalizados Clubes e Núcleos e Associações.

e) No que toca à **Legislação Ambiental** e com vista ao fortalecimento do quadro institucional e legal para o uso sustentável dos recursos naturais, foi lançada a base de dados (www.legisambiente.gov.mz)

f) Com vista a assegurar a implementação e o cumprimento da legislação ambiental continuam a ser realizadas inspecções ambientais.

2.2 Análise da componente ambiental nos outros sectores e assuntos transversais

Da análise feita aos relatórios de balanço sectoriais do PES de 2007 depreende-se que há em geral um esforço por parte dos vários sectores, no tratamento de matérias de índole ambiental. Se bem que varie a profundidade com que os assuntos ambientais são tratados de sector para sector, destacam-se

as seguintes abordagens por sector: Energia (energias renováveis), Agricultura (conservação da biodiversidade, queimadas e a gestão do conflito homem/animal), Obras Públicas (gestão dos impactos ambientais das infra-estruturas e gestão das bacias hidrográficas); Recursos Minerais (controle da poluição que advém da exploração mineira, particularmente o garimpo e a atenção às questões ambientais na prospecção do gás e petróleo). Nos sectores sociais destaca-se o sector da Saúde com a sua abordagem sobre saúde ambiental, e do Turismo, que tomou a iniciativa de elaborar a Política de Conservação e a Estratégia de Financiamento Sustentável para áreas de Conservação. Contudo, notam-se ainda fraquezas na adopção prática dos instrumentos legais do sector do ambiente, e visão integrada do desenvolvimento sustentável.

2.3 Avaliação da Execução orçamental

O orçamento interno de funcionamento e de investimento foram executados na sua totalidade, o que se traduziu pelo cumprimento das actividades planificadas.

Quadro comparativo do Orçamento do MICOA (2007)

Orçamento	Dotação	Execução	%
Funcionamento	68,648,330.00	72,143,060.00	105
Investimento Interno	21,924,200.00	21,840,460.00	100
Investimento Externo	70,278,100.00	22,175,000.00	32

Apesar de se notar um incremento da participação financeira do Estado na área do ambiente, os recursos continuam exíguos para colmatar os desafios que se colocam ao sector do ambiente. Refira-se que para 2007, a dotação do Estado ao sector do ambiente, representou apenas 0,13% do PIB. No que se refere à contribuição externa, notam-se dificuldades na inscrição dos projectos implementados no sector, resultando em apenas dois projectos inscritos.

3. Lições Aprendidas

De entre as lições aprendidas destacam-se:

3.1 Uma evolução destacável no tratamento de matérias ambientais nos sectores, com realce para a avaliação ambiental estratégica de planos e programas sectoriais, bem como o reforço das unidades ambientais.

3.2 Há premente necessidade de se embarcar na divulgação e implementação dos vários instrumentos e peças legislativas de gestão ambiental em Moçambique.

3.3 Há necessidade de se elaborarem instrumentos que facilitem a aplicação prática dos vários instrumentos aprovados, particularmente no que toca ao ordenamento territorial.

3.4 Há necessidade de se prosseguir com a capacitação dos decisores e técnicos a nível local.

3.5 Há necessidade de se estabelecer um sistema de informação ambiental fiável e disponível para o público, incluindo indicadores ambientais que conduzam a produção regular de relatórios sobre o estado do ambiente e estatísticas ambientais.

4. Desafios e Perspectivas para 2007

No âmbito do seu plano de actividades, o esforço do sector concentrar-se-á nas seguintes acções:

4.1 Uma maior actuação do MICOA no fortalecimento da coordenação intersectorial para se aprofundar o processo de integração da agenda ambiental nos planos e programas sectoriais através dos instrumentos como Avaliações Ambientais Estratégicas (AAE). Nesta revisão conjunta propõe-se a inclusão de um novo indicador estratégico, referente às AAEs, a ser discutido e acordado com os sectores. A proposta é realizar, em 2008, uma AAE com o sector de Agricultura – programa de florestas, e três AAEs com o sector de Energia – em três distritos costeiros com potencial para exploração de petróleo e gás. Em 2009 propõe-se realizar uma AAE com o sector de Energia – programa de biocombustíveis. Propõe-se que se discuta e se aprove o novo indicador a tempo da revisão de médio prazo em Setembro de 2008.

4.2 Reflectir sobre o funcionamento do CONDES e unidades ambientais (UA), tendo em vista a melhoria da coordenação e colaboração intersectorial na área ambiental.

4.3 Necessidade de divulgação da Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique mais activa aos diferentes níveis de actuação (central, provincial e local).

4.4 Facilitar o acesso a informação regular (estatística ambiental, Relatórios de Estado do Ambiente) desenho de um sistema de informação ambiental.

4.5 Prosseguir os esforços tendentes a estabelecer a ligação entre pobreza e ambiente, bem como reforçar a integração da componente ambiental nos planos e programas a nível local. O melhoramento de assentamentos informais deverá merecer prioridade absoluta.

4.6 Apoiar o MITUR na finalização da Política de Conservação e a Estratégia de Financiamento Sustentável das Áreas de Conservação.

4.7 Definir as responsabilidades dos vários parceiros na implementação urgente do NAPA.

4.8 Melhorar o funcionamento do grupo do Ambiente, para facilitar a coordenação e colaboração com vista ao desenvolvimento sustentável. merece ainda mais atenção para facilitar a coordenação e colaboração na área ambiental.

4.9 Explorar o mercado de serviços ambientais, tais como mercados de carbono e práticas de conservação.

5. Indicador do QAD (2007-2009)

Objectivo	Indicador de Resultados [Fonte de Verificação]	Base 2005	Meta 2009	Realizações (Acções)	Respon-sável	Indicador de Produto/ Execução [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Realizado
61. Melhorar o planeamento e ordenamento territorial (par. 205)	66.1. Reduzido o nº de pessoas vivendo em assentamentos informais e áreas de risco [Balanço do PES sectorial]	75% da população vivendo em assentamentos informais e áreas de risco	% da população vivendo em assentamentos informais e áreas de risco	Elaboração e aprovação de planos distritais de uso de terra	MICOA / MPD	61.a. Nº cumulativo de planos estratégicos distritais de desenvolvimento (PEDD) com a componente espacial integrada (uso de terra) elaborados e aprovados [Balanço do PES Sectorial]	26	18

Nota-se que uma das limitantes na elaboração de planos distritais tem sido a fraca capacidade técnica dos órgãos distritais responsáveis pelo planeamento.

Ciência e Tecnologia

1. Sumário Executivo

O presente Relatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) destina-se a ser submetido ao Grupo de Assuntos Transversais. O documento faz a avaliação da execução orçamental e das grandes acções de CTI desenvolvidas durante 2007.

Embora não conste o sector de CTI no QAD para 2007, foram desenvolvidas muitas acções de grande impacto no sector. No que se refere à implementação de acções do sector de CTI destaca-se os seguintes resultados (*outputs*): (i); No âmbito do operacionalização do Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos de C&T (PDRHCT), foram condidas de cerca 180 Bolsas de Estudos de Nível Mestrado e Doutoramento para Cuba, China, Austrália, Egipto, Índia e dentro do país; (ii) Formadas 1300 quadros do Estado na área de tecnologias de informação e comunicação tendo abrangido dirigentes, líderes e funcionários públicos; (iii) Capacitados 116 investigadores como forma de elevar a capacidade de investigação em Moçambique; (iv) realizadas 15 expedições científicas no país de um total de 24 planificadas; (v) Concluída Fase I sobre o estabelecimento da Incubadora Agrícola de Chokwe, província de Gaza; (vi) Estabelecida a Vila de Milénio no distrito de Chibuto (província de Gaza) e outra Vila em Lumbo (província de Nampula); (vii) Foram ligadas à rede de governo electrónico, a nível central 60 instituições, correspondente a 86 % do valor planificado (70 instituições) e a nível provincial, foram ligadas 130 instituições, correspondente a 52% do valor previsto (250 instituições); (viii) Estabelecidos 17 centros multimédia comunitários (CMCs) nas províncias e ainda 7 Centros de Provinciais de Recursos Digitais (CPRD), correspondente a 7% do valor previsto (250 instituições); (xi) as redes de telefonia móvel e fixa cobriam cerca de 13% da população moçambicana, (x) estabelecimento de uma base de dados de inovadores nacionais, do Museu virtual do Algodão, do Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDT), Centro de Investigação em Etno-botânica; (xi) realização da IV Mostra de C&T; (xii) publicado o Relatório do Sistema de Indicadores de CTI e (xiii) aprovação do decreto de criação de Centros Regionais de Ciência e Tecnologia (CRCTs) como órgãos dotados de autonomia administrativa e financeira.

A execução orçamental foi de 95,7 %. Das despesas realizadas em 2007, 98,7 % foram para a componente de despesas de funcionamento, 99,2% para componente despesa de investimento interna e 90% foram da componente despesa de investimentos externa.

2. Execução de Actividades de CTI

2.1. Avaliação de actividades de acordo com os Indicadores de Avaliação do PARPA II

O sector de Ciência e Tecnologia desenvolveu acções de grande impacto que podem ser avaliadas de acordo com indicadores do PARPA II. No que se refere à implementação de acções destaca-se o seguinte:

(i) Desenvolvimento de Recursos Humanos a todos níveis nas áreas de CT

- No âmbito do operacionalização do Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos de C&T (PDRHCT), foram condidas de cerca 180 Bolsas de Estudos de Nível Mestrado e Doutoramento para Cuba, China, Austrália, Egipto, Índia e dentro do país.

- Formadas 1300 quadros do Estado na área de tecnologias de informação e comunicação tendo abrangido dirigentes, líderes e funcionários públicos
- Capacitados 116 investigadores como forma de elevar a capacidade de investigação em Moçambique.

(ii) Promoção da Investigação e Inovação de Subsistência e Uso de C&T pelas Comunidades desfavorecidas

- Foram realizadas 15 expedições científicas no país de um total de 24 planificadas;
- Concluída Fase I sobre o estabelecimento da Incubadora Agrícola de Chokwe, província de Gaza;
- Estabelecida a Vila de Milénio no distrito de Chibuto (província de Gaza) e outra Vila em Lumbo (província de Nampula).

(iii) Promoção do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para a redução da Pobreza e Crescimento Económico

- Foram ligadas à rede de governo electrónico, a nível central 60 instituições, correspondente a 86 % do valor planificado (70 instituições) e a nível provincial, foram ligadas 130 instituições, correspondente a 52% do valor previsto (250 instituições);
- Estabelecidos 17 centros multimédia comunitários (CMCs) nas províncias de Gaza (Chokwe), Maputo (Xinavane e Moamba), Nampula (Ribaué), Zambézia (Alto Molocué), Cabo Delgado (Chiúre), Sofala (Dondo) e Niassa (Cuamba) e ainda 7 Centros de Provinciais de Recursos Digitais (CPRD), correspondente a 7% do valor previsto (250 instituições).
- No ano de 2007, as redes de telefonia móvel e fixa cobriam cerca de 13% da população moçambicana.

2.2. Implementação do Plano Económico e Social (PES) e Outras actividades de CTI

No que se refere à implementação do PES 2007 foram destaca-se os resultados (*outputs*): Estabelecimento Centro de Investigação em Etno-botânica em Namaacha; de uma Base de Dados de Inovadores Nacionais; do Museu virtual do Algodão; e ainda publicado o Relatório do Sistema de Indicadores de CTI; realizadas a IV Mostra de C&T; demonstrações tecnológicas no âmbito da inovação; criada a biblioteca (MZbusiness); demonstrações científicas nas Escolas da Cidade de Maputo.

No que concerne à implementação as acções de grande impacto, que apesar de ano estarem inscritas no PES, destacam-se os seguintes resultados *outputs*: (i) financiado 10 projectos de investigação científica nas áreas da agricultura, saúde, recursos minerais, HIV, Energia pelo Fundo Nacional de Investigação (FNI); (ii) Criação de Centros Regionais de Ciência e Tecnologia, passando estes a ter autonomia administrativa e financeira; (iii) Realizado o 4 Concurso Equamat e 3ª edição das Olimpíadas de Informática; (iv) Realizada a 1ª Reunião do Africana Inter-Governmental Committee on Science technology and Innovation Indicators- Maputo (17-18 Setembro) a qual visava o desenvolvimento de Sistema de Indicadores em África sob direcção da NEPAD.

2.3. Análise de Desempenho do Sector de CTI pelos 11 Assuntos de “Atenção Especial”

O desempenho de actividades do Sector foi impulsionado pelo aumento dinamismo dos Centros Regionais de Ciência e Tecnologia (CRCTS) na operacionalização de diferentes Programas e projectos de CTI e também pela criação de novos instrumentos para fortalecimentos do Sistema Nacional de C&T, tais como Decretos e Legislações. No entanto a exiguidade de recursos financeiros constituiu o principal factor de constrangimento para o desenvolvimento de actividades em 2007. A contribuição do sector de CTI foi mais relevante nos pilares de Capital Humano, Agricultura e Desenvolvimento Rural, pois foram notórias as seguintes acções: (i) concessão de cerca 160 Bolsas de Estudos de Nível Mestrado e Doutoramento no âmbito do desenvolvimento da pesquisa Nacional (ii) formação de Dirigentes e funcionários de Instituições públicas em matéria de TICS (iii) Realização de Concursos científicos para estudantes das escolas secundarias (iv) realização de 15 Expedições científicas, estabelecimento das Incubadoras em Chokwé (fase I) e 2 Vilas de Milénios, uma em Chibuto (Gaza) e outra Lumbo (Nampula).

3. Reformas do Sector Público no MCT

No quadro de reformas do sector público, a partir de 4 de Setembro de 2006, os Pagamentos de Bens e Serviços passaram a ser pagos via SISTAFE, tendo contribuído para aumento da eficiência na execução orçamental em 2007. A Unidade Gestoras Executoras de Aquisições (UGEA) desenvolve suas actividades desde 2007. No ano passado, foram responsáveis pelo *Procurement* no Ministério e pela aquisição de bens e Serviços de acordo com decreto No. 54/2005. No processo de descentralização, destaca-se o decreto relativo aos Centros Regionais de Ciência e Tecnologia (CRCTs) que confere autonomia administrativa e financeira, o que ira impulsionar o desenvolvimento das actividades nas regiões Norte, Centro e Sul do País.

4. Conclusão

O Orçamento disponível esteve aquém das necessidades de financiamento das actividades do sector de ciência e Tecnologia. Embora a execução orçamental tenha sido positiva no sector de CTI em 2007, destaca-se a necessidade de reforçar a ligação entre Orçamentação e a Planificação de Actividades de modo a permitir que os recursos financeiros disponíveis sejam alocados em actividades prioritárias ou de grande impacto no desenvolvimento dos distritos e determinar-se à magnitude do défice orçamental, por conseguinte as necessidades de financiamento com recursos externos. Em 2008, o sector terá como principal desafio à integração das actividades de CTI desenvolvidas por todas instituições de Investigação num único Plano do Sistema Nacional de C&T.

Desenvolvimento Rural

1. Sumário Executivo

O desempenho nas áreas transversais registou assinalável evolução ao longo do ano de 2007. Esta evolução é testemunhada pelo progresso alcançado na prossecução dos indicadores do QAD e outros de medição dos resultados dos sectores. Não obstante, há também a assinalar áreas cujas realizações não terão evoluído acima do satisfatório.

2. Realizações

2.1 HIV/SIDA

A prevenção continuou a merecer uma atenção de relevo. Um Grupo de referência de alto-nível sobre a prevenção foi criado em 2007, tendo como parceiros os representantes do Governo, da sociedade civil e das agências de cooperação. Um projecto-piloto de Aconselhamento e Testagem Comunitário em Saúde, inserido na integração de serviços, alargou a testagem em família para junto das comunidades, com uma aderência ao teste de 98%. O reforço das acções de informação, comunicação e educação resultou na formação de comunicadores das organizações comunitárias em todo o país. A distribuição de preservativos progrediu tendo sido disponibilizados em 2007 cerca de 68.798.000 de preservativos masculinos, representando um aumento de cerca de 60% em relação ao disponibilizado em 2006 (43.154.342 preservativos). Quanto ao preservativo feminino, foi iniciado um projecto-piloto com vista a colher dados para uma distribuição mais ampla.

Na provisão de serviços, foram realizadas formações de profissionais de saúde em diagnóstico e administração de ITS; foi expandido o programa Geração BIZ para jovens cobrindo todo o país; aumentou-se o número de postos oferecendo os serviços de prevenção de transmissão da infecção com HIV de mãe para filho para 658 locais (386 clínicas pré-natais e 272 maternidades, contra os 222 locais de PTV no final de 2006; o número de pacientes recebendo tratamento anti-retroviral aumentou de 44.100 em 2006 para 88.211 em 2007, dos quais 62% são mulheres e cerca de 7% são crianças.

As despesas descritas no Orçamento do Estado (OE) reduziram em 2007, atingindo 382 milhões de meticais (contra 488 milhões de meticais em 2006), representando uma redução de 22,2%. É o único sector prioritário do OE que experimentou uma diminuição tão assinalável. A execução orçamental global do CNCS no ano 2007 situou-se em 89% (dotação de 431 milhões de meticais). Em relação às despesas de investimento (despesas do Fundo Comum), a execução foi de 236 milhões de meticais. Este nível de despesa representa um aumento de 13,1% comparativamente ao ano de 2006 (210 milhões de meticais). O POA 2007 identificava contribuições ao Fundo Comum ao nível de 691 milhões de meticais. Vários factores contribuíram para esta situação, inclusivamente dificuldades específicas de coordenação e de harmonização entre os intervenientes.

2.2 Igualdade de género

A partir de uma análise do Balanço do Plano Económico e Social em 2007, nota-se que houve melhorias nos esforços para inclusão de mulheres nos programas de alfabetização, na provisão de cuidados obstétricos e no aumento da cobertura geográfica dos Gabinetes de Atendimento para Vítimas de Violência (GAVV). Registou-se também um crescente reconhecimento das questões de género, através do estudo sobre a contribuição da mulher no crescimento económico e do

desenvolvimento de protocolos para a provisão de cuidados médicos às vítimas de violência. A produção do relatório do CEDAW, a disseminação da Política de Género e da estratégia da sua implementação, a elaboração do Plano Nacional para o Avanço da Mulher e a criação dos Conselhos Distritais para Avanço da Mulher (CDAM) constituíram oportunidades estrategicamente importantes para a equidade de género e respeito dos direitos humanos das mulheres.

Contudo, ainda persistem desafios importantes, tais como, (i) necessidade de desenvolver mais esforços para a igualdade de género nos sectores, colocando-se com mais acuidade na saúde, educação e água; (ii) a contínua falta de dados desagregados por sexo torna virtualmente impossível a análise das intervenções com vista a integração de género e seu impacto nos homens e mulheres; (iii) na execução do orçamento, os classificadores actuais não capturam completamente as despesas tendentes a igualdade de género nos planos e orçamentos sectoriais, enfatizando a necessidade do desenvolvimento de metodologias e instrumentos apropriados ao contexto para a orçamentação baseada no género; e (iv) existe a convicção de que as despesas realizadas nos sectores sociais beneficiam automaticamente as mulheres. Face a estes constrangimentos destaca-se o seguinte: (i) a monitoria do impacto é uma prioridade para que os sectores possam conduzir autoavaliações das estratégias de integração do género; (ii) o MMAS tem um papel importante na recolha, análise e disseminação de informação na perspectiva de género visando a planificação e monitoria da situação do género no país; (iii) a criação de estruturas, tais como, as unidades de género, CDAM e GAVV requerem um nível de disponibilização de recursos sustentáveis de forma a assegurar o seu adequado funcionamento; e (iv) as recomendações ao relatório do CEDAW constituem uma oportunidade para aprofundar a advocacia para os direitos das mulheres e a não discriminação, com foco particular para a aprovação da proposta de lei contra a violência doméstica.

2.3 Meio ambiente

A aprovação da Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique (EADS), bem como da Política e Lei do Ordenamento Territorial (LOT) constituiu um marco importante em 2007, apesar de se notarem ainda fraquezas na adopção prática dos instrumentos legais do sector do ambiente e na ausência de uma visão integrada do desenvolvimento sustentável.

No entanto, ainda é necessário: i) melhorar a actuação do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA) e do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (CONDES) no fortalecimento da coordenação intersectorial para se aprofundar o processo de integração da agenda ambiental nos planos e programas sectoriais, através de instrumentos como as Avaliações Ambientais Estratégicas, com prioridade para a agricultura, minas e energia; ii) elaborar guiões metodológicos, no contexto da LOT que facilitem a aplicação prática da Lei e continuar a capacitação de decisores em matérias de planeamento e gestão dos recursos naturais, até ao nível local, dando atenção particular às questões dos assentamentos informais; iii) estabelecer um sistema de informação ambiental fiável e disponível para o público, incluindo indicadores ambientais que conduzam à produção regular de relatórios sobre o estado do ambiente e estatísticas ambientais; iv) fortalecer a inspecção ambiental dos planos e programas aos níveis sectorial, provincial, distrital e autárquico; e v) definir as responsabilidades dos vários parceiros na implementação do Plano Nacional de Acção para Adaptações às Mudanças Climáticas (PANA) e incentivar o uso do mercado de serviços ambientais, tais como, mercados de carbono e práticas de conservação.

Notou-se um incremento da participação financeira do Estado na área do ambiente, mas os recursos continuam exíguos para colmatar os desafios que se colocam ao sector. Para 2007 a dotação do Estado ao sector, representou apenas 0,13% do PIB¹³. Quanto à contribuição externa, notou-se

¹³ ODI, 2008

dificuldades na inscrição dos projectos implementados no sector, tendo se conseguido apenas dois projectos.

2.4 Desminagem

Foi desminado 98% das áreas identificadas pela pesquisa de impacto realizada em 2000/2001. Uma nova pesquisa realizada em 2007 identificou cerca de 9 milhões de m², o que levará o Governo a solicitar a extensão do prazo de 2009 para 2014. A meta anual de educação cívica foi atingida, enquanto que as outras das áreas de clarificação, assistência às vítimas de minas e de advocacia e mobilização de recursos não foram atingidas, mas tiveram progressos.

A execução orçamental foi de 100%. Entretanto, o atraso nas negociações para o estudo de base e consequente atraso na divulgação dos resultados do mesmo motivaram uma escassez da disponibilidade de fundos que reduziu o volume das actividades realizadas.

2.5 Ciência e tecnologia

No que se refere à implementação de acções destaca-se o seguinte: (i) na área de investigação científica (IC), foram concedidas 48 bolsas de estudo para Mestrado no Brasil de um total de 1187 planificadas e foram realizadas 15 expedições científicas no país de um total de 24; (ii) na área de tecnologia de informação e comunicação (TIC), foram ligadas à rede de governo electrónico, a nível central 23 instituições, correspondente a 33% do valor previsto (70 instituições), a nível provincial 53 instituições, correspondente a 21% do valor previsto (250 instituições) e a nível distrital 3 centros comunitários multimédia, correspondente a 6% do valor previsto (250 instituições); (iii) estabelecimento de uma base de dados de inovadores nacionais, do Museu virtual do Algodão, do Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDT), Centro de Investigação em Etno-botânica; (iv) realização da IV Mostra de C&T; e (v) aprovação do decreto de criação de Centros Regionais de Ciência e Tecnologia (CRCTs) como órgãos dotados de autonomia administrativa e financeira.

A execução orçamental foi de 95,7 %. Das despesas realizadas em 2007, 98,7 % foram para a componente de despesas de funcionamento, 99,2% para componente despesa de investimento interna e 90% foram componente despesa de investimentos externa.

2.6 Segurança alimentar e nutricional

O ano 2007 foi caracterizado pela ocorrência de uma série de choques ambientais (cheias, ciclones e seca) que influenciaram significativamente no estado de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população moçambicana, declinando o acesso físico e económico dos alimentos aos agregados familiares (AFs) mais vulneráveis (ex. AFs de produção deficitária e de baixa renda, AFs com qualidade de dieta pobre e os AFs com membros sofrendo de desnutrição). Deste modo, o Secretariado Técnico para a Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) através do Grupo da Análise da Vulnerabilidade (GAV) identificou em Maio de 2007 que cerca de 520.000 pessoas em situação extrema de insegurança alimentar (InSA) e que necessitariam de uma assistência alimentar até Maio de 2008 em todas as províncias do país nas regiões Sul e Centro. Neste sentido, uma acção específica de monitoria da situação de SAN realizada em Outubro de 2007 confirmou tal cenário.

Na componente estratégica da implementação, o Conselho de Ministros aprovou em Outubro de 2007 a Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN II) e o respectivo plano de acção para o período de 2008-2015, através do Decreto 56/07 de 10 de Dezembro. A ESAN II resulta da evolução

da ESAN I (aprovada em 1998) e constitui um documento orientador que inclui entre os vários temas o direito humano à alimentação adequada (DHAA), o HIV/SIDA, a desnutrição crónica e a descentralização. A implementação da ESAN II passa pela: (i) aprovação do Estatuto Orgânico do SETSAN em Junho de 2008; (ii) alocação de fundos para a coordenação da agenda de SAN feita pelo SETSAN, para os sectores da Agricultura, Saúde e Comércio — ao nível nacional — e para os SETSAN – Provinciais; (iii) inclusão da SAN nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital (PEDD); (iv) e a implementação da legislação de SAN e DHAA.

2.7 Desenvolvimento Rural

O marco mais importante das realizações de 2007 foi a aprovação da Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), a 11 de Setembro, que vai contribuir para que políticas sectoriais específicas, os planos, programas, projectos e demais acções desenvolvimentistas sejam consistentes com a transformação pro-rural do padrão da criação de riqueza em Moçambique. Foi estabelecida a Agência de Desenvolvimento Económico Local (ADEL) de Inhambane elevando para 7 o número de ADELs no país. Houve fortalecimento das ligações de mercados rurais através das acções do Programa de Apoio aos Mercados Agrícolas (PAMA), do Projecto de Desenvolvimento de Pequenos Produtores Orientados para o Mercado e do Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Rural da Zambézia (PRODEZA).

Contudo, destacam-se os seguintes desafios: (i) a natureza transversal do desenvolvimento rural e, consequentemente, a necessária coordenação entre os vários actores; (ii) o reforço da harmonização das actividades e um diálogo inclusivo tendente a dinamizar um desenvolvimento rural integrado e sustentável; (iii) ampliação progressiva e diferenciada, segundo critérios de eficácia, eficiência e equidade do funcionamento das administrações públicas distritais, do Fundo de Investimento de Iniciativa Local para geração de renda e emprego.

Na sua fase de implementação, a EDR deve encontrar mecanismos orientadores para uma melhor coordenação multi-sectorial ao nível provincial, distrital e local. O Governo deverá prosseguir com as acções em curso de modo a assegurar a formulação da estratégia de desenvolvimento económico local, a ser implementada de forma harmonizada com a EDR e outras estratégias aprovadas com impacto no meio rural, propiciando um desenvolvimento centrado nas comunidades e assente nas potencialidades dos territórios locais. O financiamento de iniciativas locais deverá ser dinamizado através da expansão sustentável das instituições financeiras para as áreas rurais.

2.8 Redução do Risco de Calamidades

O Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC) continuou a concentrar os seus esforços na implementação do Plano Director de Prevenção e Mitigação das Calamidades iniciada em 2006. Os principais destaques são: (i) o reforço da capacidade institucional e de coordenação do INGC; (ii) as iniciativas de mitigação de calamidades nas zonas áridas e semi-áridas; (iii) a capacitação intensiva sobre Gestão de Risco de Calamidades e a realização de exercícios de simulação de ocorrência de calamidades; (iv) o reajustamento e a implementação do plano de contingência; e (v) a resposta imediata à situação das cheias, com particular destaque para o resgate rápido das pessoas em zonas inundadas.

Como recomendações destacam-se: i) melhoria da coordenação multi-sectorial e a integração da redução de riscos nos planos sectoriais a todos os níveis; ii) a criação de um fundo nacional de calamidades, a ser orçamentado no Cenário Fiscal de Médio Prazo e alimentado também por outros mecanismos; iii) definição clara e uniforme de indicadores de progresso e indicadores sectoriais na

redução da vulnerabilidade às calamidades em todos os sectores; e (iv) introdução de melhorarias no processo de reassentamento, garantindo o seu alinhamento com os programas de desenvolvimento e redução de vulnerabilidade a calamidades.